

1º CICLO

CADERNOS
DE **EVIDÊNCIAS**
EM **DIREITOS**
HUMANOS

BRASÍLIA - DF | JUNHO DE 2025

ReneDH
Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Executiva
Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências

CADERNOS DE **EVIDÊNCIAS** EM **DIREITOS** **HUMANOS**

Brasília-DF | Junho de 2025

CADERNOS
DE **EVIDÊNCIAS**
EM **DIREITOS**
HUMANOS

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Macaé Maria Evaristo dos Santos

Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania

Janine Mello dos Santos

Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Pedro de Lemos MacDowell

Coordenador-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos do
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

EXPEDIENTE

Coordenação editorial

*Daniela Fortunato Rêgo
Pedro de Lemos MacDowell*

Revisão técnica

*Daniela Fortunato Rêgo
Pedro de Lemos MacDowell*

Editoração eletrônica

Gabriela Catunda Peres

Normalização

Márcia Rocha de Aguiar

Ilustrações

canvas.com

**Coordenação Executiva da
Rede Nacional de Evidências
em Direitos Humanos**

*Daniela Fortunato Rêgo
Pedro de Lemos MacDowell*

**Coordenação-Geral
de Indicadores e Evidências (CGIE)
do Ministério dos Direitos Humanos
e da Cidadania**

*Ana Paula Soares Gomes
Bruno Gondim Barbosa Duarte
Daniela Fortunato Rêgo
Gabriela Catunda Peres
Gabriela Silva dos Santos
Júlia de Albuquerque Pacheco
Luciana Felix Ferreira
Luciani Martins Ricardi
Noëlle da Silva
Paula Regina de Oliveira Ferreira
Pedro de Lemos MacDowell
Pedro Henrique de Pina Cabral Viana
Sara Emanuela de Carvalho Mota*

C683

Cadernos de Evidências em Direitos Humanos – 1º ciclo da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH) / Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – Brasília : Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2025.

209 p. : color.

ISBN : 978-65-84679-34-4

1. Direitos Humanos - Brasil. 2. Rede nacional de evidências em direitos humanos. 3. ReneDH. I. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. II. Título.

CDD 323

Colaboradoras e colaboradores

Alessandra Rosini Carrasco
Movimento Nacional de Combate
ao Abuso em Meio Ayahuasqueiro

**Alessia Barroso Lima Brito Campos
Chevitarese**
Diretoria de Proteção da Pessoa Idosa
da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa
do Ministério das Direitos Humanos e
da Cidadania

Aline dos Santos Pires
Observatório de Direitos Humanos
de Guarulhos da Secretaria de Direitos
Humanos do Município de Guarulhos –
São Paulo

Ana Beatriz Carvalho Oliveira
Campus Santa Mônica da Universidade
Federal de Uberlândia

Ana Maria Paim Camardelo
Universidade de Caxias do Sul

Anaruez Ferreira Morais
Movimento Nacional de Combate
ao Abuso em Meio Ayahuasqueiro

Anier Omar Cuellar Ponce
Diretoria de Proteção da Pessoa Idosa
da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa
do Ministério das Direitos Humanos e
da Cidadania

Arthur Fontgaland
Instituto Matizes

Bethânia Suano Rezende de Carvalho
Instituto Veredas

Bruna Martins Costa
Coordenação-Geral do Programa
de Proteção a Vítimas e Testemunhas
Ameaçadas da Secretaria Nacional de
Direitos Humanos do Ministério dos
Direitos Humanos e da Cidadania

Bruno Graebin de Farias
Instituto Veredas

Bruno Marques Schaefer
Laboratório de Monitoramento
e Avaliação de Políticas e Eleições
do Instituto de Estudos Sociais
e Políticos da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro

Carla Craice da Silva
Coordenação- Geral de Combate ao
Trabalho Escravo do Ministério dos
Direitos Humanos e da Cidadania

Caroline Cardoso
Instituto Veredas

Claudia Fonseca
Universidade Federal do
Rio Grande do Sul e Rede Anthera

Cristina Rabelais
Núcleo de Informação, Políticas
Públicas e Inclusão Social - Fundação
Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Centro
Universitário Arthur Sá Earp Neto/
Faculdade de Medicina de Petrópolis
(UNIFASE/FMP)

Daniela Fortunato Rêgo
Coordenação-Geral de Indicadores e
Evidências em Direitos Humanos da
Secretaria Executiva do Ministério dos
Direitos Humanos e da Cidadania

David Marques
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Dayana Brunetto
Universidade Federal do Paraná

Dolores Maria Franco de Abreu
Núcleo de Informação, Políticas
Públicas e Inclusão Social - Fundação
Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Centro
Universitário Arthur Sá Earp Neto/
Faculdade de Medicina de Petrópolis
(UNIFASE/FMP)

Eduardo Georjão Fernandes
Instituto Cíclica

Elisa Borges Matos
Clínica de Direitos Humanos da
Universidade Federal de Minas Gerais

Emanuelly Cassimiro

Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Gilceia de Fatima Martins dos Santos

Gran Centro Universitário

Giovanna Kethely Silva Mariano

Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia

Gleidy Braga Ribeiro

Clínica de Direitos Humanos Dona Raimunda Quebradeira de Coco do Curso de Direito, Campus Palmas, da Universidade Federal do Tocantins

Iran Ferreira de Melo

Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NuQueer-UFRPE)

Isabela Oliveira Kalil

Observatório da Extrema Direita

Isabela Sobral

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Ivan Henrique de Mattos e Silva

Coordenação de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Ivone dos Passos Maio

Instituto Cíclica

Janaina Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Rede Anthera

Jaqueline da Silva Borges

Instituto de Ciência Política da Universidade Brasília e Escola Nacional de Administração Pública

Jéssica Ailanda

Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal

Jonas Pacheco

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Josicélia Estrela Tuy Batista

Instituto de Ciência Política da Universidade Brasília e Escola Nacional de Administração Pública

Julia de Albuquerque Pacheco

Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos da Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Julia Heide Pires Rocha Ribeiro

Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos da Controladoria-Geral da União

Julia Pereira

Instituto de Estudos para Políticos de Saúde

Kenio Costa de Lima

Diretoria de Proteção da Pessoa Idosa da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa do Ministério das Direitos Humanos e da Cidadania

Larissa Bortoloti Aquino

Observatório de Direitos Humanos de Guarulhos da Secretaria de Direitos Humanos do Município de Guarulhos – São Paulo

Laura Boeira

Instituto Veredas

Leila Dias Pereira da Costa

Centro Universitário Católica do Tocantins

Leonardo Fernandes Nascimento

Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino

Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Letícia Souto Pantoja

Coordenação de Gestão Documental da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Lucas José Ramos Lopes

Coalizão Brasileira pelo Fim da
Violência contra Crianças
e Adolescentes

Luciana Silva Garcia

Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais (Flacso)

Luciani Martins Ricardi

Coordenação-Geral de Indicadores
e Evidências em Direitos Humanos
da Secretaria Executiva do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Márcio de Oliveira

Universidade Federal da Grande
Dourados e Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Educação

**Maria Fernanda de Faria von Sydow
Bittencourt**

Núcleo de Informação, Políticas
Públicas e Inclusão Social - Fundação
Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Centro
Universitário Arthur Sá Earp Neto/
Faculdade de Medicina de Petrópolis
(UNIFASE/FMP)

Maria Isabel Couto

Instituto Fogo Cruzado

Maria Laura Andrade Franco

Campus Santa Mônica da Universidade
Federal de Uberlândia

Maritsa Carla de Bortoli

Instituto de Saúde da Secretaria
de Saúde do Estado de São Paulo

Marrielle Maia Alves Ferreira

Campus Santa Mônica da Universidade
Federal de Uberlândia

Mateus Moraes Araújo

Laboratório de Monitoramento
e Avaliação de Políticas e Eleições
do Instituto de Estudos Sociais
e Políticos da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, Universidade
Federal de Minas Gerais

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada

Milene Torquato

Secretaria Nacional dos Direitos
das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Noelle da Silva

Coordenação-Geral de Indicadores
e Evidências em Direitos Humanos
da Secretaria Executiva do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Paula Érica Batista de Oliveira

Diretoria de Proteção da Pessoa Idosa
da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa
do Ministério dos Direitos Humanos
e da Cidadania

Paula Marques

Fundo das Nações Unidas
para a Infância - UNICEF

Paulo José Pereira

Laboratório de Estatística Aplicada
e Estudos Demográficos da
Universidade Federal do Vale
do São Francisco

Pedro de Lemos MacDowell

Coordenador-Geral de Indicadores
e Evidências em Direitos Humanos
na Secretaria-Executiva do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Pedro Henrique de Pina Cabral Viana

Coordenação-Geral de Indicadores
e Evidências em Direitos Humanos
Secretaria Executiva do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Raphaely Luz

Secretaria Nacional dos Direitos
das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Renato Barboza

Instituto de Saúde da Secretaria
de Saúde do Estado de São Paulo

Renato Dirk

Grupo de Estudos dos Novos
Illegalismos da Universidade
Federal Fluminense

Romário Monteiro Feitosa
Cia Cata-Ventos de Cultura

Rosana Silva Moore Wedderburn
Laboratório de Humanidades Digitais
da Universidade Federal da Bahia

Roselene Candida Alves
Secretaria Nacional dos Direitos da
Pessoa com Deficiência do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Samira Safadi Bastos
Grupo de pesquisa Desigualdades
Sociais e Interseccionalidades
de Classe, Gênero, Raça/Etnia
e Gerações da Universidade
Federal da Bahia

Sara Emanuella de Carvalho Mota
Coordenação-Geral de Indicadores
e Evidências em Direitos Humanos
da Secretaria Executiva do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Sérgio Prudente
Coordenação-Geral de Diversidade
e Interseccionalidade da Secretaria
Nacional dos Direitos da Pessoa com
Deficiência do Ministério dos Direitos
Humanos e da Cidadania

Suliane Cardoso
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul e Rede Anthera

Tamille Sales Dias
Coordenação Geral de Avaliação
e Organização de Evidências da
Diretoria de Altos Estudos da Escola
Nacional de Administração Pública

Terine Husek Coelho
Instituto Fogo Cruzado

Vanessa Terezinha Gubert
Coordenação Geral de Avaliação
e Organização de Evidências da
Diretoria de Altos Estudos da Escola
Nacional de Administração Pública

Verônica Bohm
Universidade de Caxias do Sul

Victória Paulo Menin
Instituto Veredas

Willyan Alvarez Viegas
Coordenação-Geral do Programa
de Proteção a Vítimas e Testemunhas
Ameaçadas da Secretaria Nacional
de Direitos Humanos do Ministério
dos Direitos Humanos e da Cidadania

Yacine Guellati
Coordenação-Geral de Segurança
Pública e Direitos Humanos
da Secretaria Nacional de Direitos
Humanos do Ministério dos Direitos
Humanos e da Cidadania do Ministério
dos Direitos Humanos e Cidadania

Apresentação

A Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH) é uma instância de articulação, produção e disseminação de informações estratégicas e evidências destinadas a subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas de direitos humanos e de cidadania. Instituída pela Portaria nº 762, de 7 de dezembro de 2023, trata-se de mais uma ação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no sentido de fortalecer a agenda nacional de políticas informadas por evidências para apoiar a tomada de decisão em direitos humanos.

Em 2024, primeiro ano de seu funcionamento, a ReneDH priorizou em sua atuação a competência de “coordenar a produção e a disseminação de análises, estudos e pesquisas em direitos humanos e cidadania, de forma colaborativa e multidisciplinar, com o estímulo à formação de Núcleos Temáticos de Informações e Evidências entre os membros da RENEDH”, definida no item III do Art. 2º do Anexo I da Portaria nº 631, de 19 de julho de 2024, que aprovou seu Regimento Interno.

Nesse sentido, foi concebido um modelo de trabalho baseado em metodologia ágil de funcionamento, com o objetivo de alcançar resultados e oferecer entregas também em curto prazo, sem prejuízo dos alcances de médio e longo prazos. Por

esse motivo foi proposta a adoção de uma implementação em ciclos, com um alcance gradativo de aprofundamento das ações e dos objetivos, tendo o primeiro ciclo iniciado em fevereiro de 2024 e finalizado em fevereiro de 2025, com a realização do 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos.

Essa metodologia encontrou um campo profícuo para produção no marco da Tradução do Conhecimento e das Políticas Informadas por Evidências, processo que envolve etapas de priorização de necessidades, produção compartilhada de estudos, elaboração de sínteses, disseminação e intercâmbio do conhecimento produzido, com aplicação ética para oferecer serviços e produtos mais eficazes para o apoio às políticas públicas, funcionando como uma ponte entre produtores(as) de pesquisa e tomadores(as) de decisão.

Assim, o 1º Ciclo de Implementação da ReneDH iniciou com a construção da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos do MDHC para 2024, que indicou 44 temas de pesquisa priorizados por gestoras e gestores das políticas do Ministério para apoiar a tomada de decisões estratégicas. A partir dos temas da Agenda, as instituições participantes da Rede se organizaram em seis grupos de trabalho temáticos, que realizaram de forma coletiva as pesquisas que deram origem aos sete produtos de tradução do conhecimento apresentados nesta coletânea.

Com esta publicação, o MDHC pretende dar ampla divulgação ao trabalho realizado de forma colaborativa pela ReneDH em seu primeiro ciclo, contribuindo para a institucionalização da Rede e das políticas de direitos humanos informadas por evidências. Este documento é resultado do esforço e do engajamento de um amplo conjunto de pessoas e instituições, incluindo órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, a quem expressamos nosso reconhecimento e agradecimento.

A participação ativa e qualificada dessas entidades fortaleceu a interface entre a produção acadêmica, as práticas sociais e a gestão pública, ampliando as bases para decisões informadas e sustentadas em evidências.

Este trabalho colaborativo representa um passo importante na promoção de uma governança pública mais efetiva e orientada à garantia dos direitos fundamentais.

O MDHC reafirma seu compromisso em seguir promovendo o diálogo interinstitucional e o uso de evidências na formulação e implementação de políticas públicas, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Janine Mello

Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Sumário

Introdução _____ **13**

1. Policy Brief

Enfrentamento e prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil _____ **23**

2. Mapa de Evidências

Novas perspectivas de Direitos Humanos da Pessoa Idosa _____ **48**

3. Inventário de Referências

Barreiras e facilitadores de acesso a serviços de saúde, trabalho, educação e assistência social de pessoas com transtorno do espectro autista _____ **85**

4. Policy Brief

Barreiras e facilitadores do acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde _____ **124**

5. Mapa de Evidências

Evasão Escolar e Universitária de pessoas LGBTQIA+ _____ **141**

6. Policy Brief

Cenário de extremismo no Brasil _____ **161**

7. Policy Brief

Experiências e Práticas de atendimento de vítimas de Violência do Estado _____ **185**

8. Glossário _____ 204

Introdução

Em janeiro de 2023, a criação da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos (CGIE) como parte da estrutura da Secretaria-Executiva do novo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) sinalizou a prioridade dada pela gestão federal à agenda de políticas informadas por evidências. Dentre as competências atribuídas à CGIE encontram-se as de “coordenar a identificação e a discussão de indicadores e dados sobre direitos humanos e realizar pesquisas e estudos que visem a aprimorar as informações referentes a direitos humanos”, e a de “promover a divulgação das informações, dos indicadores, das pesquisas e dos estudos que visem a fortalecer as informações sobre direitos humanos”, previstas no Art. 27 do Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023.

A efetivação dessas competências deu ensejo a duas importantes iniciativas, criadas ainda em 2023: o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), instituído pela Portaria nº 571, de 11 de setembro de 2023, e a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH), instituída pela Portaria nº 762, de 7 de dezembro de 2023. Ambas as iniciativas são complementares e constituem uma estratégia de institucionalização do uso de evidências para informar a

tomada de decisões no âmbito do MDHC, mas também para promover a transparência ativa de dados, indicadores e de um amplo conjunto de evidências para todos os setores da sociedade.

O ObservaDH é uma plataforma virtual de acesso público que reúne indicadores e índices de direitos humanos, apresentados na forma de narrativas de dados e painéis interativos, contando com recursos multimídia como gráficos, infográficos, mapas, ilustrações, vídeos e audiodescrições. Os conteúdos publicados no Observatório tratam dos públicos e temas prioritários para o MDHC, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e outras (LGBTQIA+), pessoas em situação de rua, pessoas privadas de liberdade, defensoras e defensores de direitos humanos, entre outros grupos sociais vulnerabilizados.

O Observatório tem como objetivo difundir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, fornecendo evidências para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de defesa, promoção, proteção, educação e cultura em direitos humanos, nos níveis de governo federal, estadual e municipal e junto à sociedade civil. Os indicadores disponibilizados são construídos a partir de bases de dados selecionadas preferencialmente entre registros administrativos federais e pesquisas censitárias e amostrais de abrangência nacional e de acesso público, mapeadas para construção de indicadores em uma perspectiva de direitos humanos.

O trabalho de construção de indicadores para diagnosticar e monitorar a situação dos direitos humanos no Brasil, realizado no âmbito do ObservaDH, ajuda a apontar também para uma série de lacunas de informações para as quais os dados disponíveis não são suficientes. Para além das limitações das bases de dados, há problemas públicos que requerem informações e evidências de outras naturezas para serem abordados. É nesse sentido que a ReneDH surge como uma iniciativa complementar ao Observatório, reconhecendo a multiplicidade de atores, em diversos setores e lugares, engajados na produção de estudos, análises, pesquisas

e reflexões sobre os direitos humanos em todas as suas dimensões.

Com o objetivo de articular essa pluralidade de produtoras e produtores de evidências em direitos humanos em um espaço fértil de produção coletiva e disseminação de informações estratégicas destinadas a subsidiar a tomada de decisão em direitos humanos e cidadania, a ReneDH foi oficialmente lançada no 1º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, que ocorreu em Brasília no dia 6 de fevereiro de 2024. A partir daí passou a receber adesões de instituições interessadas em participar da Rede, chegando a 19 de fevereiro de 2025, data da abertura do 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, com um total de 78 membros institucionais formalizados, entre órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

Estruturante dos princípios e das competências da ReneDH, o conceito de evidências, polissêmico e em disputa, remete, neste contexto, diretamente ao campo das Políticas Públicas Informadas por Evidências (PIE, na sigla adotada convencionalmente). Se esse campo surgiu e se desenvolveu principalmente em áreas ditas mais “duras” de pesquisa científica, especialmente na saúde, um nivelamento conceitual é necessário para que uma rede composta por um conjunto tão heterogêneo de atores e instituições possa operar de forma colaborativa. Essa discussão não será aprofundada neste espaço, mas é importante demarcar que a ReneDH tem operado no marco de uma “visão ‘moderada’ de evidências”, conforme a proposição de Pinheiro (2022).¹

Nesse sentido, o uso do conceito de evidências em direitos humanos, no âmbito da ReneDH, parte de dois pressupostos gerais:

1. As evidências em direitos humanos podem assumir múltiplas formas e autorias;

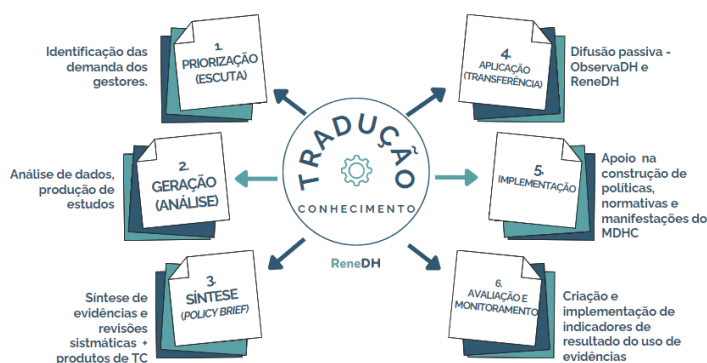
1.. PINHEIRO, M.M.S. Políticas públicas baseadas em evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**, Brasília, IPEA, p. 59-84, 2022.

2. As melhores evidências disponíveis dependem da demanda em contexto, que pode se expressar na forma de uma pergunta de pesquisa relacionada a um problema público.

Essa discussão foi objeto de um painel promovido pela Rede e realizado no âmbito da Semana da Avaliação Global², em junho de 2024, com o mote “O conceito de evidências em direitos humanos: limites e aplicações”, que contou com representantes do Ipea, Enap, Fiocruz, Instituto Veredas e Rede Anthera.

O uso de evidências para informar políticas públicas requer, ainda, uma abordagem metodológica que permita que os resultados das pesquisas e análises cheguem às pessoas tomadoras de decisão de uma forma adequada para um consumo eficaz. Assim, a ReneDH estruturou seu funcionamento a partir da lógica da tradução do conhecimento, entendida como um processo dinâmico e organizado em etapas. Esse processo pode ser representado pelo esquema a seguir:

Figura 1. Ciclo de Tradução do Conhecimento adotado pela ReneDH.



Fonte: Elaboração própria.

O modelo de trabalho adotado pela ReneDH pressupõe como primeira etapa da produção de conhecimento um exercício de identificação das demandas prioritárias para as

2. Disponível em: <https://www.globalevaluationinitiative.org/pt-br/event/o-conceito-de-evidencias-em-direitos-humanos-limites-e-aplicacoes>

políticas públicas de direitos humanos. Essa priorização de necessidades de pesquisa tem como agentes principais as gestoras e os gestores das políticas do MDHC e as equipes técnicas das diversas unidades que integram o órgão.

No primeiro trimestre de 2024 a CGIE conduziu o processo de consulta, por meio de uma série de oficinas, com cada uma das Secretarias Nacionais do MDHC, para identificar as necessidades de estudos, pesquisas, análises e dados, com base nas políticas prioritárias. Essas demandas foram trabalhadas junto às equipes para que pudessem ser apresentadas na forma de perguntas de pesquisa, detalhando itens como o problema público a ser enfrentado, as lacunas de evidências identificadas, a decisão que precisa ser tomada, as características esperadas para os estudos a serem desenvolvidos e o tipo de produto esperado.

O resultado desse trabalho foi a elaboração da edição de 2024 da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos do MDHC. A Agenda foi publicada pelo Ministério e disponibilizada em sua página institucional. Nessa primeira edição foram levantados 44 temas de pesquisa, dispostos em cinco eixos temáticos, correspondentes às pautas de cada Secretaria Nacional do MDHC. Para além de orientar os trabalhos no âmbito da ReneDH, apresenta-se também como um documento norteador para a realização de pesquisas independentes interessadas em informar a tomada de decisões em políticas públicas de direitos humanos.

O sentido de urgência das políticas públicas de direitos humanos e de cidadania no Brasil, em um contexto marcado por profundas desigualdades e violações sistemáticas, requereu da ReneDH uma organização orientada para um funcionamento ágil, capaz de entregar resultados em prazo mais curto do que o tempo usual da produção de pesquisas. Propôs-se, dessa forma, um modelo de trabalho baseado em ciclos de implementação, com a duração de aproximadamente um ano, cobrindo todas as etapas do processo de tradução do conhecimento.

Para o primeiro ciclo, iniciado com o 1º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, em fevereiro de 2024, e finalizado com o 2º Encontro, em fevereiro de 2025, a Rede organizou-se em seis grupos de trabalho temáticos (GTs).

A organização dos grupos baseou-se nos cinco eixos da Agenda de Prioridades. O sexto GT foi proposto a partir de um desdobramento do eixo de promoção e defesa dos direitos humanos, considerando os temas de interesse das instituições participantes. Assim, os GTs tiveram a seguinte distribuição:

Quadro 1. Número de instituições participantes por Grupo de Trabalho no 1º Ciclo da ReneDH.

	Tema	Número de instituições participantes
GT1	Direitos humanos das crianças e adolescentes	11
GT2	Direitos humanos da pessoa idosa	8
GT3	Direitos humanos da pessoa com deficiência	6
GT4	Direitos humanos das pessoas LGBTQIA+	7
GT5	Promoção e defesa dos direitos humanos	16
GT6	Letalidade policial e violência institucional	10

Fonte: Elaboração própria

Coube a cada instituição participante da ReneDH a escolha sobre qual(is) grupo(s) de trabalho integrar. O processo de composição dos GTs se deu a partir de uma correspondência entre os temas de pesquisa da Agenda de Prioridades e as áreas de atuação de cada instituição, considerando as pesquisas já realizadas ou o interesse em desenvolvê-las, além da disponibilidade e da capacidade para acompanhar as reuniões e se envolver no desenvolvimento dos trabalhos.

Os participantes de cada grupo de trabalho debruçaram-se sobre um ou mais temas da Agenda de Prioridades, com o objetivo de analisar as evidências disponíveis e produzir estudos de acordo com as demandas da gestão do MDHC. Esse trabalho foi feito de forma colaborativa, com a participação de representantes de diversos órgãos e instituições, em um processo de trabalho que envolveu uma série de reuniões síncronas, sempre virtuais, uma vez que a Rede reúne membros de todas as regiões do Brasil, e etapas assíncronas de produção ao longo do segundo semestre de 2024.

Além dos trabalhos realizados no âmbito dos GTs, a ReneDH promoveu, em seu primeiro ciclo, uma série de ações de formação e capacitação para seus membros e para o público

em geral. Entre junho e novembro de 2024 foram ofertados um painel temático, três webinários e uma oficina:

- Painel "O conceito de evidências em direitos humanos: limites e aplicações"
- Webinário "Como a ferramenta *Matching Q-M* pode apoiar a tradução do conhecimento sobre direitos humanos?"
- Webinário "Produtos de Tradução do Conhecimento aplicados aos Direitos Humanos: teoria e prática"
- Webinário "Institucionalização do uso de evidências em direitos humanos: constituindo núcleos de evidências"
- Oficina "Ferramentas comunicacionais para Tradução do Conhecimento: produzindo um *policy brief*"

Essas ações de capacitação conformam uma trilha formativa com o objetivo de promover um nivelamento conceitual e teórico entre membros da ReneDH, fomentar o debate público sobre o tema das políticas de direitos humanos informadas por evidências e fornecem ferramentas para o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da Rede. Todas elas contribuíram diretamente para o resultado dos sete produtos apresentados nesta publicação.

Esses produtos são o principal resultado do primeiro ciclo de implementação da ReneDH, e consomem um processo que iniciou na priorização de temas de pesquisa, passou pela realização dos estudos e análises necessários para responder às perguntas formuladas pelas gestoras e gestores do MDHC na Agenda de Prioridades, e concluiu com a elaboração das sínteses de evidências aqui apresentadas. É nesse sentido que tratamos os trabalhos reunidos nessa publicação como "produtos de tradução do conhecimento".

O primeiro produto, "**Enfrentamento e prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil**", é um *policy brief*, isto é, um documento conciso que resume informações relevantes sobre o tema, priorizado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na Agenda de Prioridades. O produto traz subsídios para o enfrentamento dos problemas da alta incidência de violência sexual intrafamiliar entre crianças e adolescentes no Brasil e a dificuldade de implementar estratégias efetivas para prevenção e enfrentamento desse fenômeno. É apresentado um diagnóstico do problema, os principais fatores de risco identificados e possíveis estratégias de abordagem a partir da análise de um conjunto de estudos. O produto traz ainda

uma discussão sobre o financiamento de políticas públicas nesse tema, incluindo sugestões para aprimorá-lo. As considerações para a tomada de decisão em relação ao problema são apresentadas em seis eixos estratégicos.

O segundo produto é o mapa de evidências **“Novas perspectivas de direitos humanos da pessoa idosa”**. Um mapa de evidências é uma ferramenta de síntese visual que organiza e sistematiza o conhecimento disponível sobre um tema específico, identificando lacunas, tendências e áreas prioritárias para pesquisa ou políticas públicas. Ele não busca responder uma pergunta específica, mas mapear o que já foi estudado. Nesse caso, o tema dos direitos humanos da pessoa idosa foi abordado de forma mais geral, buscando apresentar o estado da arte da produção sobre o tema, sem aprofundar um problema específico.

O GT sobre direitos humanos da pessoa com deficiência desenvolveu estudos sobre dois dos temas priorizados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O primeiro produto é também um *policy brief*, sobre **“Barreiras e facilitadores do acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde”**. Esse trabalho analisou estudos publicados sobre barreiras de acesso e sobre facilitadores, cujos principais achados foram sistematizados em quadros. O segundo produto é um inventário de referências sobre **“Barreiras e facilitadores de acesso a serviços de saúde, trabalho, educação e assistência social de pessoas com transtorno do espectro autista”**. Um inventário de referências é uma lista de referências bibliográficas (como artigos, livros, relatórios, leis e documentos técnicos) sobre um tema específico. Ele serve para mapear o que já foi produzido, facilitando o acesso e a análise do material existente. O inventário aqui publicado incluiu estudos que atenderam a todos os critérios considerados.

A partir de um dos temas de pesquisa priorizados pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o GT 4 produziu um mapa de evidências sobre **“Evasão escolar e universitária de pessoas LGBTQIA+”**. O resumo executivo do mapa, que integra essa publicação, detalha a metodologia utilizada para a inclusão ou exclusão de estudos no levantamento. Após uma busca estruturada em uma série de bases de dados que resultou em mais de 450 achados, foi feita uma seleção considerando os critérios estabelecidos, de modo que apenas 16 estudos foram

incluídos no mapa.

O GT sobre promoção e defesa dos direitos humanos, que trabalhou com o eixo de maior diversidade temática da Agenda de Prioridades, optou por desenvolver um *policy brief* sobre “**O cenário do extremismo violento no Brasil**”. Esse estudo partiu do problema da disseminação dos discursos de ódio e de narrativas extremistas, com aumento de denúncias de casos de apologia ao nazismo, crimes cibernéticos e crescimento de ataques em escolas, além do crescimento de células neonazistas no país. O levantamento realizado pelo GT identificou publicações que tratam do tema considerando os critérios de seleção, dos quais apenas nove abordaram estratégias de prevenção e enfrentamento do problema.

Finalmente, o sétimo produto aqui publicado apresenta um *policy brief* sobre “**Experiências e práticas de atendimento a vítimas de violência do Estado**”. O estudo parte do problema da alta incidência de violência praticada por agentes do Estado no país, especialmente pelas forças de segurança pública, conjugada com a insuficiência de serviços especializados para atendimento às vítimas, além da falta de informações acessíveis e organizadas sobre os serviços disponíveis, procedimentos e fluxos de atendimento, que resultam em vítimas desamparadas, perpetuando ciclos de revitimização e impunidade. O produto apresenta de forma sintética um diagnóstico do problema, os principais resultados do levantamento bibliográfico realizado, incluindo as lacunas identificadas, além de sugestões de medidas a serem implementadas e considerações para a tomada de decisões.

Os resultados de todos os produtos aqui publicados foram apresentados no 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, marcando o término do primeiro ciclo e o início do segundo ciclo da ReneDH. Este Caderno documenta o trabalho realizado ao longo de 2024 e aponta também para o caminho necessário de fortalecimento e institucionalização da Rede, que segue aberta a novas adesões e pronta para o desenvolvimento de novas pesquisas. Um dos desafios para o ciclo que se inicia em 2025 é o da criação de núcleos de evidências em direitos humanos, estratégia já consolidada em áreas como a saúde, onde o campo das políticas informadas por evidências já percorreu um caminho mais longo.

Essa publicação é o resultado de um trabalho coletivo, que envolveu quase uma centena de pessoas representando dezenas de instituições, entre órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Essas instituições e as pessoas que as representam encontram-se em pelo menos 20 estados, nas cinco regiões do Brasil, além de colaborações que se deram a partir de outros países. Mais do que uma condição para viabilizar a realização dos trabalhos, esse esforço colaborativo em prol dos direitos humanos é o próprio espírito da ReneDH.

1. *Policy Brief*

Enfrentamento e prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil

GT1 - Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

AUTORAS E AUTORES _____

Aline dos Santos Pires - Observatório de Direitos Humanos - Prefeitura de Guarulhos (SP) | Claudia Fonseca - UFRGS e Rede Anthera | Daniela Fortunato Rêgo - MDHC | Elisa Borges Matos - UFMG | Ivan Henrique de Mattos e Silva - MDHC | Janaína Gomes - UFRGS e Rede Anthera | Larissa Bortoloti Aquino - Prefeitura de Guarulhos (SP) | Lucas José Ramos Lopes - Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes | Paula Marques - UNICEF | Paulo José Pereira - Univasf | Pedro Henrique de Pina Cabral Viana - MDHC | Samira Safadi Bastos - UFBA | Suliane Cardoso - PUCRS e Rede Anthera

QUAIS PERGUNTAS ESSE PRODUTO PRETENDE RESPONDER?**1**

Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil?

2

Qual o perfil das vítimas e de agressores da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil? Quais os principais contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil?

3

Quais são e como são distribuídos e aplicados os recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil?

A QUEM SE DESTINA ESSE PRODUTO?

- Tomadoras(es) de decisão,
- Gestoras(es) públicos,
- Legisladoras(es),
- Pesquisadoras(es) e especialistas,
- Mídia social e
- Sociedade civil

**QUAL PROBLEMA PÚBLICO É ABORDADO?**

Alta incidência de violência sexual intrafamiliar entre crianças e adolescentes no Brasil,

Dificuldade de implementar estratégias efetivas para **prevenção e enfrentamento desse fenômeno.**

QUAL É O DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA?

- A **violência sexual intrafamiliar** atinge, sobretudo, **meninas entre 6 e 14 anos**;
- **Crianças com deficiência**, pertencentes a minorias étnicas ou vivendo em áreas rurais também são mais vulneráveis devido ao difícil acesso a redes de proteção;
- Os **perpetradores são majoritariamente homens do círculo familiar**, como pais, padrastos, tios e avôs.
- O abuso frequentemente se prolonga sem identificação, devido a coerção psicológica e ameaças.
- A normalização da violência e a cultura do silêncio dificultam denúncias, agravadas pelo medo de represálias e descrença no sistema de justiça
- Crianças em áreas isoladas têm menos suporte institucional, e falhas no acolhimento e na capacitação de profissionais aumentam a revitimização das vítimas;
- Cerca de **30% dos perpetradores foram vítimas na infância**, sugerindo um ciclo intergeracional de violência. O uso de substâncias psicoativas, transtornos psicológicos e dificuldades econômicas aumentam o risco de comportamento abusivo.



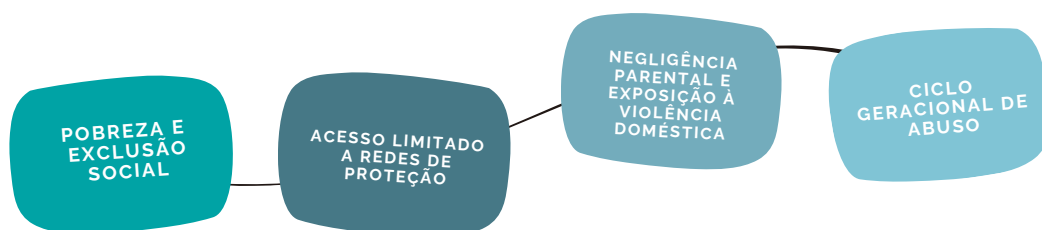
30%

DOS PERPETRADORES
FORAM VÍTIMAS
NA INFÂNCIA



MENINAS ENTRE
6 E 14 ANOS SÃO
PRINCIPAIS VÍTIMAS

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO



QUAIS AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM O PROBLEMA?

1

EDUCAÇÃO PARENTAL

- **Programas voltados a pais e responsáveis** demonstram impacto positivo na redução da violência doméstica e na prevenção do abuso;
- **Campanhas educativas** ampliam a conscientização sobre o impacto da violência sexual e sua inaceitabilidade social;
- A **prevenção do casamento infantil** é essencial.

2

APOIO ECONÔMICO

- **Transferência de renda** demonstram eficácia na redução da exploração sexual e do casamento infantil;
- **Assistência financeira e orientação profissional para mães** também fortalecem a proteção infantil.

3

EDUCAÇÃO PROTETIVA

- **Inclusão de conteúdos** sobre direitos da infância, violência sexual e igualdade de gênero **nos currículos escolares** é importante;
- A **capacitação de professores** para identificar e encaminhar casos de abuso também é essencial;
- **Programas de empoderamento infantil**, que ensinam **autoproteção, consentimento e comunicação assertiva**, ajudam crianças a reconhecer, resistir e denunciar abusos.

4

FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO

- Depende da **implementação contínua** e do financiamento adequado para garantir ações sustentáveis;
- A **combinação de ações de Educação, assistência social e saúde** é essencial para reduzir a incidência de casos e garantir o atendimento adequado às vítimas.

COMO SOLUCIONAR ESSAS QUESTÕES RELATIVAS AO FINANCIAMENTO NESSE TEMA?

7 EIXOS ESTRATÉGICOS

Investir na capacitação de profissionais e fortalecimento da rede de proteção promovendo formação continuada para os profissionais que atuam na rede de proteção à infância, incluindo assistentes sociais, educadores, agentes de saúde e policiais.

Fortalecer o monitoramento e a transparência desenvolvendo sistemas de acompanhamento da destinação e uso dos recursos federais, garantindo que sejam aplicados nas finalidades previstas.

Aperfeiçoar os mecanismos de execução orçamentária garantindo que os valores previstos no orçamento sejam efetivamente executados, evitando contingenciamentos que prejudiquem o atendimento às vítimas.

Ampliar os serviços especializados de atendimento a crianças e adolescentes previstos na Lei 13.431/2017.

Fortalecer o financiamento para programas locais de atendimento especializado, garantindo que todos os municípios tenham estrutura para acolhimento das vítimas.

Assegurar uma **distribuição equitativa de recursos** criando critérios mais justos para a alocação dos recursos, priorizando regiões com maior incidência de casos de violência sexual e menor capacidade institucional.

Criar mecanismos de execução direta de recursos para estados e municípios, simplificando os processos burocráticos para acesso ao financiamento.

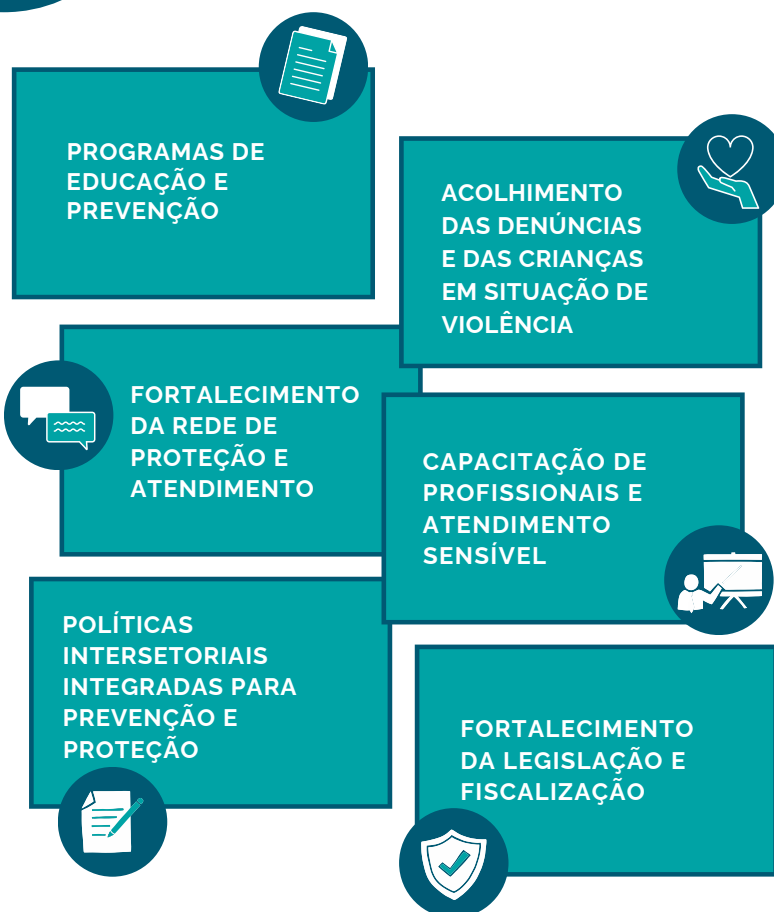
CHAMADO PARA AÇÃO

Investir em estratégias baseadas em evidências é essencial para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, reduzir a subnotificação dos casos e mitigar os impactos da violência sexual intrafamiliar.



QUAIS AS CONSIDERAÇÕES PARA TOMADA DE DECISÃO?

6 EIXOS ESTRATÉGICOS



Acesse ou clique no código QR para acessar mais informações dessa seção



VIOÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR E A DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**TEMA ADJACENTE
PONTO DE ATENÇÃO**

Embora os principais perpetradores dos casos de violência sexual intrafamiliar sejam homens, a maioria dos desfechos relacionados à destituição do poder familiar e ao encaminhamento das crianças para acolhimento institucional afetam as mulheres (Bastos et al, 2022 e outros). Por isso, essas medidas devem ser excepcionais e baseadas em uma investigação aprofundada dos fatores de risco. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) recomenda como medida prioritária, a preservação dos vínculos familiares, promovendo a reintegração da criança à sua família e comunidade.

Implementar educação continuada sobre destituição do poder familiar para os profissionais envolvidos.

01.

Adotar medidas que evitem a revitimização de famílias e crianças durante os processos de intervenção.

02.

Articular e comunicar a rede de proteção, acompanhando fluxos de atendimento para fortalecer as famílias em vulnerabilidade social.

03.

Padronizar os processos de destituição, que frequentemente variam de acordo com interpretações locais, limitando a atuação da defesa.

04.

Destinação orçamentária para as políticas públicas de proteção social.

05.

Metodologia

Como foi construído o escopo do *policy brief*? _____

As perguntas de pesquisa foram definidas por meio de discussões técnico-científicas entre os especialistas, de acordo com os temas prioritários da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos. Dessa forma, foi escolhido o tema prioritário 5: Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes (Brasil, 2024). De acordo com a matriz de enquadramento da pergunta de pesquisa elaborada pela área técnica da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Apêndice 1), foram definidas as questões definidoras da pesquisa:

Pergunta principal _____

1 - Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil?

Perguntas secundárias _____

2 - Qual o perfil das vítimas e de agressores da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil? Quais os principais contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil?

3 - Quais são e como são distribuídos e aplicados os recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil?

A partir da definição das perguntas de pesquisa, foi utilizado um Acrônimo, conforme descrito abaixo:

- População ou problema - P: Enfrentamento e prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes
- Conceito - C: Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes
- Contexto - C: Nacional e internacional

O Quadro 2 traz um detalhamento do escopo do *policy brief*, a partir do enquadramento da pergunta de pesquisa no acrônimo PCC.

Quadro 2. Definição do escopo da síntese de evidência, a partir do acrônimo PCC.

Acrônimo	O que vamos considerar?	O que não vamos considerar?
P: Enfrentamento e prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. De qualquer raça, cor/etnia, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.	Vítimas de violência das demais faixas etárias
C: Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes	Violência sexual intrafamiliar de acordo com a Lei nº 13.431/2017 ¹ e Art. 126 do Código Penal. ²	Outras violências sexuais fora do contexto intrafamiliar
C: Brasil e mundo	Contexto nacional Contexto internacional Contexto familiar	Contexto escolar

Fonte: Elaboração própria

¹ Lei nº 13.431/2017; Art. 4º III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) Abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico. (BRASIL, 2017).

² Código Penal; Art. 126 II - [...] se o agente é ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela; (Redação dada pela Lei nº 13.718, de 2018).

Como foi planejado o delineamento do estudo?

Foi realizado um *policy brief*, um resumo conciso de um problema específico, curto, focado e livre de jargões, com opções políticas (dispositivo fundamental para tomada de decisão) informadas em evidências científicas para enfrentá-lo (FAO, 2011)³. O *policy brief* é destinado a formuladores(as)

³ Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Food security:

de políticas governamentais, usuários(as) dos serviços, gestores(as) federais, estaduais e municipais e quaisquer outros grupos de interesse do processo decisório (FAO, 2011)⁴. O mini protocolo do *policy brief* foi elaborado previamente à execução do estudo e validado pelo grupo de trabalho. O documento está disponível para consulta mediante solicitação pelo correio eletrônico: renedh@mdh.gov.br. Um material de referência foi utilizado para construção do mini protocolo de pesquisa (Brasil, 2022)⁵.

Quais foram os critérios de inclusão e exclusão dos estudos para o *policy brief*?

Foram elegíveis quaisquer tipos de pesquisas, sejam elas primárias ou secundárias, como por exemplo, revisões sistemáticas, de escopo ou revisões rápidas, revisões narrativas e integrativas sobre estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil e no mundo.

Foram excluídas referências de capítulos de livro, editoriais, cartas, resumos de anais de congressos, matérias jornalísticas, *releases* ou quaisquer outros produtos que não sejam artigos, relatórios de pesquisa, análises de dados, normativas e ou documentos institucionais, teses e dissertações; referências cujo objeto não é referente à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes da faixa etária de 0 a 18 anos; referências realizados em contexto fora do ambiente intrafamiliar (escolar, por exemplo); referências que não contenham informações sobre estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

communications toolkit. Preparing policy briefs. Rome: FAO; 2011. Cap. 4.1, p. 139–213.

4 Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Food security: communications toolkit. Preparing policy briefs. Rome: FAO; 2011. Cap. 4.1, p. 139–213.

5 Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes – Matriz 02: Exploração Sexual. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaibrasil/planevca-matriz-02-exploracao-sexual>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Quais foram as fontes de informação e as estratégias de busca realizadas no *policy brief*?

Foi realizada busca estruturada no dia 18 de setembro de 2024, nas bases de dados a seguir:

- *Social System Evidence*
- *BDTD*
- *Journal Storage - JSTOR*
- *PubMed via Medline*
- *Web Of Science*
- Biblioteca Virtual em Saúde
- Capes - teses e dissertações

A estratégia foi construída no *PubMed*, com base na pergunta estruturada PCCS (População, Conceito, Contexto e Tipo de estudo) e, posteriormente, adaptada para as demais bases.

Foram utilizados os vocabulários controlados *DeCS/MeSH* e sinônimos para os termos "*sexual violence*", "*child OR adolescent*", "*Child Abuse, Sexual*". Para as bases *PubMed*, *Web of Science*, *BVS*, *CAPE*S e *JSTOR* foram aplicados filtros. Foram incluídos estudos publicados nos idiomas inglês, português e espanhol. Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de *Excel*, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial (*Chat-GPT*). O quadro abaixo detalha as estratégias:

Quadro 3. Estratégias de busca estruturadas em repositório de estudos.

Estratégia de busca	Fonte	Filtro aplicado	Links das buscas
(sexual violence)	Social System Evidence	Sem filtro	SSE sexual violence
(sexual violence) AND (child OR adolescent)	Health System Evidence	Sem filtro	HSE sexual violence
((sexual violence intrafamiliar) AND (child OR childs OR adolescent OR adolescents) AND (public policy)	JSTOR	Journals	JSTOR sexual violence
("Child Abuse, Sexual" [Mesh] OR (Sexual Child Abuse) OR (Sexual Abuse, Child) OR (Abuse, Child Sexual) OR (Child Sexual Abuse) OR (Child Molestation) OR (Molestation, Child) OR (Sexual Abuse of Child) OR (Child Molestation, Sexual) OR (Sexual Child Molestation) OR (Molestation, Sexual, Child)) AND (Intrafamiliar)	PubMed	Últimos 7 anos (2017-2024)	PubMed sexual violence
(sexual violence) AND (child OR childs OR adolescent OR adolescents) AND intrafamiliar	Web Of Science	Idiomas: inglês, português e espanhol; Revisões e artigos	WoS Sexual violence
((Abuso sexual de crianças ou menores) OR (Abuso Sexual Infantil) OR (Abuso Sexual da Criança) OR (Abuso Sexual de Adolescente) OR (Abuso Sexual de Criança) OR (Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes) OR (Abuso Sexual de Menor) OR (Abuso Sexual de Menor) OR (Abuso Sexual de Menor) OR (Abuso Sexual de Menores) OR (Abuso Sexual de Menores) OR (Abuso Sexual do Adolescente) OR (Maus-Tratos Sexuais Infantis) OR (Maus-Tratos Sexuais da Criança) OR (Maus-Tratos Sexuais de Menor) OR (Molestamento Sexual da Criança) OR (Violação Sexual Infantil) OR (Violação Sexual de Menor)) AND (intrafamiliar)	BVS	Últimos 7 anos (2017-2024); filtro de idioma	BVS violencia sexual
(violência sexual) AND (criança OR crianças OR adolescente OR adolescentes) AND intrafamiliar	Capes - teses e dissertações	últimos 10 anos	Capes Teses e dissertações

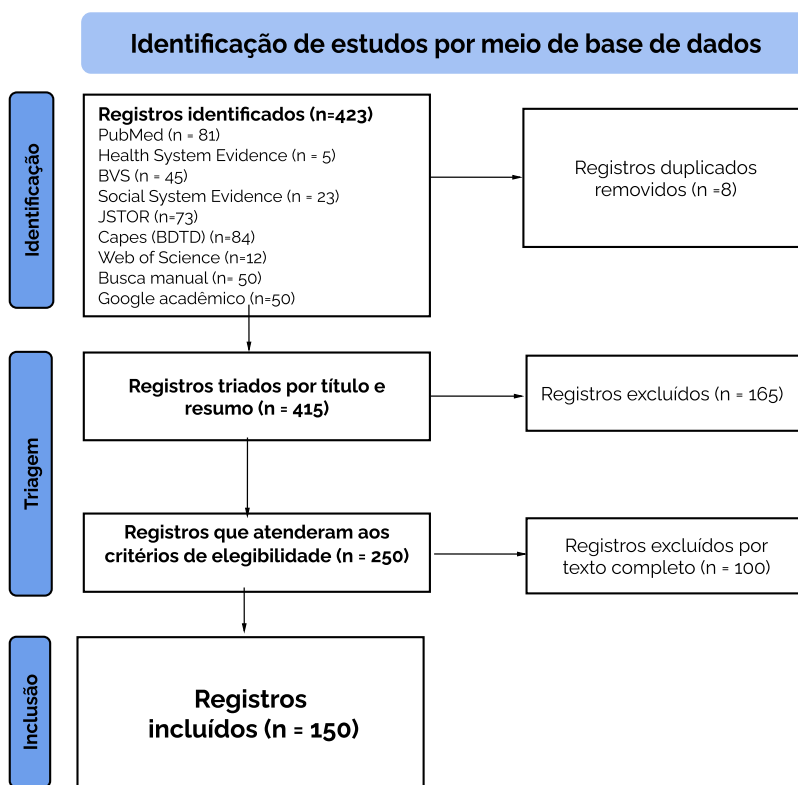
Fonte: Elaboração própria

Uma busca manual foi realizada para responder as perguntas secundárias. Foram identificados sites institucionais por meio de discussão entre especialistas do tema. Seguem as instituições em cujas páginas institucionais as buscas manuais foram realizadas:

- Childhood pela proteção da infância
- Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência C e A
- Conselho Nacional de Justiça
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Fundação José Luiz Egydio Setúbal
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Google Acadêmico
- Instituto Alana
- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- Ministério da Saúde
- Ministério do Planejamento e da Justiça e Segurança Pública
- Ministério Público do Estado de São Paulo
- Ordem dos Advogados do Brasil
- Organização Pan Americana de Saúde
- Rede Anthera
- *Together for Girls*
- Universidade Federal de Santa Catarina
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- *WHO Global Health Observatory*

Na Figura abaixo é apresentado o fluxo de avaliação da elegibilidade dos estudos.

Figura 2. Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.



Fonte: Elaboração própria.

Como os estudos foram triados e selecionados?

Para a triagem e seleção dos estudos obtidos a partir das bases de dados, foi utilizada uma planilha padronizada em *Excel*. Após a remoção dos registros duplicados, nove autores executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade, previamente definidos. No caso de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por consenso por outras duas autoras.

Como os dados dos estudos foram extraídos?

Foi realizada uma reunião prévia para discussão do formato da extração dos dados pela equipe. Foi realizado

alinhamento e padronização das informações dos estudos. A extração foi realizada em uma planilha eletrônica padronizada por oito autores. Os seguintes dados foram extraídos:

- Dados gerais: autor, ano de publicação e país;
- Resultados: estratégias de prevenção e enfrentamento contra violência sexual intrafamiliar;
- A extração dessas informações deu insumos para a escrita do *policy brief*.

Como a escrita do *policy brief* foi realizada?

O conteúdo do *policy brief* foi dividido em seções e cada um dos especialistas optou por contribuir com uma ou mais de uma seção. Abaixo, seguem as seções definidas:

- Público-alvo
- Problema público
- Diagnóstico (Pergunta de Pesquisa 2)
- Principais evidências (Pergunta de Pesquisa 1)
- Principais evidências (Pergunta de Pesquisa 3)
- Principais recomendações + Tema adjacente
- Sugestão de Infográficos
- Formatação

Ademais, foi escolhido entre os especialistas um tema adjacente eleito como um ponto de atenção para ser abordado ao final do *policy brief*: Violência sexual intrafamiliar e a destituição do poder familiar.

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

ALVES, R. A. et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: o papel das instituições de ensino da educação básica na prevenção e enfrentamento**. 2021. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/6531>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ANDRESEN, S. Testimonies about child sexual abuse in the family. Challenges of addressing the private sphere. **Child Abuse Negl**, v. 144, p. 106352, out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37478733/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

AZAMBUJA, M. R. F. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/1022>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BOUCHARD, S. et al. Child Sexual Abuse and Employment Earnings in Adulthood: A Prospective Canadian Cohort Study. **Am J Prev Med**, v. 65, n. 1, p. 83-91, jul. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36849276/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. **Boletim Epidemiológico**, v. 54, n. 8, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRIGAGÃO, J. I. M.; SANTOS, F. B. P.; NUNES, S. B. et al. **Segurança pública e vulnerabilidade de mulheres e crianças: os municípios podem fazer algo a respeito?** Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/2e204afb-727e-4951-92d4-301c55b7e0cf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CAPELLA, C. et al. Psychotherapeutic change in children and adolescents who have been sexually abused: a model from participants' perspectives. **Research in Psychotherapy**, v. 25, n. 1,

p. 583, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9153757/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHILDHOOD BRASIL. **Centros de Atendimentos Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências**. Publicado em: 03 jun. 2022. Disponível em: https://www.childhood.org.br/fique-por-dentro/publicacoes/?library_item_slug=centros-de-atendimentos-integrado-a-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias#library-item-centros-de-atendimentos-integrado-a-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-violencias. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHILDHOOD BRASIL. **Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual**. 4. ed. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/guia-de-referencia/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHILDHOOD BRASIL; IGNITE PHILANTHROPY. **Índice Fora das Sombras [Out Of the Shadows] Brasil: o desempenho do Brasil nas respostas à violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Childhood Brasil, 2023. 36 p. ISBN 978-65-87004-02-0. Disponível em: <https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2023/05/indice-fora-das-sombras-pesquisa-completa-2022.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHILDHOOD BRASIL. **Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência**. 2020. Disponível em: https://www.childhood.org.br/fique-por-dentro/publicacoes/?library_item_slug=parametros-de-escuta-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia#library-item-parametros-de-escuta-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHILDHOOD BRASIL; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista. **Atendimento integrado a crianças vítimas ou testemunhas de violência no planejamento plurianual dos municípios e estados brasileiros 2018-2021: implementando a Lei 13.431/2017**. [S.l.]: Childhood Brasil, 2018. Disponível em: <https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/guia-de-atendimento-integrado-a-criancas-vitimas-ou-testemunhas-de-violencia-guia-planejamento-plurianual-dos-municipios-e-estados-brasileiros-2018-2021.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CORREIA, C. M. et al. Child and adolescent violence: oral story of women who attempted suicide. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 6, p. 1450-1456, 21 out. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31644729/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DE LIMA, A. M. et al. A promoção da saúde pelo enfermeiro diante da violência sexual infantil intrafamiliar. **International Journal of Health Management Review**, v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.ijhmreview.org/ijhmreview/article/view/252>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ELLIOTT, S. A. et al. Reactions to the disclosure of intrafamilial childhood sexual abuse: Findings from the National Sexual Assault Online Hotline. **Child Abuse & Neglect**, v. 127, p. 105567, maio 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35278820/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FELÍCIO, A. G.; JESUS, K. V. S.; LIMA, S. P. **O papel da escola no enfrentamento da violência sexual infantil**. 2017. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/1371>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GARSTANG, J. et al. Improving professional practice in the investigation and management of intrafamilial child sexual abuse: Qualitative analysis of serious child protection reviews. **Child Abuse Negl**, v. 137, p. 106053, mar. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36689782/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GEWEHR, E.; HENSEL, B.; VOLBERT, R. Predicting disclosure latency in substantiated cases of child sexual abuse. **Child Abuse Negl**, v. 122, p. 105346, dez. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34627040/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GICHAZ, M.; BAND-WINTERSTEIN, T.; AVIELI, H. Growing Older in the Shadow of Childhood Intrafamilial Sexual Abuse: Women's Reflections on Parenthood Experiences Throughout the Life Course. **Gerontologist**, v. 62, n. 2, p. 232-240, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34282446/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GUNNLAUGSSON, G.; EINARSDÓTTIR, J. Review shows that Icelandic society is taking firmer steps to tackle the diverse forms of child abuse and neglect that its children are exposed to. **Acta Paediatrica**, v. 107, n. 9, p. 1500-1511, set. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29617047/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra crianças e adolescentes: 2019-2021: sumário executivo**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/3fec8e96-88e5-478b-8bc4-f9a424ccdb6c>. Acesso em: 25 mar. 2025.

HABIGZANG, L. F. **Avaliação e intervenção psicológica para**

meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7145>. Acesso em: 25 mar. 2025.

IFFLAND, J. A.; SCHMIDT, A. F. Stigmatization and perceived dangerousness for intrafamilial child sexual abuse of fathers with a history of sexual offenses and paraphilic interests: Results from a survey of legal psychological experts. **Child Abuse Negl**, v. 144, p. 106348, out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37478734/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INNES, S. L.; RAYMENT-MCHUGH, S. It's More Than a Matter of Trust: What Parents and Young Children Need to Know to Prevent Intrafamilial Child Sexual Abuse. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 33, n. 1, p. 43-64, jan.-maio 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38051095/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

KATZ, C.; FIELD, N. Unspoken: Child-Perpetrator Dynamic in the Context of Intrafamilial Child Sexual Abuse. **J Interpers Violence**, v. 37, n. 5-6, p. NP3585-NP3604, mar. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32812482/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

KIRK-PROVENCHER, K. T.; JEGLIC, E. L.; CALKINS, C.; SPILLANE, N. S. The use of substances in sexual offending in a United States sample. **Psychiatry, Psychology and Law**, v. 29, n. 1, p. 53-67, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35693381/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

KATZ, C.; TSUR, N.; NICOLET, R.; KLEBANOV, B.; CARMEL, N. No way to run or hide: Children's perceptions of their responses during intrafamilial child sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**, v. 106, p. 104541, ago. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32474116/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LEWINGTON, J.; GEDDES, R.; GABAGAYA, G. Female empowerment to improve sexual and reproductive health outcomes and prevent violence in adolescent girls and young women in Uganda: Evidence reviews for policy. **African Health Sciences**, v. 22, n. 4, p. 413-427, 2022. Disponível em: <https://www.healthsystemsevidence.org/search?best=false&p=0&q=%20Female%20empowerment%20to%20improve%20sexual%20>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LIGIERO, D.; HART, C.; FULU, E.; THOMAS, A.; RADFORD, L. **What works to prevent sexual violence against children: Evidence Review.** Together for Girls, 2019. Disponível em: <https://www.togetherforgirls.org/en/resources/what-works-to-prevent-sexual-violence-against-children-evidence-review>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LIMA, A. B. C. et al. A importância da educação sexual escolar para o enfrentamento do abuso sexual infantil durante a pandemia. In: **VII Congresso Nacional de Educação. 2021.** Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA109_ID2832_28072021224954.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

LOINAZ, I.; BIGAS, N.; DE SOUSA, A. M. Comparing intra and extra-familial child sexual abuse in a forensic context. **Psicothema**, v. 31, n. 3, p. 271-276, ago. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31292041/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MARCUS, R.; RIVETT, J.; KRUJA, K. How far do parenting programmes help change norms underpinning violence against adolescents? Evidence from low and middle-income countries. **Global Public Health**, v. 16, n. 6, p. 820-841, 2021. Disponível em: <https://www.socialsystemsevidence.org/search?best=false&p=0&q=How%20far%20do%20parenting%20programmes%20help%20change%20norms%20underpinning%20violence%20against%20adolescents%3F>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MARIACA PACHECO, E. L.; BUENAVENTURA, A. E.; MILES, G. M. "She was willing to send me there": Intrafamilial child sexual abuse, exploitation and trafficking of boys. **Child Abuse Negl**, v. 142, Pt 2, p. 105849, ago. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36369043/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MATHEWS, B.; COLLIN-VÉZINA, D. Child Sexual Abuse. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 20, n. 2, p. 131-148, 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/action/doBasicSearch?Query=%28Mathews%2C+Ben%29+AND+%28Mathews%2C+Ben%29+AND+%28Child+Sexual+Abuse%29&so=rel&prq=Collin-V%C3%A9zina&swp=on>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MIYAHARA, R. P. **Trabalhando com violência sexual contra a criança e o adolescente: a perspectiva do psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção.** 2011. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16925/1/Rosemary%20Peres%20Miyahara.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MUSIWA, A. S. How has the presence of Zimbabwe's Victim-Friendly Court and relevant child protection policy and legal frameworks affected the management of intrafamilial child sexual abuse in Zimbabwe? The case of Marondera District. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 33, n. 11, p. 1748-1777, jun. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29739288/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MUSIWA, A. S. Intrafamilial Child Sexual Abuse: A Unique Silent

Epidemic. Perspectives of Victim-Friendly Court Professionals in Marondera District, Zimbabwe. **J Child Sex Abus**, v. 28, n. 7, p. 860-884, out. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31211664/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NETO, W. F. N. et al. Violência sexual infantil: estratégias extensionistas de prevenção e enfrentamento no contexto escolar. In: **Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar**. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/999>. Acesso em: 25 mar. 2025.

OLIVEIRA, A. C. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias**. 2011. 298f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18558@1>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Novo estudo da OPAS descobre importantes lacunas nas medidas para prevenir violência contra crianças e adolescentes**. Washington, D.C., 23 nov. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/23-11-2020-novo-estudo-da-opas-descobre-importantes-lacunas-nas-medidas-para-prevenir>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PONCE, B. J.; DE OLIVEIRA NERI, J. F. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 4, p. 1208-1233, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/35125>. Acesso em: 25 mar. 2025.

REDCOCK, R.; REID, S. D.; NICKENIG, T. Child Sexual Abuse and the Complexities of Gender, Power, and Sexuality. **J Interpers Violence**, v. 37, n. 1-2, p. NP176-NP208, jan. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32345089/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RUDOLPH, J.; ZIMMER-GEMBECK, M. J. Reviewing the Focus. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 19, n. 5, p. 543-554, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27789611/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SANTOS, B. R.; GONÇALVES, I. B.; VASCONCELOS, M. G. O. M. (Org.). **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: EdUCB, 2014. Disponível em: <https://ch-wordpress.s3.amazonaws.com/uploads/2022/12/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual->

[aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf](#). Acesso em: 25 mar. 2025.

SANTOS, R. A. C. C. **Análise sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar: à luz da pesquisa científica em saúde e da legislação penal brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Perícias Forenses) – Universidade de Pernambuco, 2014. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2185029. Acesso em: 25 mar. 2025.

SAUNDERS, D. G.; AZAR, S. T. Treatment Programs for Family Violence. Crime and Justice. **Family Violence**, v. 11, p. 481-546, 1989. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1989-98016-011>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SETO, M. C. et al. Evaluating Child Sexual Abuse Perpetration Prevention Efforts: A Systematic Review. **Journal of Child Sexual Abuse**, 20 maio 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38768427/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, L. M. P. **A prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, sob a ótica dos membros do Poder Judiciário**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-14012011-105445/en.php>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, L. M. P.; FERRIANI, M. G. C.; SILVA, M. A. I. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre a prevenção do crime e do dano. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 12, p. 403-411, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/Vwkn9yJSNkk6HG8TySQ5pbn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVEIRA, A. et al. **Casos de violência sexual atendidos pela polícia civil de Praia Grande em 2015: uma análise visando a prevenção da violência com a rede municipal de ensino**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173862>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SOUSSIA, R. B. et al. Aspects épidémiocliniques et suites judiciaires des abus sexuels chez les mineurs à Monastir, Tunisie. **Pan African Medical Journal**, v. 38, p. 105, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33889271/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TARSHISH, N.; TENER, D. Exemption committees as an alternative to legal procedure in cases of sibling sexual abuse: the approaches of Israeli CAC professionals. **Child Abuse & Neglect**, v. 105, p. 104088, jul. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/>

science/article/pii/S0145213419302650?casa_token=rOGxxho-tDoAAAAA:bxU3asQA3GG27seddDhmtmnje6JCqejStkrKR64QiKv82DEVY_kiAdTnB_Mkf1SCYasvXVdzg. Acesso em: 25 mar. 2025.

TENER, D. The Secret of Intrafamilial Child Sexual Abuse: Who Keeps It and How? **J Child Sex Abus**, v. 27, n. 1, p. 1-21, jan. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29125806/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TENER, D. et al. How does COVID-19 impact intrafamilial child sexual abuse? Comparison analysis of reports by practitioners in Israel and the US. **Child Abuse Negl**, v. 116, Pt 2, p. 104779, jun. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33143870/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TENER, D.; KATZ, C.; KAUFMANN, Y. "And I Let It All Out": Survivors' Sibling Sexual Abuse Disclosures. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 36, n. 23-24, p. 11140-11164, dez. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31910711/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TENER, D.; TARSHISH, N.; TURGEMAN, S. "Victim, Perpetrator, or Just My Brother?" Sibling Sexual Abuse in Large Families: A Child Advocacy Center Study. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 35, n. 21-22, p. 4887-4912, nov. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29294821/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TENER, D.; SILBERSTEIN, M. Therapeutic interventions with child survivors of sibling sexual abuse: The professionals' perspective. **Child Abuse Negl**, v. 89, p. 192-202, mar. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30685626/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TSUR, N.; KATZ, C. "And Then Cinderella Was Lying in My Bed": Dissociation Displays in Forensic Interviews With Children Following Intrafamilial Child Sexual Abuse. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 17-18, p. NP15336-NP15358, set. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34000885/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

UNICEF. RADFORD, L.; ALLNOCK, D.; HYNES, P. **Promising programmes to prevent and respond to child sexual abuse and exploitation**. 2021. Disponível em: <https://www.coalizaobrasileira.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Promising-programmes-to-preve.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

VALLE, R. et al. Intrafamilial and extrafamilial sexual assault and its association with alcohol consumption. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 86, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30462752/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

WINTERSTEIN, T. B.; AVIELI, H.; GICHAZ, M. Recovering the Lost Soul: Older Women's Reflections on Past Intrafamilial Child Sexual Abuse. **Qualitative Health Research**, v. 33, n. 5, p. 426-439, abr. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36882288/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

YATES, P. Sibling sexual abuse: why don't we talk about it? **Journal of Clinical Nursing**, v. 26, n. 15-16, p. 2482-2494, ago. 2017. DOI: 10.1111/jocn.13531. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jocn.13531?casa_token=HAP4vIPOjsMAAAAA%3AeR_k2QQPXbzbjms_dGLGVqmVvRMwY9kjPTOwZwpv-7s_g_lzsaT-ifB8wwwEQS7T7zYCaMKUVPe4ofo. Acesso em: 25 mar. 2025.

YURTERI, N. et al. Factors affecting disclosure time of sexual abuse in children and adolescents. **Pediatr Int**, v. 64, n. 1, e14881, jan. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34863001/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Apêndice A

Matriz de enquadramento de pesquisa elaborada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Qual o seu problema público em DH? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? <i>(Visa identificar a que política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar)</i> Dificuldade de identificar medidas eficazes de prevenção e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Ausência de uma base integrada e qualificada de dados sobre os casos de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.	Quais as estratégias baseadas em evidências para aprimorar o enfrentamento e a prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil? Qual o perfil das vítimas e de agressores da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Brasil? Quais os principais contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes no Brasil? Quais são e como são distribuídos e aplicados os recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil?	Qual a informação/evidência que você precisa e não tem? <i>(Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher)</i> Informações sobre medidas eficazes de prevenção e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes no cenário nacional e internacional. Informações integradas sobre o perfil de agressores e das vítimas da violência, incluindo os sistemas de informação do Governo Federal e casos de abuso sexual notificados, tramitados e julgados no Poder Judiciário. Informações qualificadas sobre o perfil de agressores e das vítimas da violência nos contextos local e nacional, a partir do incentivo à alimentação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) e outros sistemas de informação e registros do Governo Federal. Informações sobre os contextos de vulnerabilidade e de risco social de abuso sexual contra crianças e adolescentes, incluindo a situação socioeconômica da família, questões de gênero, sexualidade, raça/etnia e de acesso às políticas públicas. Informações sobre as regiões brasileiras que apresentam maior incidência de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Mapeamento dos recursos públicos federais destinados a financiar as políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes.	Que tipo de decisão você precisa tomar? <i>(Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão)</i> Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (https://www.gov.br/participamaisbrasil/ planevca-matriz-01-abus osexual).	Quais características dos estudos você acha que precisam ser atendidas? <i>(Visa identificar os requisitos mínimos relacionados ao estudo que se espera que seja produzido)</i> Literatura nacional e internacional. Recorte de raça/cor, sexo, identidade de gênero, idade, renda, escolaridade, município de residência, local de ocorrência, deficiência e grau de parentesco/vínculos das vítimas e agressores. Elaboração de indicadores para avaliar o orçamento e os critérios de rateio de recursos federais repassados para financiamento de políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.	Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? <i>(Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da secretaria (CGIE fará exposição prévia de tipos de produto)</i> Estudo técnico (análise de microdados). Análise ex ante. Síntese de evidências para políticas.

Fonte: Elaboração própria

2. Mapa de Evidências

Novas perspectivas de Direitos Humanos da Pessoa Idosa

GT2 - Direitos Humanos da Pessoa Idosa

AUTORAS E AUTORES _____

Alessia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese - MDHC | Ana Maria Paim Camardelo - UCS | Anier Omar Cuellar Ponce - MDHC | Daniela Fortunato Rêgo - MDHC | Dolores Maria Franco de Abreu - Fiocruz e UNIFASE/FMP | Gleidy Braga Ribeiro - UFT | Jaqueline da Silva Borges - UnB e Enap | Josicélia Estrela Tuy Batista - UnB e Enap | Kenio Costa de Lima - MDHC | Laura Boeira - Instituto Veredas | Maria Fernanda de Faria von Sydow Bittencourt - Fiocruz e UNIFASE/FMP | Paula Érica Batista de Oliveira - MDHC | Pedro de Lemos MacDowell - MDHC | Pedro Henrique de Pina Cabral Viana - MDHC | Romário Feitosa - Cia Cata-Ventos de Cultura | Verônica Bohm - UCS

O QUE SÃO MAPAS DE EVIDÊNCIAS?

Mapas de evidências são uma **forma de organizar a produção científica sobre determinado tema, que nos permite, de modo simplificado, identificar as principais temáticas e os resultados reportados de estudos**, assim como verificar onde estão situadas as lacunas de pesquisa.



Usaremos a plataforma www.mapadeevidencias.org.br para compartilhar nosso mapa.



COMO LER O MAPA DE EVIDÊNCIAS?

Para você ler o mapa de evidências, é necessário fazer o **cruzamento entre os itens das linhas com os das colunas**. Ao ativar as informações das linhas, irá aparecer, nas colunas, quantos estudos foram encontrados na busca.

MAPA NOVAS PERSPECTIVAS DE DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

	TEMÁTICAS ABORDADAS							
	Envelhecimento ativo e saudável	Proteção contra discriminação	Direito à saúde e cuidados	Segurança econômica	Participação social e políticas inclusivas	Proteção contra todos os tipos de violências	Educação e conscientização	Convenções e declarações internacionais
Direitos Emergentes	●	●	●	●	●	●	●	●
Direitos Vigentes	●	●	●	●	●	●	●	●
Direitos Estentidos	●		●		●	●	●	●

● Evidência muito robusta

● Evidência robusta

● Evidência limitada

● Evidência muito limitada

● Evidência de qualidade não avaliada

Ao clicar nos círculos, são exibidos todos os estudos catalogados na pesquisa sobre aquele tema.

Acesse ou clique no código QR para acessar o Mapa novas perspectivas de direitos humanos da pessoa idosa



QUAL O ESCOPO DA PESQUISA?

DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DAS PESSOAS IDOSAS



O QUE CONSIDERAMOS?

DIREITOS EMERGENTES

São os direitos que surgem ou se tornam reconhecidos em razão de mudanças nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Eles emergem em contextos novos, quando a sociedade começa a exigir novas formas de proteção ou reconhecimento. Você vai classificar esse direito a partir das seguintes categorias: Direito à vida digna; Direito à independência e autonomia; e Direito aos cuidados de longa duração;

DIREITOS VIGENTES

São os direitos que estão em vigor no ordenamento jurídico de um país naquele momento. Eles estão formalmente previstos na Constituição, nas leis ou em tratados internacionais que foram ratificados, e são reconhecidos e protegidos pelo sistema jurídico. Classificados nas categorias: Novas interpretações, que poderá ser sobre equidade e não discriminação por razões de idade; consentimento livre e informado no âmbito da saúde; segurança e vida sem violência; 2) Ampliação de conteúdo: Direito ao trabalho; Direito à saúde; Acesso à justiça; Direito à educação e à cultura; Direito a um meio ambiente saudável; Direito ao Envelhecimento ativo e saudável;

DIREITOS ESTENDIDOS

São os direitos que, embora já existam, são ampliados para grupos ou situações que anteriormente não eram abrangidos por eles. Ou seja, é um alargamento da proteção de direitos a novas categorias de pessoas ou novas situações. Você vai classificá-los como Direito à acessibilidade e mobilidade pessoal ou Direito à atenção específicas em situações de emergência, desastres ou conflitos.



QUAIS ESTUDO FORAM SELECIONADOS?

ESTUDOS SOBRE

- Envelhecimento ativo e saudável,
- Proteção contra a discriminação,
- Direito à saúde e cuidados, segurança econômica,
- Participação social e políticas inclusivas,
- Proteção contra todos os tipos de violências,
- Educação e conscientização, e
- Convenções e declarações internacionais.

ESTUDOS QUE **NÃO** ABORDARAM

- os direitos humanos,
- ou os que não tratavam da população idosa.



Confira o documento
de referência da
Comissão Econômica
para a América Latina
e o Caribe – CEPAL



CONCLUSÃO

O maior número de estudos abordaram **Direitos Estendidos** à pessoa Idosa, relativos ao Envelhecimento Ativo e Saudável e o Direito à Saúde e Cuidados, relacionados ao direito à vida digna.

Em segundo lugar, os temas de proteção contra discriminação e proteção contra todas as formas de violência, em torno da luta pela efetivação de direitos.

Em destaque, revela-se também a temática das novas interpretações da segurança e vida sem violência como combate à violência familiar e a segurança econômica.

Com relação aos **Direitos Vigentes**, ampliação de conteúdo do direito à saúde foi o mais frequentemente abordado.

QUAIS CONSIDERAÇÕES PARA TOMADA DE DECISÃO PODEM SER FEITAS A PARTIR DESTE ESTUDO?

Aperfeiçoamento do olhar de direitos humanos da pessoa idosa a partir dessas novas perspectivas abordadas pela literatura científica;

01.

Realização de novos estudos científicos aprofundando aquelas temáticas mais prioritárias para o MDHC, com vistas à melhoria dos direitos humanos da pessoa idosa;

02.

Construção de discussões coletivas estruturadas referente às temáticas propostas, como, por exemplo, o **diálogo deliberativo de políticas**, que pode permitir coletar diferentes olhares dos atores sociais e institucionais envolvidos.

03.

Metodologia

Definição das pessoas participantes do estudo

Foi construído um Grupo de Trabalho formado por integrantes da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos. O GT teve como foco o estudo dos direitos humanos da pessoa idosa. A partir de discussões técnico-científicas entre pesquisadores(as) atuantes e técnicas(os) da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa foi definido o escopo desse estudo.

Elaboração de escopo de pesquisa

A partir de uma análise global dos temas prioritários de pesquisa da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos (Brasil, 2024) foi identificado que um mapeamento de evidências sobre novas perspectivas de direitos humanos com foco nas pessoas idosas deveria ser executado. Foi definida então a construção de um mapa de evidências. Mapas de evidências são uma forma de organizar a produção científica sobre determinado tema, que nos permitem, de modo simplificado, identificar as principais intervenções e os resultados reportados, assim como identificar lacunas de pesquisa (Campbell, 2023).⁶

Por isso, um material de referência foi utilizado para construção do escopo da pesquisa (CEPAL, 2025)⁷.

6 CAMPBELL, F. et al. Mapping reviews, scoping reviews, and evidence and gap maps (EGMs): the same but different— the “Big Picture” review family. *Systematic Reviews*, v. 12, n. 61, 1 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13643-023-02224-2>. Acesso em: 14 mar. 2025.

7 COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Envelhecimento na América Latina e no Caribe: inclusão e direitos das pessoas idosas. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: . Acesso em: 13 mar. 2025.

A pergunta de pesquisa norteadora foi:

Quais referências abordam novas perspectivas de direitos humanos da pessoa idosa?

Foi realizada busca estruturada no dia 03 de setembro de 2024, nas bases de dados a seguir:

- *Social System Evidence*
- *BDTD*
- *SCIELO*
- Biblioteca Virtual em Saúde

Foram utilizados os vocabulários controlados *DeCS/MeSH* e sinônimos para os termos “*elderly*” AND “*human rights*”. Foram incluídos estudos publicados nos idiomas inglês, português e espanhol. Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de *Excel*, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial (*Chat-GPT*). O quadro abaixo detalha as estratégias:

Quadro 4. Detalhamento das estratégias de busca estruturadas e repositório de estudos.

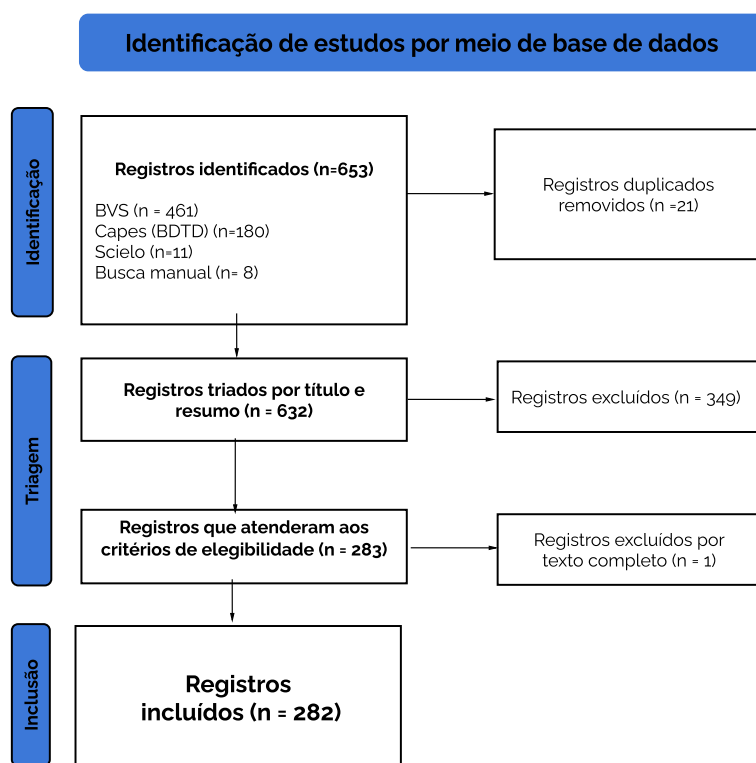
Fonte	Estratégia
BVS	"elderly" AND "human rights", 2014-2024
Banco de teses e dissertações CAPES	"idosos" AND "direitos humanos"
Scielo	"idosos" AND "direitos humanos"

Fonte: Elaboração própria

Uma busca manual foi realizada para responder a perguntas secundárias. Foram identificados(as) especialistas que estudam a temática para indicação de referências bibliográficas que potencialmente responderiam à pergunta de pesquisa. Ao todo, oito referências foram recuperadas nesse processo.

Na Figura abaixo é apresentado o fluxo para elegibilidade dos estudos.

Figura 3. Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.



Fonte: Elaboração própria.

Extração dos estudos nas plataformas de busca

Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de Excel, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial (*Chat-GPT*).

Leitura dos resumos e seleção dos estudos

Para a triagem e seleção dos estudos obtidos a partir das bases de dados, foi utilizada uma planilha padronizada em Excel. Após a remoção dos registros duplicados, doze autores executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade, previamente definidos. No caso

de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por consenso por outras duas autoras. Os estudos não foram lidos na íntegra.

Categorização dos estudos e extração dos dados

Foi realizada uma reunião prévia para discussão sobre o formato da extração dos dados pela equipe. Ademais, foi feito um alinhamento e padronização das informações dos estudos necessários para sintetizar os achados. A extração foi executada em uma planilha eletrônica padronizada por seis autoras(es). Para construir a planilha de extração de dados, as(os) especialistas da Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa Idosa, a partir do material de referência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) conceberam o seguinte framework:

Quadro 5. *Framework* de classificação dos estudos incluídos a partir de “Novas perspectivas” no campo dos Direitos Humanos das pessoas idosas.

Direitos emergentes	Direitos vigentes		Direitos estendidos
	Novas interpretações	Ampliação de conteúdo	
Direito à vida digna	Equidade e não discriminação por razões de idade	Direito ao trabalho	Direito à acessibilidade e mobilidade pessoal
Direito à independência e autonomia	Consentimento livre e informado no âmbito da saúde	Direito à saúde	Direito à atenção específicas em situações de emergência, desastres ou conflitos.
Direito aos cuidados de longa duração	Segurança e vida sem violência	Acesso à justiça	
		Direito à educação e à cultura	
		Direito a um meio ambiente saudável	
		Direito ao Envelhecimento ativo e saudável	

Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, os elementos coletados de cada estudo foram:

- Autor
- Ano
- País
- Tipo de estudo
- Metodologia aplicada (quanti, quali, mista);
- Tema principal: (envelhecimento ativo, proteção contra discriminação, direito à saúde e cuidados, segurança econômica, participação social e políticas inclusivas, proteção contra todos os tipos de violências, educação e conscientização, convenções e declarações internacionais);
- Direitos emergentes
- Direitos vigentes: Novas interpretações e ampliação de conteúdo;
- Direitos estendidos.

Construção do visual do mapa de evidências

Depois da extração dos dados dos estudos incluídos, o mapa de evidências foi elaborado na plataforma [Mapa de Evidências – Plataforma de Evidências em Políticas Públicas](#), por três autoras, por meio da inserção de informações já coletadas. Nas linhas são apresentados os estudos referentes às novas perspectivas de Direitos Humanos:

- Direitos emergentes;
- Direitos vigentes;
- Direitos estendidos.

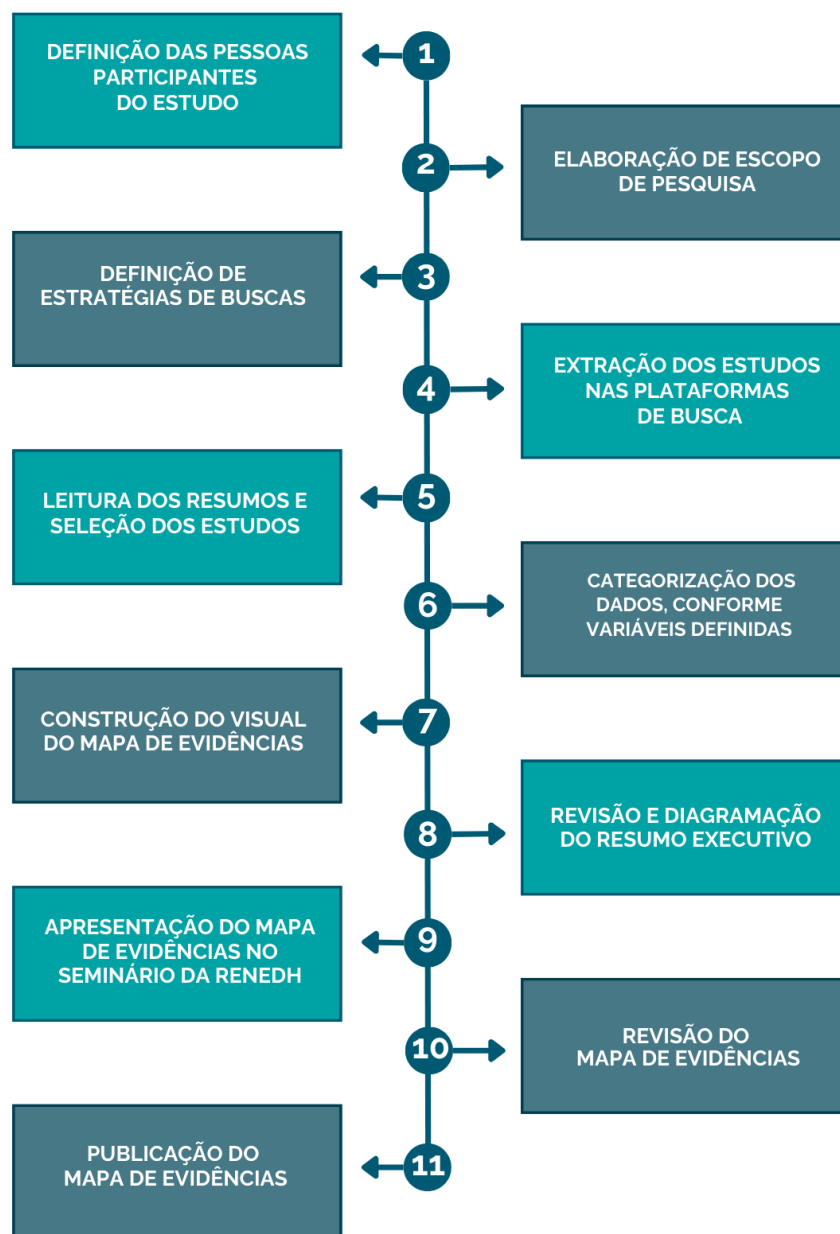
Nas colunas trazemos as temáticas principais abordadas pelos estudos:

- Envelhecimento ativo e saudável;
- Proteção contra discriminação;
- Direito à saúde e cuidados;
- Segurança econômica;
- Participação social e políticas inclusivas;
- Proteção contra todos os tipos de violências;
- Educação e conscientização;
- Convenções e declarações internacionais; e
- Revisão e diagramação do mapa de evidências.

Revisão, apresentação e publicação do Mapa de Evidências

Após essa etapa o mapa foi revisado por duas autoras, e depois apresentado no 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Figura 4. Visão global do passo a passo da elaboração do mapa de evidências.



Fonte: Elaboração própria.

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

ABBING, H. R. Health, healthcare and ageing populations in Europe, a human rights challenge for European health systems. **European journal of health law**, v. 23, n. 5, p. 435-452, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29210245/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ABODERIN, I. Sexual and reproductive health and rights of older men and women: addressing a policy blind spot. **Reproductive health matters**, v. 22, n. 44, p. 185-190, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25555775/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ABREU, N. P. **Direitos fundamentais sociais e a situação jurídica do idoso no Brasil**. 2007. 25 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4288>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AGUDELO-CIFUENTES, M. C.; CARDONA, D.; SEGURA, A.; RESTREPO- OCHOA, D.; MUÑOZ RODRÍGUEZ, D.; SEGURA, A.; JARAMILLO, D. Vulneración a la integridad física de personas mayores: prevalencia del maltrato y factores asociados. **El Ágora USB**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 129-139, 2020. Disponível em: <https://revistas.usb.edu.co/index.php/Agora/article/view/4568>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AKAR, F. A. et al. The Istanbul protocol (manual on the effective investigation and documentation of torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment): implementation and education in Israel. **Israeli Medical Association Journal**, v. 16, n. 3, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24761699/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ALBERTON, L. C. **A tutela da pessoa idosa no Brasil frente aos tratados internacionais de direitos humanos**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6758>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ALCÂNTARA, A. O. **O Direito Fundamental à velhice Digna: Limites e Possibilidades de sua Efetivação**. 114 f. Mestrado em Direito Constitucional - Instituição de Ensino: Universidade de Fortaleza,

Fortaleza. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_1e96787e17cd6a716ccbc33f573b9bf2. Acesso em: 31 mar. 2025.

ALENCAR, R. A. **O idoso vivendo com HIV/AIDS: a sexualidade, as vulnerabilidades e os enfrentamentos na Atenção Básica**. 2012. 163 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-25102012-124633/pt-br.php>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ALMEIDA, S. et al. Idosos em situação de rua e demandas judiciais: estudo exploratório e pistas para investigação gerontológica. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 19, p. 85-108, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-965258>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AMORIM, M. G.; BENITO, L. A. O. **Denúncias de violência psicológica contra idosos no Brasil, 2011-2018**. **REVISA (Online)** v. 11, n. 1, p. 102-112, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1378995>. Acesso em: 31 mar. 2025.

APPIAH, D. et al. Abuse, Neglect, and Violence Against Elderly Women in Ghana: Implications for Social Justice and Human Rights. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 31, n. 20, p. 3446-3464, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26362126/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ARAÚJO, V. N. F. **Os coordenadores de grupos de convivência de idosos como facilitadores da construção da cidadania**. 2003. 90 f. Mestrado (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87768>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ASSIS, A. M. R. **A aposentadoria por idade como instrumento de proteção social após o advento da constituição de 1988: uma questão de direitos humanos**. 2010. 154 f. Mestrado (Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/9119/1/Ana%20Maria%20do%20Rosario%20Assis.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ATAGUBA, J. E.; BLOOM, D. E.; SCOTT, A. J. A timely call to establish an international convention on the rights of older people. **The Lancet Healthy Longevity**, v. 2, n. 12, p. e792-e793, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanhl/article/PIIS2666-7568\(21\)00178-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanhl/article/PIIS2666-7568(21)00178-1/fulltext). Acesso em: 31 mar. 2025.

AZEVEDO, A. A. **A efetividade da lei de prioridade dos idosos nas demandas judiciais de saúde na 1ª instância do Tribunal de**

Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 2021. 105 f. Mestrado (Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48402>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AZEVEDO, A. A. DE .; GIRIANELLI, V. R.; BONFATTI, R. J.. Efetividade da lei de prioridade dos idosos nas demandas judiciais de saúde no Rio de Janeiro. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe6, p. 109-123, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042022001000109&lang=pt. Acesso em: 31 mar. 2025.

AZEVEDO, A. A.; GIRIANELLI, V. R.; BONFATTI, R. J. Efetividade da lei de prioridade dos idosos nas demandas judiciais de saúde no Rio de Janeiro. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 109-123, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XZrwTtJ3TVCh6tHcHnbDgdb/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AZEVEDO, A. A.; GIRIANELLI, V. R.; BONFATTI, R. J.. A efetividade da lei de prioridade especial quanto às demandas judiciais de saúde na 2ª. Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Janeiro. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 4, p. e200212, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/XsWXhHtpCJ49q7RwpZWPTJJ/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AZEVEDO, L. **O idoso e a autonomia privada no campo da saúde.** 2012. 165 f. Mestrado (Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/9577>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BAER, B. et al. The right to health of older people. **The Gerontologist**, v. 56, n. Suppl_2, p. S206-S217, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26994261/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BANERJEE, D. et al. Role of dignity in mental healthcare: impact on ageism and human rights of older persons. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 29, n. 10, p. 1000-1008, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1064748121003262>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BARACALDO-CAMPO, H. A. et al. **Percepção de direitos humanos em idosos: um estudo piloto.** Acesso em: 31 mar. 2025., Barcelona, v. 34, n. 1, pág. 20-24, 2023 . Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1134-928X2023000100005&lng=es&nrm=iso>. acessado em 15 de março de 2025. Epub 25-set-2023. Acesso em: 31 mar. 2025.

BARLETTA, F. R. **Direito à saúde da pessoa idosa.** 2008. 166 f. Tese (Direito Instituição de Ensino) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www>.

dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp076886.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BARROS, P. F. A. et al. Contenção ambiental de idosos nas instituições de longa permanência em tempos de COVID-19: reflexão teórica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210206, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/b5WvCHWHftmNNgBBD8gcG8j/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BARRY, L. Capacity and Vulnerability: How Lawyers Assess the Legal Capacity of Older Clients. **Jornal of Law and Medicine**, v. 25, p. 267-282, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/84131039/Capacity_and_Vulnerability_How_Lawyers_Assess_the_Legal_Capacity_of_Older_Clients. Acesso em: 31 mar. 2025.

BATTAMS, S.; MARTINI, A. The Impact of the COVID-19 Pandemic on People With Cognitive Impairment Residing in Aged Care Facilities: **An Integrative Review. Inquiry**, v. 60, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10247675/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BEAUJOIN, C. et al. Substance use among older residents in residential and long-term care facilities: A scoping review on intervention practices. **Sante Mentale au Quebec**, v. 48, n. 2, p. 257-294, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38578192/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BELLENGER, E. N. et al. Prevention of physical restraint use among nursing home residents in Australia: The top three recommendations from experts and stakeholders. **International Journal of Older People Nursing**, v. 14, n. 1, p. e12218, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30609220/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BERSHTLING, O. et al. The right to health in old age: Israeli professionals' and older persons' perspectives. **The International Journal of Aging and Human Development**, v. 83, n. 4, p. 468-490, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27370601/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BIMBATO, A. M. J. **A representação de velhice entre os profissionais que atuam nos Núcleos de Saúde da Família**. 2008. 91 f. Dissertação (Saúde na Comunidade) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-27102009-113625/publico/ANGELICA_BIMBATO.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

BODDINGTON, P.; FEATHERSTONE, K. The canary in the coal mine: Continence care for people with dementia in acute hospital wards as a crisis of dehumanization. **Bioethics**, v. 32, n. 4, p. 251-260, 2018.

Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29676501/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BORBA, R. D. C. F. **Um estudo sobre a estruturação da rede de proteção social voltada à população idosa no município de Vitória**. 2011. 169 f. Dissertação (Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: [20Social/UFES_PPGPS_ROBERTA_DANIEL_CARVALHO_FERNANDES_BORBA.pdf](#). Acesso em: 31 mar. 2025.

BORGES, A. P. A. **Representação da população idosa na luta por seus direitos no Brasil: o caso dos conselhos estaduais do idoso**. 2009. 93 f. Dissertação (Gerontologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1274>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRADY, P. J. et al. Perceptions of the Right to Food Among Adults Aged 60 Years and Older. **Ecology of food and nutrition**, v. 62, n. 3-4, p. 165-180, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37382355/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRAGA, L. S. et al. Discriminação percebida por adultos mais velhos no uso de serviços de saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 155-169, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TG48zqQtmxPZ7N5hPxgfXNp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRAGA, L. S. et al. Discriminação percebida por adultos mais velhos no uso de serviços de saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 1, p. 155-169, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TG48zqQtmxPZ7N5hPxgfXNp/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRANCO, P. G. **Envelhecimento e educação de idosas: processos e desenvolvimentos singulares**. 2007. 143 f. Dissertação (Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/12527>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Cartilha - Direitos Humanos das Pessoas Idosas**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/marco/CartilhaUNISAL.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRITO, S. J. L. P. **O acesso ao Benefício de Prestação Continuada no município de Campinas(SP): desafios para sua consolidação como direito socioassistencial**. 2009. 171 f. Dissertação (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17984>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BURHOLT, V. et al. Dignity and the provision of care and support in 'old age homes' in Tamil Nadu, India: a qualitative study. **BMC geriatrics**, v. 22, n. 1, p. 577, 2022. Disponível em: <https://bmccgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-022-03272-4>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CABRERA E. R.; PERANOVICH A.; ARANGO, D. C.; CARDONA, D.L. El ejercicio del derecho a la salud en personas mayores en Argentina y Colombia: una aproximación a partir del análisis de la mortalidad por causas sensibles a la atención de la salud en el siglo XXI. **Rev bras estud popul** [Internet], v. 38, p. e0136, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0136>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CABRERA, P. R.; VÉLEZ, L. A. A propósito del debate actual sobre el envejecimiento en Cuba. **Revista Finlay**, v. 13, n. 4, p. 454-456, 2023. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2221-24342023000400454&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2025.

CALDEIRA, A. L. **Novos direitos: poder judiciário e o direito dos idosos a uma vida digna**. O caso da saúde. 2009. 157 f. Dissertação (Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2455>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CARVALHO, C. A. **Reabilitação oral do idoso: direito e garantias fundamentais respaldados no estatuto**. 2021. 121 f. Tese (Ciências Odontológicas Aplicadas) - Universidade de São Paulo, Bauru, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/25/25144/tde-18112021-094217/es.php>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CATAO, F. F.; ROCHA, K. K. R. Políticas públicas e direitos humanos por idosos em serviço de convivência. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 909-923, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p909-923>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CAVASSANA, M. R. **Do benefício assistencial de prestação continuada e a alteração trazida pelo parágrafo único do artigo 34 do Estatuto do Idoso (Lei N. 10.742/03)**. 2010. 186 f. Dissertação (Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/9009>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CELADE; CEPAL. Análisis de la incorporación de la categoría vejez en la decimoprimer Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE-11). **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 36, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/>

[rbepop/a/RpgmQxccMNN6yNSwgg96NcpJ/?format=pdf&lang=es](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37970999/). Acesso em: 31 mar. 2025.

CHANG, E.S.; MONIN, J. K.; ZELTERMAN, D.; LEVY, B. R. Impact of structural ageism on greater violence against older persons: a cross-national study of 56 countries. **BMJ Open**, v. 13, n. 5, p. e042580, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8126306/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CINAT, C. **Entre o tempo e o direito: a história de Olga Leon Quiroga**. 2010. 91 f. Dissertação (Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/12600>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COHEN-MANSFIELD, J. The rights of persons with dementia and their meanings. **Journal of the American Medical Directors Association**, v. 22, n. 7, p. 1381-1385, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33844989/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COSTA, W. S.; LIMA, L. S. Governance, intersectorality and social participation in public policy: the National Council on the Rights of the Elderly. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2289-2298, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/BjddmZJmvfkYQvkZ5sSgY4Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CUBA, C. M. G.; RIZZINI, I. Amizade e cuidado entre gerações na cultura popular brasileira. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 447-468, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2019v22i4p447-468>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/50359>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CUNHA, I. L. O. M.; GARRAFA, V. Supported decision-making for older people living with dementia: contributions from bioethics. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 3149-3158, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37970999/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CUNHA, I. L. O. M.; GARRAFA, V. Tomada de decisão apoiada para pessoas idosas que vivem com demência: contribuições da bioética. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 11, p. 3149-3158, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QSsbzJpmTTykMrnw6CqQjTd/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CUNHA, R. P. **Implantação do fundo do Idoso no Município de São Paulo: proposta para estruturação e gestão**. 2015. 273 f. Dissertação (Gestão e Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/67cf0345-03dc-4e9a-8d68-e195a004b641>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DABOVE, M. I. Derechos humanos de las personas mayores en la nueva Convención americana y sus implicancias bioéticas / Human rights of older people in the new American Convention and its bioethical implications / Os direitos humanos das pessoas idosas na nova Convenção americana e suas implicações bioéticas. **Rev. Latinoam. bioét.** v. 16, n. 1, p. 38-59, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-772434>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DAMASCENO, C. K. C. S.; SOUSA, C. M. M.; MOURA, M. E. B.. Violência contra pessoas idosas registrada em delegacia especializada de segurança e proteção ao idoso. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 10, n. 3, p. 949-957, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/11045>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DETROZ, D. **A hipervulnerabilidade e os direitos fundamentais do consumidor isodo no direito brasileiro**. 2011. 153 f. Dissertação (Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/72701>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DEY, A. B. et al. Healthcare policies and programmes for older persons: Exploring awareness among stakeholders. **Journal of Healthcare Quality Research**, v. 35, n. 6, p. 391-401, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33069633/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DIAS, M. A. F. **Idosos em Unidades de Terapia Intensiva na perspectiva de médicos em hospital brasileiro**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-14052014-160512/publico/MariaAngelicaRevisada.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DINIZ, D.; BRITO, L. A. Análise da capacidade jurídica dos pacientes idosos no Brasil a partir do referencial dos Direitos Humanos. **Cadernos PRODISA**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 127-140, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/680>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DONNELLY, S. et al. Assisted decision-making and interprofessional collaboration in the care of older people: a qualitative study exploring perceptions of barriers and facilitators in the acute hospital setting. **Journal of Interprofessional Care**, v. 35, n. 6, p. 852-862, 2021. Acesso em: 31 mar. 2025.

DOODY, O. et al. The palliative care experience in Irish nursing homes during the COVID-19 pandemic: a survey of residents, family, and staff. **BMC Palliative Care**, v. 23, n. 1, p. 126, 2024. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38773544/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DORON, I. I. et al. The legal appearances of dementia in court rulings: mapping the terrain. **International Psychogeriatrics**, v. 29, n. 5, p. 755-763, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28351448/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DU MONT, J. et al. Development of a comprehensive hospital-based elder abuse intervention: an initial systematic scoping review. **PLoS One**, v. 10, n. 5, p. e0125105, 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0125105>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DUFFY, A.; CONNOLLY, M.; BROWNE, F. Unravelling elder abuse through a human rights lens: a case study. **British Journal of Nursing**, v. 33, n. 16, p. 772-777, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39250445/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

DUFORT, C. C. et al. An Empirical Comparison of Different Models of Active Aging in Canada: The International Mobility in Aging Study. **Journal of Aging and Health**, v. 28, n. 4, p. 619-644, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26350153/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FÆØ, S. E. et al. Home-dwelling persons with dementia's perception on care support: Qualitative study. **Nursing ethics**, v. 27, n. 4, p. 991-1002, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31986964/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FARIA, J. J. **O idoso e os direitos de personalidade: uma abordagem civil-constitucional**. 2006. 153 f. Dissertação (Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Direito_FariaJJ_1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

FEIJÓ, M. C. C. **A aplicabilidade do Estatuto do Idoso junto ao Ministério Público de São Paulo**. 2010. 111 f. Dissertação (Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/anteriores/index.php/revistaportal/article/view/117/117>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FELICIANI, A. L. A. **O direito do Idoso à família**. 2011. 141 f. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194327>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FELKL, R. C. **Da prática da automedicação ao direito à saúde integral: vivências de um grupo de idosos da cidade de Passo**

Fundo/RS. 2011. 152 f. Dissertação (Envelhecimento Humano) - Fundação Universidade de passo Fundo, Passo Fundo, 2011. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1097>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FENWICK, H. A right to die for prisoners? **Medical Law Review**, v. 28, n. 3, p. 527-554, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/223236838.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. Blueprint for future research advancing the study of sexuality, gender, and equity in later life: Lessons learned from Aging with Pride, the National Health, Aging, and Sexuality/Gender Study (NHAS). **The Gerontologist**, v. 63, n. 2, p. 373-381, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36254775/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. et al. Adding silver to the rainbow: the development of the nurses' health education about LGBT elders (HEALE) cultural competency curriculum. **Journal of Professional Nursing**, v. 29, n. 5, p. 255-260, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23869475/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FREITAS, L. G.; BENITO, L. A. O. Denúncias de violência contra idosos no Brasil: 2011-2018. **REVisa (Online)**, v. 9, n. 3, p. 483-499, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/controlecancer/resource/pt/biblio-1122845?src=similardocs>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GIRALDO-RODRÍGUEZ, L. et al. The revictimization of older Mexican women: understanding the accumulation of multiple victimizations throughout a lifetime. **BMC geriatrics**, v. 22, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35012475/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GLEESON, H. et al. Ageism, human rights and ethical aspects of end-of-life care for older people with serious mental illness. **International Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 37, n. 9, p. e1120-e1127, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9366006/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GONZALEZ, V. A. et al. Aligning Patient's Ideas of a Good Life with Medically Indicated Therapies in Geriatric Rehabilitation Using Smart Sensors. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 85, n. 2, p. 741-751, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34960570/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GOODWIN, G. P.; LANDY, J. F. Valuing different human lives. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 143, n. 2, p. 778, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23647311/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GORDON, J. S. Indignity and old age. **Bioethics**, v. 32, n. 4, p. 223-232, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29676502/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GRACIANI, J. S. **Envelhecimento compartilhado: participação de idosas no grupo de convivência da comunidade Nova Pantanal**. 2009. 185 f. Dissertação (Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12573>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GRAVINIS, C. R. T. **(Re) Construindo um novo pensar: proposta transformadora de idosos participantes do nuti, alicerçada nos fundamentos da educação ambiental**. 2009. 103 f. Dissertação (Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURG_4a4965f000a87f82ce34b74c5216b3b3. Acesso em: 31 mar. 2025.

GUARULHOS. Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social. **Cartilha dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa**. Guarulhos, SP, 2020. Disponível em: <https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/2020-04/Cartilha%20-%20Direitos%20da%20pessoa%20idosa.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HAFFORDLETFIELD, T. et al. Developing inclusive residential care for older lesbian, gay, bisexual and trans (LGBT) people: An evaluation of the Care Home Challenge action research project. **Health & social care in the community**, v. 26, n. 2, p. e312-e320, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29181893/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HAMIDUZZAMAN, M. et al. The world is not mine—barriers to healthcare access for Bangladeshi rural elderly women. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**, v. 36, n. 1, p. 69-89, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33449242/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HARRINGTON C.; MOLLOT, R.; EDELMAN, T. S.; WELLS, J.; VALANEJAD, D. U.S. Nursing Home Violations of International and Domestic Human Rights Standards. **International Journal of Health Services**. v. 50, n. 1, p. 62-72, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020731419886196>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HERRMANN, M. E. C. **A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas idosas e sua importância para o direito brasileiro**. 2020. 204 f. Dissertação (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-06052021-204003/pt-br>.

[php](#). Acesso em: 31 mar. 2025.

HIRSCH, M.; IZALCO, A. A. N. A reflection on gender in elder abuse research from a human rights perspective. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3695-3704, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/NqGKN8T9X5zFMchbvyYNFJG/?lang=en>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HIRST, S. P.; MAJOWSKI, K. Elder Abuse: A Global Challenge and Canada's Response. **Journal of Gerontological Nursing**, v. 48, n. 4, p. 21-25, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35343841/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HUA, B.; YANG, V. F.; GOLDSSEN, F. F. LGBT Older Adults at a Crossroads in Mainland China: The Intersections of Stigma, Cultural Values, and Structural Changes Within a Shifting Context.. **INT j Aging Hum Dev**, v. 88, n. 4, p. 440-456, 2019. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6793933/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HUGHES, S. et al. Understanding quality of life and well-being for people living with advanced dementia. **Nursing Older People**, v. 36, n. 5, 2024. Disponível em: https://research.bangor.ac.uk/portal/files/22775403/2019_Understanding_quality_of_life.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

HUIJER, H. A. S.; SAAB, M.; HAJJAR, R. Palliative care for older adults: state of the art in Lebanon. **Lebanese Medical Journal**, v. 84, n. 1, p. 27- 32, 2016. Disponível em: [_Palliative_Care_for_Older_Adults_State_of_the_Art_in_Lebanon](#). Acesso em: 31 mar. 2025.

IDALENCIO, M. N. **Estatuto do idoso e direitos fundamentais: fundamentos da proteção da pessoa idosa no ordenamento jurídico brasileiro**. 2007. 126 f. Dissertação (Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063567.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ISLAM, S.; YASMIN, R.; MIA, E. et al. "When I suffer from fever, I eat mangos." Determinants of health-seeking beliefs and behaviors of rural older women in Sylhet, Bangladesh. **PLoS ONE**, v. 16, n. 11, p. e0259994, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355844614_When_I_suffer_from_fever_I_eat_mangos_Determinants_of_health-seeking_beliefs_and_behaviors_of_rural_older_women_in_Sylhet_Bangladesh. Acesso em: 31 mar. 2025.

JACOB, T.; PASINATO, M. A. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. **Revista de Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 942-968, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/68HhdCMKd7rxf7M7Mh7s3fs/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

em: 31 mar. 2025.

JEFFRIES, R. **A human rights assessment of menopausal women's access to age-and gender-sensitive nondiscriminatory health care in prison**. 2021. Disponível em: <https://researchonline.ljmu.ac.uk/id/eprint/17268/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

JEONG, E. S.; SEO, Y. J.; WON, M. H.; NOH, J. W. Association between Caregiver's Awareness of Human Rights and Quality of Service: Focused on Human Right Education. **Koreanstudies Information Service System**, v. 33, n. 3, p. 311-324, 2023. Disponível em: <https://kiss.kstudy.com/Detail/Ar?key=4046107>. Acesso em: 31 mar. 2025.

JESSOP, T.; PEISAH, C. Human rights and empowerment in aged care: restraint, consent and dying with dignity. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 15, p. 7899, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34360196/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

JONSON, H.; HARNETT, T. Introducing an Equal Rights Framework for Older Persons in Residential Care. **The Gerontological Society of America**, v. 56, n. 5, p. 800-806, 2016. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5019046/pdf/gnv039.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KA, O.; SECK, I.; COUMÉ, M.; THIONGANE, B.; MBAYE, E. H.; DIA, A. T. Analysis of public policies in favor of the elderly people in Senegal: state of legal protection. **Geriatr Psychol Neuropsychiatr Vieil**, v. 1, n. 16, p. 23-30, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29362204/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KARBEYAZ, K.; ÇELIKEL, A. The elder physical abuse reflected in judicial authorities in Eskisehir. **Archives of gerontology and geriatrics**, v. 73, p. 284-287, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28886494/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KO, H. Unmet healthcare needs and health status: panel evidence from Korea. **Health Policy**, v. 120, n. 6, p. 646-653, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27095277/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KOTTOW, M. Intergenerational healthcare inequities in developing countries. **Developing world bioethics**, v. 20, n. 3, p. 122-129, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dewb.12244>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KURZ, M. L. B. **Colcha de retalhos: desafios e perspectivas na implantação da política nacional para o idoso no município de Selbach/RS**. 2008. 172 f. Dissertação (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio do Grande do Sul, Porto Alegre,

2008. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5186/1/000408720-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LAKS, J.; WERNER, J.; MIRANDA-SÁ JR., L. S. DE. Psiquiatria forense e direitos humanos nos pólos da vida: crianças, adolescentes e idosos. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s80-s85, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/rjYp9xHBM3LLkzSGX6qD6vc/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LAZZARINI, M. V.; BERRA, S.; D'AMICO, M. V.; BONFIL, M. C. Elderly adults in nursing homes in the province of Córdoba: objects of care or legal subjects? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 24, p. e2698, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26650412/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LIMA, J. M. **Direitos Humanos e tutela jurídica do idoso: violência financeira contra a pessoa idosa na comarca de Porto Nacional – TO**. 2019. 93 f. Dissertação (Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) - Fundação Universidade Federal do Tocantins - Palmas, Palmas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1154>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LISBOA, S. M. **A política pública para idosos na cidade de Manaus: um estudo sobre as demandas e os desafios na sua efetivação**. 2011. 142 f. Dissertação (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2671>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LOPES, A. M. D.; GRILLO, M. S. Sociedade e os idosos: perspectivas sob o olhar dos direitos fundamentais e sociais. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 22, n. spe 3, p. 257-275, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/34116>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LÓPEZ-OROZCO, J. J.; VILLA-ROMERO, A. R.; GARCÍA-MÉNDEZ, M.; GONZÁLEZ-ROMERO, M. G. Institutional abuse toward the elderly: perceptions of health care providers and older adults. **Salud Pública de México**, v. 56, n. 6, p. 613-619, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0036-36342014000600013&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 31 mar. 2025.

MACHADO, I. L. O. **Curatela e tomada de decisão apoiada (TDA) com relação a pessoas idosas no Brasil: uma análise bioética**. 2022. 162 f. Tese (Bioética) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/45252>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MASCHI, T. et al. Bridging community and prison for older adults:

invoking human rights and elder and intergenerational family justice. **International journal of prisoner health**, v. 10, n. 1, p. 55-73, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25763985/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MASCHI, T.; VIOLA, D.; MORGEN, K. Unraveling trauma and stress, coping resources, and mental well-being among older adults in prison: Empirical evidence linking theory and practice. **The Gerontologist**, v. 54, n. 5, p. 857-867, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23871918/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MASSA Á. A.; VILLOUTA, M. B.; FERRADA, C. R. Sanctioning Chile's Public Health Care System for Not Providing Basic Services to the Elderly: The Inter-American Court's Pobleto Vilches Ruling. **Health Hum Rights**, v. 23, n. 1, p. 251-258, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8233028/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MCCABE, L.; DAWSON, A.; DOUGLAS, E.; BARRY, N. **Using Technology the Right Way to Support Social Connectedness for Older People in the Era of COVID-19**. Int J Environ Res Public Health, v. 18, n. 16, p. 8725, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8391174/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MCCAUSLAND, D. et al. The exercise of human rights and citizenship by older adults with an intellectual disability in Ireland. **Journal of Intellectual Disability Research**, v. 62, n. 10, p. 875-887, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30125431/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MEARS, J. Violence against older women: Activism, social justice, and social change. **Journal of elder abuse & neglect**, v. 27, n. 4-5, p. 500-513, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26430772/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MEIER, B. M.; MATUS, V.; SEUNIK, M. COVID-19 raises a health and human rights imperative to advance a UN Convention on the Rights of Older Persons. **BMJ Global Health**, v. 6, n. 11, p. e007710, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34848437/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MENEZES, T. M. O. **Ser idoso longo vivo: desvelando os sentidos do vivido**. 2009. 206 f. Tese (Enfermagem) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14367/1/1%C2%AA%20def.%20de%20Tese%20-%20Tania%20Menezes%20-%202029-05-09.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MEYER, I. et al. Advocacy for the human rights of older people in the COVID pandemic and beyond: a call to mental health professionals. **International Psychogeriatrics**, v. 32, n. 10, p. 1205-1210, 2020.

Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7302948/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MINAYO, M. C. S. et al. **Lições aprendidas na avaliação de um programa brasileiro de atenção a idosos vítimas de violência.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 52, p. 171-182, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6k3Tg3pgkDs5Fgh55kRvgqn/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MITCHELL, W. et al. The human right to justice for older persons with mental health conditions. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 29, n. 10, p. 1027-1032, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34389221/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MONTEJO, R. et al. La Ciencia de la Enfermería por una vejez saludable, sin violencia ni maltrato. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 39, 2023. Disponível em: <https://revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/5980>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MORA, J. Total lockdown and fairness towards the sufferer: an egalitarian response to Savulescu and Cameron. **Journal of Medical Ethics**, v. 50, n. 11, p. 770-771, 2024. Disponível em: <https://jme.bmj.com/content/early/2024/05/07/jme-2024-109886>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MORRISONDAYAN, R. Social participation in Australian residential aged care: A human rights perspective. **Australasian Journal on Ageing**, v. 43, n. 2, p. 403-408, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38613230/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MORRISSEY, M. B.; HERR, K.; LEVINE, C. Public health imperative of the 21st century: innovations in palliative care systems, services, and supports to improve health and well-being of older Americans. **The Gerontologist**, v. 55, n. 2, p. 245-251, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26035600/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MULVEY, M.; O'SULLIVAN, T.; FRASER, S. Upholding dignity during a pandemic via Twitter. **F1000Research**, v. 12, p. 183, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38505400/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MUSSI, C. I. B. **A invisibilidade do idoso: direitos e preconceitos na superação da histórica desigualdade no espaço rural brasileiro.** 2011. 201 f. Dissertação (Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/2740/1/CLAUDIA%20INEZ%20BORGES%20MUSSI.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas**. [S.l.], 1991. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gsGXFejQVSEXi-kOfET8-cu3TzdyLXxf/view?usp=sharing>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NADERI, Z. et al. Hospitalized elder abuse in Iran: a qualitative study. **BMC geriatrics**, v. 19, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-019-1331-8>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NASSAR, E. B. **Envelhecimento populacional e previdência social: a questão social da longevidade e o financiamento dos sistemas previdenciários, sob a ótica do princípio da solidariedade social**. 2012. 339 f. Tese (Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7337>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NAZARETH, E. et al. An invisible human rights crisis': The marginalization of older adults during the COVID-19 pandemic - An advocacy review. **Age and Ageing**, v. 49, n. 6, p. 905-910, 2020. Disponível em: <https://pubmed-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/32795754/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

O'CIONNAITH C.; WAND, A. P. F.; PEISAH, C. Navigating the Minefield: Managing Refusal of Medical Care in Older Adults with Chronic Symptoms of Mental Illness. **Clin Interv Aging**, v. 12, n. 16, p. 1315-1325, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8285123/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ØKSNEBJERG, L. et al. Towards capturing meaningful outcomes for people with dementia in psychosocial intervention research: **A panEuropean consultation**. **Health Expectations**, v. 21, n. 6, p. 1056-1065, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29920881/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, F. G. M. **Tutelas jurídicas da pessoas idosa no sistema interamericano de direitos humanos**. 2021. 115 f. Dissertação (Direito) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2021. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/6662>. Acesso em: 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, G. S. **Velhice e cidadania: um estudo sobre os centros de convivência em Pernambuco**. 2003. 150 f. Dissertação (Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9981>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ONUMA, T. T. **Cronologização da vida, ageísmo e excusão: o direito ao envelhecimento e a democracia deliberativa**. 2022. 172 f. Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Mato

Grosso, Cuiabá, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/673ageismo>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**. [S.l.], 2015. Disponível em: https://www.oas.org/en/sare/documents/CIPM_POR.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICA DA SAÚDE. Older Persons: A Human Rights-based Approach. **Series on Human Rights and Health**. 2021. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55793/PAHOLEGDHdhs5210001_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICA DE SAÚDE. **A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável**. Washington, DC: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275326947>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável**. Washington, DC: OPAS, 2023. 26 p. DOI: 10.37774/9789275726945. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57780>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **The Inter-American Convention on Protecting the Human Rights of Older Persons as a tool to promote the Decade of Healthy Aging**. Washington, D.C.: PAHO; 2023. Disponível: <https://doi.org/10.37774/9789275126943>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **General Assembly**. Regular Session. Convención Interamericana sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Mayores / Inter-American Convention on the Protection of the Human Rights of Older Persons. 45th: 2015: Washington, D.C. Disponível em: https://www.oas.org/en/sare/documents/CIPM_POR.pdf

PANAGIOTIDOU, N. et al. Towards Establishing Quality Standards on Human Rights for Services in Dementia Care. **International Journal of Older People Nursing**, v. 19, n. 5, p. e12643, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39262204/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PARANHOS, D. G. A. M.; ALBUQUERQUE, A. Direitos humanos dos pacientes como instrumentos bioéticos de proteção das pessoas idosas. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 8, n. 1, p. 53-64, 2019. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa>.

fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/507. Acesso em: 31 mar. 2025.

PARANHOS, D. G. A. M.; ALBUQUERQUE, A.; GARRAFA, V.. Vulnerabilidade do paciente idoso à luz do princípio do cuidado centrado no paciente. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 4, p. 932-942, out. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/znXjdWfwfmpY7RSr5hzYYTK/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PARANHOS, D. G. A. M.; ALBUQUERQUE, A.; GARRAFA, V.. Vulnerability of the elderly patient in light of the principle of patient-centered care. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 4, p. 932-942, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/143607>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PARODI, J. et al. Políticas propostas sobre cuidados paliativos para idosos na América Latina e no Caribe. Horizonte. **Med.**, Lima, v. 16, n. 1, pág. 69-74, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1727-558X2016000100010&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2025.

Pasinato, M. T. M. **Envelhecimento, Ciclo de Vida e Mudanças Socioeconômicas: Novos Desafios para os Sistemas de Seguridade Social**. 2009. 144 f. Tese (Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/4643/1/Maria%20Tereza%20de%20Marsillac%20Pasinato-tese.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PAULA, C. E. A.; SILVA, A. P.; BITTAR, C. M. L. Legislative vulnerability of minority groups. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3841-3848, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QjTxmhdVTNvtN8YNGvx7d8N/?lang=em>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PEISAH, C.; SAMPSON, E.L.; RABHERU, K.; WAND, A.; LAPID, M. The Human Rights of Older People With Mental Health Conditions and Psychosocial Disability to a Good Death and Dying Well. **Am J Geriatr Psychiatry**, v. 29, n. 10, p.: 1041-1046, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34175232/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PELCASTREVILLAFUERTE, B. E. et al. Health needs of indigenous Mayan older adults in Mexico and health services available. **Health & social care in the community**, v. 28, n. 5, p. 1688-1697, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32350972/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PERARO, A. J. S. **A Participação Social nos Espaços Democráticos de Direito da Pessoa Idosa**. 2019. 99 f. Dissertação (Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Franca), Franca, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182470>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PEREIRA, A. B.; SILVA, L. F. **Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Idosa: Relembrando o Estatuto do Idoso e Alguns Documentos Internacionais**. Marília: Laboratório Editorial da UNESP - LETRA, 2019. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/81/2435/4075?inline=1. Acesso em: 31 mar. 2025.

PESSOA, I. L. **O envelhecimento na política social brasileira: avanços e limitações**. 2009. 238 f. Tese (Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/4520/1/2009_IzabelLimaPessoa.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

PIMENTEL, S. B. A. **Pessoas idosas, redes familiares e proteção social: Estudo de caso em uma UPA de Salvador (2019/2021)**. 2021. 125 f. Dissertação (Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2021. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/handle/prefix/4668>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PIRES, F. L. **O direito à mobilidade na cidade: mulheres, crianças, idosos e deficientes**. 2009. 88 f. Dissertação (Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/4093>. Acesso em: 31 mar. 2025.

POMPEU, V. M. **O condenado idoso no Brasil: um estudo sobre o sistema penitenciário nacional**. 2015. 114 f. Dissertação (Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/104093>. Acesso em: 31 mar. 2025.

POOLE, M. et al. Going home? An ethnographic study of assessment of capacity and best interests in people with dementia being discharged from hospital. **BMC geriatrics**, v. 14, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24758694/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PSICK, Z.; SIMON, J.; BROWN, R.; AHALT, C. Older and incarcerated: policy implications of aging prison populations. **Int J Prison Health**, v. 13, n. 1, p. 57-63, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5812446/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

QUEIROS, A.; HIRSCH, M. A reflection on gender issues in elder abuse research: Brazil and Portugal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3685-3694, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3P5r6gwDNhb6Y8xwpVc56jH/?lang=en>. Acesso em: 22 maio 2025.

RABHERU, K.; GILLIS, M. Navigating the perfect storm of ageism, mentalism, and ableism: a prevention model. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 29, n. 10, p. 1058-1061, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34330625>. Acesso em: 22

maio 2025.

RAHMAN, M. et al. Mental distress and human rights violations during COVID-19: a rapid review of the evidence informing rights, mental health needs, and public policy around vulnerable populations. **Frontiers in psychiatry**, v. 11, p. 603875, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33488426/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ROCHA, R. C. et al.. Violência velada e revelada contra idosos em Minas Gerais-Brasil: análise de denúncias e notificações. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe4, p. 81-94, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/dfpcfFBff5wb8vPdFpTTLQd>. Acesso em: 22 maio 2025.

RODRIGUEZ SANCHEZ, M. I.; RODRIGUEZ CABELLO, M. P.; MARTINEZ MARTIN, M. L. Modelo de cuidados sin sujeciones en residencias de ancianos. **Revisión narrativa. Gerokomos**, Barcelona, v. 32, n. 4, p. 238-244, 2021. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1134-928X2021000500238&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2025.

RUELAS-GONZÁLEZ, M. G.; PELCASTRE-VILLAFUERTE, B. E.; REYES-MORALES, H. Maltrato institucional hacia el adulto mayor: percepciones del prestador de servicios de salud y de los ancianos. **Salud pública de México**, v. 56, n. 6, p. 631-637, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-733342>. Acesso em: 22 maio 2025.

SABRI, B. et al. Violence against widows in Nepal: Experiences, coping behaviors, and barriers in seeking help. **Journal of interpersonal violence**, v. 31, n. 9, p. 1744-1766, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25657102/>. Acesso em: 22 maio 2025.

SALEBAIGI, S. Locked Up and Left Behind: Addressing Cruel and Unusual Punishments among Senior Inmates during COVID-19 across US Prisons. **Health Hum Rights**, v. 25, n. 2, p. 91-102, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10733758/>. Acesso em: 22 maio 2025.

SANDRI, J. V. A. **Uma política de saúde para a população idosa no município de Itajaí (SC)**. 2004. 230 f. Tese (Enefermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87754>. Acesso em: 22 maio 2025.

SANTOS-RODRIGUES, R. C. et al.. Elder abuse: a conceptual analysis. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 6, p. e20230150, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/MgQCTz8366jK4tY5xRSYSbq/?lang=em>. Acesso em: 22 maio 2025.

SANTOS-RODRIGUES, R. C.; ARAUJO-MONTEIRO, G. K. N.; DANTAS, A. M. N.; BESERRA, P. J.F.; MORAIS, R. M.; SOUTO, R. Q. Elder abuse: a conceptual analysis. **Rev Bras Enferm.** V. 76, n. 6 p. e20230150, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0150> Acesso em: 22 maio 2025.

SANTOS, C. B.; GOMES, C. S.; RODRIGUES, R. M. Políticas públicas e direitos humanos por idosos em serviço de convivência. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 420-437, ago. 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n2/v25n2a33.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

SAVALESCU, J.; CAMERON, J. Why lockdown of the elderly is not ageist and why levelling down equality is wrong. **Journal of Medical Ethics**, v. 46, p. 717-721, 202. Disponível em: <https://jme.bmj.com/content/46/11/717>. Acesso em: 22 maio 2025.

SERPA, M. P. **Obrigatoriedade do Regime de separação de Bens: privação à autonomia de vontade ou proteção aos idosos.** 2011. 118 f. Dissertação (Direito) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5766/1/60701245.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVAJUNIOR, J. C. et al. Ageísmo: um estudo com grupos de Terceira Idade / Ageism: a study in Third Age groups / La discriminación por edad: un estudio de los grupos de Tercera Edad. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 4, p. e2002149, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-915479>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, A. C. A. P. Conhecimento, Cidadania e Direito do Idoso: relatos pós-Lei nº 10.741/2003. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 11, n. 1, p. 45-55, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/XdNkzgtfCCP3rBCcp9ZBSxp/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, G. A.; BENITO, L. A. O. Denúncias de violência financeira contra idosos no Brasil: 2011-2018. **REVISA (Online)**, v. 10, n. 2, p. 432-445, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1254577>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, S. S. **Estatuto do Idoso: um crítico e novo olhar sobre o idoso e os desafios a serem enfrentados.** 2007. 169 f. Dissertação (Direito) - Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília, 2007. Disponível em: https://www.univem.edu.br/servico/aplicativos/mestrado_dir/dissertacoes/Estatuto_do_Idoso_-_um_cr%C3%ADtico_e_novo_olhar_sobre_o_idoso_1062_pt.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVÉRIO, E. D. **A tutela da terceira idade na Constituição de 1988.** 2002. 175 f. Dissertação (Direito) - Universidade Federal de

Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4640>. Acesso em: 22 maio 2025.

SIMONE, L. et al. Types of abuse and risk factors associated with elder abuse. **Swiss medical weekly**, v. 146, n. 0304, p. w14273-w14273, 2016. Disponível em: <https://smw.ch/index.php/smw/article/view/2143/3164>. Acesso em: 22 maio 2025.

SOTO, P. R.; SANHUEZA, M. E. L. The Right to Information in the Older Person. **Revista chilena de derecho**, v. 48, n. 1, p. 299-316, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-52002021000100004. Acesso em: 22 maio 2025.

SOUZA, M. S.; MACHADO, C. V. Governança, intersectorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3189-3200, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/BjddmZJmvfkYQvkZ5sSgY4Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.

STEELE, L.; SWAFFER, K. Reparations for Harms Experienced in Residential Aged Care. **Health Hum Rights**. 2022 Dec;24(2):71-83. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9790955/>. Acesso em: 22 maio 2025.

SYROID, T. L.; FOMINA, L. O. The role of smart technology in promoting the right to health of older persons. **Wiadomosci Lekarskie** (Warsaw, Poland: 1960), v. 72, n. 12 cz 2, p. 2558-2562, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32124785>. Acesso em: 22 maio 2025.

TAVEIRA, L. M. **Perfil da Violência cometida contra a pessoa idosa registrada no quisque direitos humanos no período de 2011-2015 no Brasil**. 2016. 50 f. Dissertação (Gerontologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2179>. Acesso em: 22 maio 2025.

THOMAS, S. E. Law and its discontents: ageing and Family Law in India. **Journal of Social and Economic Development**, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40847-022-00211-2>. Acesso em: 22 maio 2025.

TOLEDO, A. C. S. **Tutelas de urgência para a efetivação dos direitos dos idosos**. 2007. 221 f. Dissertação (Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita Filho, Franca, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/c3955a34-888d-49e9-a87a-75928ca3f9ee>. Acesso em: 22 maio 2025.

TSURUZONO, E. R. S. **A Proteção Social da Pessoa Idosa: Desafios e Estratégias para Enfrentamento da Violência Familiar em**

Caxias do Sul. 2010. 192 f. Dissertação Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/491>. Acesso em: 22 maio 2025.

VARGAS, F. F.; MARTINS, P. F. M. Tempo e espaço: uma análise do Direito à Cidade para a população idosa / Time and space: an analysis of the Right to the City for the elderly population / Tiempo y espacio: un análisis del Derecho a la Ciudad para la población adulta mayor. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 22, n. 2, p.: 197-212, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/45641/30159>. Acesso em: 22 maio 2025.

VERAS, R. P.; LOBO, J. S. Análise sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência contra o idoso / Assessment of the public policies to cope with violence against the elderly / Análisis de las políticas públicas de enfrentamiento a la violencia contra las personas mayores. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 631-641, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-29699>. Acesso em: 22 maio 2025.

VERGARA, P. R.; LUCA, L.; GAC, H.; YÁÑEZ, C. R. El adulto mayor en el contexto del COVID-19: ¿en el centro del cuidado o al margen por su edad? **Cuad. Biét.** v. 32, n. 106, p. 329-339, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-221698>. Acesso em: 22 maio 2025.

VIEIRA, R. S.; VIEIRA, R. S. Saúde do idoso e execução da política nacional da pessoa idosa nas ações realizadas na atenção básica à saúde. **Revista de Direito Sanitário**, v. 17, n. 1, p. 14-37, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-790678>. Acesso em: 22 maio 2025.

WACHELESKI, N. R. **As configurações da situação de encarceramento de idosos em Porto Alegre/RS.** 2015. 180 f. Dissertação (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5929>. Acesso em: 22 maio 2025.

WACHHOLZ, P.; GIACOMIN, K. Dignity in the care of older adults living in nursing homes and long-term care facilities. **F1000Research**, v. 11, p. 1208, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38434004/>. Acesso em: 22 maio 2025.

WAMARA, C. K. Social work response to elder abuse in Uganda: Voices from practitioners. **Journal of gerontological social work**, v. 65, n. 4, p. 361-381, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34412569/>. Acesso em: 22 maio 2025.

WAMARA, C. K.; BENNICH, M.; STRANDBERG, T. Missing voices: older people's perspectives on being abused in Uganda. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 33, n. 4, p. 288-310, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34433375/>. Acesso em: 22 maio 2025.

WHITAKER, D. C. A.. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse "novo" ator social, titular de direitos. **Cadernos CEDES**, v. 30, n. 81, p. 179-188, maio 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7nkZXCjVPmMkGZRWCbq9GFM/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.

WHITE, S. M. Ethical and legal aspects of anaesthesia for the elderly. **Anaesthesia**, v. 69, p. 45-53, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24303860/>. Acesso em: 22 maio 2025.

WHO. A life-course approach to health: synergy with sustainable development goals. **The Journal of the Royal College of Physicians of Edinburgh**, v. 48, n. 1, p. 9-17, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5791871/>. Acesso em: 22 maio 2025.

WILBUR, J.; FERDOUS, S.; WAPLING, L. The inclusion of disability and aging in COVID-19 hygiene behavior change interventions across low-and middle-income countries: A review using the COVID-19 Inclusive WASH Checklist. **Frontiers in Public Health**, v. 10, p. 1024850, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36478723/>. Acesso em: 22 maio 2025.

WU, B. et al. Ageism and the State of Older People With Mental Conditions During the Pandemic and Beyond: Manifestations, Etiology, Consequences, and Future Directions. **American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 29, n. 10, p. 1015-1025, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34330627/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ZERBINI, F. B. **Mobilidade urbana para cidades sustentáveis: pressuposto à promoção de Direitos humanos com ênfase na pessoa idosa**. 2021. 162 f. Dissertação (Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16551>. Acesso em: 22 maio 2025.

3. Inventário de Referências

Barreiras e Facilitadores de Acesso a Serviços de Saúde, Trabalho, Educação e Assistência Social de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

GT3- Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência

AUTORAS E AUTORES _____

Cristina Rabelais - Fiocruz e UNIFASE/FMP | Daniela Fortunato Rêgo - MDHC | Josicélia Estrela Tuy Batista - UnB e Enap | Josicélia Estrela Tuy Batista - UnB e Enap | Jaqueline da Silva Borges - UnB e Enap | Julia Pereira - IESP | Maritsa Carla de Bortoli - Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo | Pedro Henrique de Pina Cabral Viana - MDHC | Roselene Candida Alves - MDHC | Sara Emanuella de Carvalho Mota - MDHC | Sérgio Prudente - MDHC

RESUMO

Objetivo: sumarizar as principais publicações sobre as barreiras e os facilitadores de acesso a serviços de saúde, educação e assistência social para pessoas com transtorno do espectro autista no país. **Metodologia:** foram considerados elegíveis artigos, relatórios de pesquisa, estudos de análise de dados, documentos institucionais, teses e dissertações. Para triagem e seleção dos estudos obtidos a partir das bases de dados, foi utilizada uma planilha padronizada. Após a verificação dos registros duplicados, nove autores executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade, previamente definidos. No caso de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por outro revisor. **Resultados:** 251 publicações identificadas, destas 75 atenderam aos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos e foram incluídas. As principais barreiras identificadas foram: dificuldades no acesso ao diagnóstico e tratamento adequado; formas inadequadas de ingresso e de avaliação de desempenho no sistema educacional; ausência de uma rede regionalizada de assistência, com a frequente concentração de serviços especializados em grandes centros urbanos; frágil conhecimento sobre as necessidades e especificidades de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) por parte dos profissionais que estão nos serviços; estigma e práticas discriminatórias; dificuldades na acessibilidade comunicacional. Os facilitadores localizados foram: a adaptação dos serviços; promover capacitações constantes, fornecer o suporte adequado às necessidades apresentadas. Cabe destacar o estabelecimento de políticas públicas para garantir que esta população tenha direitos assegurados. **Conclusão:** Faz-se necessário estimular a realização de mais pesquisas buscando elaborar instrumentos adaptados, identificar barreiras e facilitadores brasileiros e assim potencializar a tomada de decisão dos gestores com ações informadas por evidências e personalizadas para diferentes contextos em relação aos desafios de acesso a serviços de pessoas do espectro autista.

Palavras-chave: Autismo; Acesso; Barreiras; Política Pública.

O que é um inventário de referências?

O inventário consiste em uma lista de referências bibliográficas quantificadas e categorizadas, disponíveis na literatura sobre determinada temática e os contextos nos quais o tema já foi estudado (FAO, 2011)⁸.

Para que serve um inventário de referências?

É utilizado para apresentar informações iniciais sobre a existência ou a ausência de evidências sobre determinada temática (FAO, 2011)⁹.

Qual foi o contexto?

A Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH) busca promover a articulação, a produção e a disseminação de informações estratégicas e evidências destinadas a subsidiar a tomada de decisão em direitos humanos e cidadania. É uma iniciativa da Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos, da Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a fim de fortalecer a agenda nacional de políticas informadas por evidências para apoiar a tomada de decisão em direitos humanos.

Diante deste cenário, o Grupo de Trabalho número 3 (GT 3) elaborou o presente inventário de referências sobre a escassez de dados sobre autismo para subsidiar políticas públicas, com foco nas barreiras de acesso a serviços de saúde, educação e assistência social de autistas no país.

Em 2024, foi publicada a Agenda de Prioridades de Pesquisas em Direitos Humanos (APPDH), que tem por objetivo aproximar (as)os gestoras(es), pesquisadoras(es) e sociedade nos temas associados aos direitos humanos, no intuito de ofertar subsídios técnico-científicos para a tomada de decisão qualificada. Em 2024, também foi criada a ReneDH, e como proposta de fortalecimento e cocriação do conhecimento foi proposta a elaboração de grupos de trabalho para cada eixo da APPDH, além de um grupo específico sobre a letalidade policial e a violência institucional.

⁸ Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Food security: communications toolkit. Preparing policy briefs. Rome: FAO; 2011. Cap. 4.1, p. 139–213.

⁹ Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Food security: communications toolkit. Preparing policy briefs. Rome: FAO; 2011. Cap. 4.1, p. 139–213.

As(os) pesquisadoras(es), a sociedade civil e trabalhadoras(es) do MDHC foram distribuídos conforme afinidade temática entre os grupos de trabalho, para o desenvolvimento de um produto de tradução do conhecimento sobre algum tema do eixo. O eixo 3 da APPDH é o de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, e motivados pelos debates da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e a partir da identificação de lacunas no conhecimento acerca dos estudos sobre o acesso desta população aos serviços de saúde, educação e assistência social, foram levantadas três perguntas de pesquisa: i. Quais são as principais lacunas no conhecimento sobre o autismo no Brasil, e como elas impactam o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas? ii. Como a coleta e análise de dados sobre o autismo podem contribuir para o desenho de políticas públicas mais inclusivas e eficazes? iii. Quais práticas internacionais de sucesso na gestão do autismo podem ser adaptadas ao contexto brasileiro para melhorar o acesso a serviços e a qualidade de vida das pessoas autistas?

Ao final do processo de discussão e de construção coletiva foi deliberada a elaboração de inventário de referências, com o objetivo de sumarizar as principais publicações sobre as barreiras e opções de enfrentamento para a temática, de acordo com a pergunta de pesquisa.

Quais métodos foram aplicados?

Delineamento do estudo

Foi realizado um inventário de referências, que consiste em uma lista de referências bibliográficas quantificadas e categorizadas, disponíveis na literatura sobre determinada temática e os contextos nos quais o tema já foi estudado (FAO, 2011). O inventário de referências busca apresentar informações iniciais sobre a existência ou a ausência de evidências sobre determinado tema (FAO, 2011).

Pergunta de pesquisa

Quais as evidências disponíveis sobre barreiras de acesso a serviços de saúde, trabalho, educação e assistência social de pessoas com transtorno do espectro autista?

Critérios de elegibilidade

Foram elegíveis artigos, relatórios de pesquisa, análises de

dados, documentos institucionais, teses e dissertações. Foram excluídos os estudos que não versavam sobre as barreiras de acesso à saúde, trabalho, educação ou assistência social, os que não foram publicados no período de 2014 a 2024, os que estavam indisponíveis ou que não estavam nos idiomas português, inglês ou espanhol. Além disso foram excluídos alguns tipos de publicação como capítulos de livro, editoriais, cartas, resumos de anais de congresso, matérias jornalísticas, *releases e guidelines*.

Fontes de informação e estratégias de busca

Foi realizada busca estruturada em 2024, nas bases de dados *PubMed*, Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Health System Evidence*, *Social Systems Evidence*, *Eric* e Portal de periódicos da CAPES. As estratégias foram elaboradas de acordo com as especificidades de cada base de dados incluída. Foram utilizados os vocabulários controlados *DeCS/MeSH* e sinônimos para os termos “*autism*”, “*access*”, “*barriers*”, “*public policy*”. Para as bases *PubMed*, Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Health System Evidence* e *Social Systems Evidence*, foi aplicado o filtro de publicações nos últimos 10 anos. Os resultados das bases foram inseridos em uma planilha eletrônica padronizada. O quadro abaixo explicita as estratégias de busca e as fontes de informação pesquisadas.

Quadro 6. Estratégias de busca estruturada em repositório de estudos.

Estratégia de busca	Fonte	Filtro aplicado
autismo AND barreiras AND (year_cluster:[2014 TO 2024])	Biblioteca Virtual de Saúde	últimos 10 anos
autism AND access AND barriers	PubMed	–
autism	Health System Evidence	–
autism AND access	Social Systems Evidence	–
autism AND ((public policy) OR (human rights))	Eric	Sem filtros
autismo AND ((direitos humanos) OR (políticas públicas))	Capes (BDTD)	Sem filtros

Fonte: Elaboração própria

Triagem e Seleção de dados

Para a triagem e seleção dos estudos obtidos a partir das bases de dados, foi utilizada uma planilha padronizada. Após a verificação dos registros duplicados, nove autoras(es) executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade previamente definidos. No caso de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por outra(o) revisor(a).

Extração de dados

Os dados foram extraídos dos resumos dos estudos selecionados. A extração das informações relevantes foi realizada em uma planilha eletrônica padronizada, por oito autoras(es). Os seguintes dados foram extraídos:

- Dados gerais: autor, ano de publicação e país;
- Características metodológicas: população do estudo, setor, contexto, e tipo de publicação;
- Resultados: barreiras de acesso e o enfrentamento das barreiras de acesso.

Quais foram os resultados encontrados?

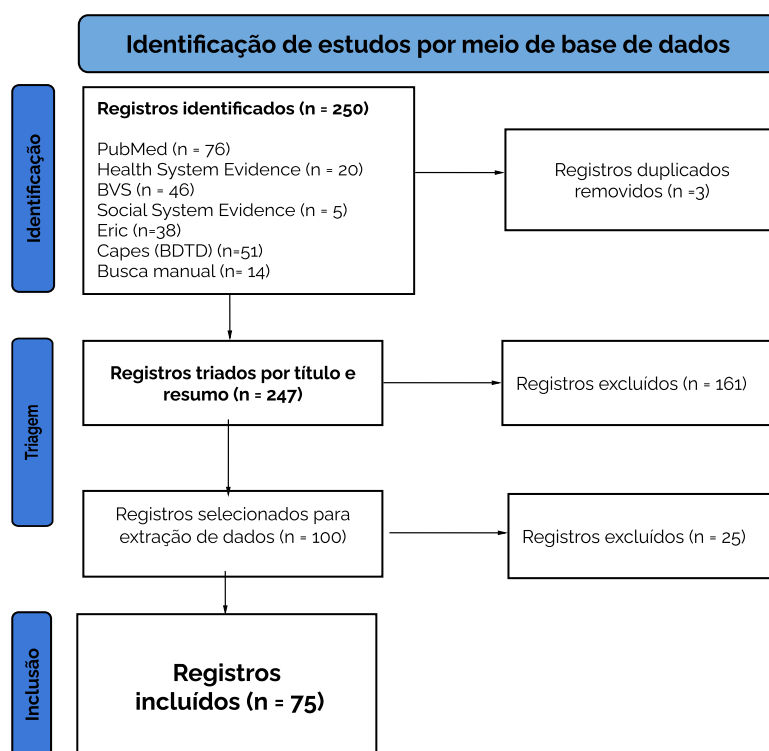
Foram localizados 251¹⁰ documentos, sendo 236 nas buscas nas bases de dados e 15 por meio de buscas manuais, os quais foram triados por títulos e resumos, resultando em 146 documentos excluídos, 85 publicações indicadas para a leitura completa dos resumos para extração, sendo que 75 atenderam aos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos e foram incluídas no inventário de referências ().

Os principais tipos de publicações que avaliaram as barreiras e os facilitadores foram artigos científicos (n=67; 89,3%), e o país de realização com maior ocorrência foi o Brasil (n=15; 20,0%). Destaca-se que por se tratar de um inventário de

10

referências que se limitou apenas à leitura dos resumos não foi possível identificar os locais dos estudos, representando 50,7% dos documentos incluídos (n=38). Com relação à população, 32,0% foram voltados para as crianças, havendo uma predominância de documentos do setor da saúde (n=38; 51,7%). Sobre o contexto abordado pelos estudos, a maioria abordou os serviços de saúde (n=33; 44,0%).

Figura 4. Diagrama de fluxo do processo de elegibilidade dos estudos.



Fonte: Elaboração própria.

As principais barreiras identificadas foram:

- Relativas ao acesso aos serviços de saúde e educação;
- Despreparo de profissionais que estão nos serviços para compreender e atender a população com necessidades especiais;
- Fragilidades na comunicação [1] entre profissionais, cuidadores, familiares e pessoas do espectro autista;

- Dificuldades no acesso ao diagnóstico, tratamento e suporte adequados;
- Ausência de uma rede regionalizada de serviços especializados, com concentração de serviços nos grandes centros urbanos e desassistência na zona rural;
- Inadequação dos métodos de avaliação e ingresso no ensino regular, que não consideram as especificidades das pessoas com transtorno do espectro autista;
- As barreiras culturais e os custos elevados no contexto internacional, sendo esses os aspectos a serem considerados pelos gestores para a tomada de decisão informada por evidências.

Os principais facilitadores localizados foram:

- Garantia de acessibilidade a partir de adequação das ações e serviços (escolas, universidades, serviços de saúde) para atender às necessidades das pessoas com TEA;
- Promoção de capacitações constantes com os envolvidos na prestação dos serviços para mitigar os problemas de comunicação e qualificar a assistência;
- Maior articulação intersetorial e interfederativa para implementação eficaz das políticas públicas específicas para pessoas com TEA, acompanhada da destinação adequada de recursos financeiros necessários.

Quadro 7. Principais informações extraídas dos artigos incluídos (n= 75).

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
GRANT et al. [1] 2024, Reino Unido, Artigo	Adultos	Saúde Serviços de saúde	As respostas indicaram que a maior barreira ao uso da ferramenta de comunicação voltada especificamente para pessoas do espectro autista (AHP) era a crença de que os profissionais de saúde discriminariam os pacientes com autismo. Pacientes informavam que profissionais de saúde não tinham informações suficientes sobre o autismo, resultando em práticas discriminatórias. Barreiras adicionais incluíam a falta de familiaridade dos funcionários com os AHP e os entrevistados que esperavam uma resposta negativa à produção de um AHP.	O estudo informa que o uso de AHP não reduz as iniquidades em saúde para pessoas com transtorno do espectro autista, e sugere que são necessárias outras ferramentas para isso.
FERREIRA JUNIOR [2], 2024, Brasil, Dissertação	Mães de pessoas com transtorno do espectro autista	Saúde Serviços de saúde	Necessidade urgente de melhorar o acesso ao diagnóstico precoce, facilitar o início dos tratamentos, padronizar as práticas de cuidado e oferecer suporte contínuo às famílias.	Realização de estudos longitudinais que acompanhem as famílias ao longo do tempo para entender melhor as mudanças nas percepções e nas necessidades de cuidado.
CALLEJA et al. [3], 2020, NI, Artigo	Adultos	Saúde Serviços de saúde	A falta de comunicação eficaz é a maior barreira para acessar serviços apropriados e a assistência médica primária requer mais suporte, pois os clínicos gerais desempenham um papel central na ligação com os serviços e na busca de suporte apropriado para adultos com transtorno do espectro autista. Isso apoia nossa hipótese inicial de que a comunicação deficiente e a falta de compreensão sobre as necessidades de pessoas com transtorno do espectro autista são barreiras identificadas.	É vital dar suporte aos serviços de assistência médica primária para aumentar e melhorar o suporte para adultos com transtorno do espectro autista, pois este é o primeiro ponto de contato para muitos indivíduos. Portanto, as abordagens de cuidados interdisciplinares apoiam a transição e fornecem assistência ao gerenciar múltiplas condições crônicas de saúde.
SILVA et al. [4], 2020, Brasil, Artigo	Estudantes jovens	Educação Universidade	O fato do enfrentamento de barreiras no ingresso no ambiente escolar desde a educação básica se reflete ao adiamento do ingresso ao ensino superior, soma-se a isso as barreiras de ingresso como provas e ambiente inadequados.	As políticas públicas de inclusão necessitam ser avaliadas, melhoradas e ampliadas.

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
OLIVATI, LEITE [5], 2019, Brasil, Artigo	Estudantes jovens	Educação Universidade	Na universidade, as controvérsias entre o interesse pela graduação e o despreparo do contexto universitário apareceram como fatores geradores de angústia e ansiedade associados às barreiras de permanência e à necessidade da conclusão do curso no prazo regulamentar.	Identificou-se a necessidade de ajustes tanto no âmbito singular quanto no contexto social acadêmico, com destaque para a participação de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA), e para as adaptações ao meio.
FISCHER [6], 2019, Brasil, Artigo	Professores	Educação Universidade	É imprescindível a flexibilidade do sistema de educação em prol de gerar e aplicar meios que promovam o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os integrantes da sociedade, igualmente importantes para sua integridade.	Os resultados indicam a efetividade da técnica diário reflexivo no processo de inclusão de Síndrome de Asperger no ensino superior por meio do ensino por competências e metodologias ativas por um professor sem formação em Educação Especial
LEAO et al. [7], 2019, Brasil, Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Escola	Dificuldades nas habilidades de comunicação/socialização representam uma das principais barreiras para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Enquanto público-alvo da educação especial, alunos com TEA devem frequentar a sala de aula comum, podendo receber o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno de sua escolarização
DANKER, STRNADOVÁ, CUMMING [8], 2019, NI, Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Escola	Os alunos conceituaram o bem-estar como multidimensional, identificaram barreiras sensoriais, barreiras sociais e barreiras associadas ao aprendizado, além de vários ativos externos e internos que poderiam dar suporte ao seu bem-estar	Não informado
HODGETTS, RICHARDS, PARK [9], 2018, NI, Artigo	Adolescentes	Saúde Reabilitação	A partir das perspectivas de várias partes interessadas, sobre barreiras, percepções e realidades relacionadas à definição autônoma de metas para adolescentes com transtorno do espectro autista	Envolvimento de adolescentes com TEA no processo de definição de metas. Adolescentes com transtorno do espectro autista descreveram metas como tarefas concretas de curto prazo, enquanto os pais perceberam o envolvimento na definição de metas como uma porta de entrada para a autodeterminação de longo prazo
AMANT et al. [10], 2018, NI, Artigo	Crianças e adolescentes	Saúde Serviço de saúde	Após controlar as covariáveis demográficas, as descobertas sugerem que as barreiras linguísticas podem afetar negativamente a capacidade dos pais de acessar serviços de saúde para seus filhos com TEA	Fatores de aculturação devem, portanto, ser considerados ao analisar disparidades no autismo
ZUCKERMAN et al. [11], 2017, EUA, Artigo	Crianças	Saúde Serviço de saúde	As barreiras mais prevalentes no geral foram estresse do processo de diagnóstico, conhecimento dos pais sobre TEA e compreensão do sistema médico. Em comparação com	Aumentar o conhecimento relacionado ao TEA e a confiança nos provedores pode diminuir as disparidades no diagnóstico e tratamento do TEA entre latinos nos EUA

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			as famílias brancas não latinas, as famílias com proficiência limitada em inglês eram mais propensas a enfrentar barreiras relacionadas ao conhecimento sobre TEA e confiança nos provedores. Crianças em famílias com proficiência limitada em inglês também tinham menos horas de terapia atuais e mais necessidades de terapia não atendidas do que crianças em famílias brancas não latinas. As barreiras das famílias com proficiência em inglês e o perfil de uso de serviços de tratamento eram mais semelhantes às famílias brancas não latinas do que às famílias com proficiência limitada em inglês	
FELDMAN [12], 2017, Brasil, Tese	NI	Saúde Serviço especializado (Centro de atendimento psicossocial-CA PS)	As barreiras identificadas na rede de atenção psicossocial para pessoas com TEA foram o número insuficiente de profissionais de saúde, foco na infância e concepção inadequada dos profissionais da saúde sobre as demandas dessa população.	Clínica ampliada
LIMA, LAPLANE [13], 2016, Brasil, Artigo	Estudantes	Educação Creche Escola Serviço público e privado	Ausência de normativas para o atendimento da demanda nos centros educacionais; Ausência de apoio educacional para alunos com transtorno do espectro autista na rede estadual Baixa adesão dos alunos no atendimento educacional especializado Ausência de apoio pedagógico especializado	Convênio com escola particular que desenvolve projeto de Educação Especial que atende alunos com transtorno do espectro autista Serviços de Educação Inclusiva prestados pelo Centro de Atendimento e Apoio ao Desenvolvimento Educacional (CAADE) Escola de Educação Especial (APAE) que oferta atendimento educacional
MALIK-SONI et al. [14], 2021, NI, Artigo	População geral	Saúde Serviços de saúde	As principais barreiras encontradas comuns a todas as idades foram: dificuldades no acesso aos serviços de saúde devido aos custos, conscientização dos médicos e estigma. As barreiras encontradas principalmente na infância foram dificuldades no diagnóstico e itinerários terapêuticos pouco claros. Na transição para a vida adulta,	Utilização de ferramentas que possibilitam a conexão de médicos especialistas em transtorno do espectro autista, aumentando a capacidade de rastreio e de diagnóstico; Implementar iniciativas que melhoram a conscientização dos médicos na triagem e diagnóstico de crianças pequenas Aumento da cobertura dos planos de saúde para diagnóstico e tratamento

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			foram encontradas barreiras relacionadas à insuficiência de serviços especializados, baixa conscientização dos profissionais de saúde em relação às necessidades das pessoas com transtorno do espectro autista e barreiras comunicacionais.	A Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu e implementou programas de Treinamento de Habilidades para Cuidadores (CST), o que aumenta a conscientização familiar sobre as necessidades e serviços de TEA em contextos locais Tradução de recursos-chave descrevendo os sinais de autismo, delineando as etapas a serem seguidas quando os sinais são detectados e resumindo o suporte disponível para as famílias em vários idiomas Iniciativas que reduzem o estigma em torno do TEA Recomendações para melhorar o acesso à saúde para indivíduos com TEA: Identificar sistematicamente as necessidades de saúde e as barreiras ao acesso à saúde enfrentadas por subpopulações, particularmente populações carentes, para informar o desenvolvimento de soluções personalizadas Desenvolver programas em currículos médicos e profissionais de saúde para aumentar o conhecimento dos médicos sobre o padrão de atendimento a indivíduos autistas Continuar a desenvolver programas que promovam a conscientização pública sobre o TEA para otimizar a triagem e o diagnóstico precoces e facilitar o acesso à assistência médica para pessoas com TEA Continuar a promover o rastreio genético após o diagnóstico de TEA e investir na identificação/validação de subtipos de autismo definidos por biomarcadores escaláveis e rentáveis. Entender as necessidades específicas de saúde de indivíduos com TEA em LRCs e desenvolver programas para aumentar a capacidade de diagnóstico precoce e assistência médica para TEA Realizar estudos longitudinais em diversas populações e regiões geográficas para entender os impactos sociais, econômicos e de saúde a longo prazo do aumento do acesso à assistência médica ao longo da vida
GUERRERO, SOBOTKA [15], 2022, NI, Artigo	Crianças	Saúde Familiar Social	Barreiras Parentais e Familiares Diferenças culturais na percepção do desenvolvimento infantil e deficiências de desenvolvimento.	Ferramentas de triagem em espanhol e outros idiomas para o diagnóstico e rastreio prontamente disponíveis. Educação parental e de pediatras

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
		Serviço de saúde	Proficiência limitada em inglês Situação imigratória Baixos níveis de educação dos pais Religião Barreiras comunitárias Estigma social em torno do TEA e da saúde mental Papeis de gênero em comunidades latinas e o efeito na percepção de deficiências Barreiras Estruturais nos Sistemas de Serviços Falta de recursos, capacidade ou mandato para disseminar informações de forma equitativa para grupos de sub-representações Interações negativas com prestadores de serviços de saúde que têm consciência cultural limitada podem perpetuar a desconfiança no sistema Disponibilidade limitada de exibições e informações em outros idiomas além do inglês Complexidade do processo diagnóstico Seguro e/ou pobreza limitam o acesso aos cuidados	Abordagem multifacetada para mitigar disparidades, que aborde fatores de serviço pai/família, comunidade e sistema
CLEARY et al. [16], 2022, NI, Artigo	População geral	Saúde Serviços de saúde	Falta de compreensão ou treinamento de profissionais de saúde Atrasos no acesso aos serviços, término antecipado dos serviços ou nenhum serviço recebido Custos para pessoas com TEA ou suas famílias Falta de recursos, continuidade de cuidados interrompida e serviços limitados Problemas para entender como acessar os serviços	Há mais pesquisas a serem feitas, desenhos e entrega de serviços mais assertivos para atender a essa necessidade não atendida, e tanto a pesquisa quanto a prática precisam incluir as vozes de pessoas com autismo e suas famílias por meio de processos de co-design e co-participação

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			Suportes inadequados Suporte de familiares e amigos	
CASALE et al. [17], 2023, Canadá, Artigo	Cuidadores de crianças	Saúde Serviços de saúde	Barreiras ao acesso a serviços adequados Dificuldade de acesso ao transporte para os serviços Longas listas de espera Desembolso e a fragmentação dos serviços Aquisição de informações sobre os locais e a disponibilidade dos serviços Ausência de serviços que forneciam apoio emocional Diminuição na qualidade e quantidade de serviços após o fim da intervenção precoce especializada Conhecimento limitado dos provedores sobre autismo Barreiras resultantes da imigração Diferenças culturais Barreiras linguísticas ou de comunicação entre cuidadores e prestadores de serviços Barreiras pessoais Dificuldade em aceder a serviços ou estar num novo ambiente Barreiras sociais Estigma e discriminação Barreiras financeiras Falta de financiamento governamental Custos de serviço Desemprego dentro da família Diferenças de gênero	Apoios sociais/emocionais/pessoais como facilitadores Facilitadores baseados em pessoal de serviço e facilitadores financeiros Ajuste do financiamento com base nas necessidades familiares Melhoria do acesso à informação sobre o autismo Ajuda aos cuidadores para que aprendam sobre as oportunidades locais de apoio social Aumento da formação profissional sobre competência/consciencialização cultural e prestação de serviços equitativos Disponibilização adicional de intervenções culturalmente sensíveis e centradas na família Financiamento de serviços de apoio interpretativo Garantia de que os cuidadores estão cientes dos serviços e financiamentos que lhes estão disponíveis
ANTEZANA et al. [18], 2017, NI, Artigo	População rural	Saúde Educação	Foram identificadas barreiras de acesso ao diagnóstico em comunidades rurais: acesso físico limitado a recursos devido	Telessaúde como uma via potencial de custo e tempo eficaz para receber diagnóstico e

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
		Serviço de saúde	à distância geográfica; escassa disponibilidade de serviços na zona rural; baixa confiança e preparo dos profissionais de saúde; características culturais.	tratamento para famílias com TEA, a praticidade dessa implementação justifica mais pesquisas Aumento nos números, bem como a educação para profissionais, profissionais escolares e membros da comunidade em áreas rurais, possam auxiliar na identificação precoce e no acesso a serviços apropriados para essas famílias
SRITHARAN, KOOLA [19], 2019, NI, Artigo	Crianças	Saúde	Barreira do diagnóstico tardio	O Centro do Sul Asiático de Conscientização sobre o Autismo (SAAAC) é uma iniciativa de conscientização tripla e aborda a educação pública, dos pais e profissional. Ao identificar o poder debilitante do estigma cultural e das crenças do TEA desde o início, a SAAAC se concentra em criar um diálogo sobre a deficiência na comunidade por meio de eventos da mídia e comunitários. Sem o apoio institucional da saúde pública, o SAAAC utiliza jornais, folhetos e estandes do sul da Ásia em reuniões da comunidade local (igrejas, escolas, centros recreativos, eventos comunitários) para aumentar a conscientização sobre o que é TEA e como identificar suas características
		Educação	Estigma da comunidade impediu os pais de buscar atendimento, proficiência limitada em inglês, pobreza, falta de conhecimento dos serviços disponíveis e falta de empoderamento	
		Assistência social		
		Trabalho		
		Serviços de saúde, educação, assistência social e trabalho pela condição de imigrantes	Barreira de acesso aos serviços Barreiras linguísticas, baixas rendas e limitações de transporte, redes de apoio reduzidas, menores taxas de emprego, marginalização, crenças culturais sobre o desenvolvimento infantil, conhecimento sobre TEA, abordagem à deficiência e conscientização sobre os serviços disponíveis, não compreensão de terminologias médicas; falta de informação; discordância entre serviços de saúde, serviços sociais e sistema escolar; excesso de burocracia; e falta de conscientização das necessidades do cliente pelos provedores de serviços Barreira da percepção negativa dos serviços Equipe médica não usava uma linguagem simples para explicar os problemas de seus filhos, falta de apoio de seu provedor de cuidados primários e baixa satisfação com a interação médico-paciente	
SILER et al. [20] 2021, EUA, Artigo	Crianças	Educação	Natureza fragmentada do sistema de educação infantil inclusiva mais amplo nos EUA	Intervenção em TEA convergiram para a noção de que, na medida do possível, as oportunidades de aprendizagem devem ser incorporadas ao ambiente natural das crianças e envolver brincadeiras ou rotinas familiares da vida diária que sejam significativas, ricas em afeto e motivadoras, e relacionamentos de qualidade com outras pessoas, incluindo adultos e colegas
		Escolas	Diagnóstico tardio Diversas necessidades de apoio de crianças com TEA	

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			Pensamentos e sentimentos dos pais de crianças sem deficiência sobre a inclusão	A colaboração entre essas escolas modelo e laboratórios afiliadas à universidade tem o potencial de impactar a prática comunitária ao estabelecer consenso sobre os elementos essenciais da inclusão de alta qualidade, desenvolver uma estrutura de medição compartilhada para fidelidade ao programa e resultados para as crianças, colaborar em ensaios de eficácia em larga escala e criar uma estrutura de implementação para inovações educacionais de programas afiliados à universidade para programas comunitários
WALSH et al. [21], 2020, NI, Artigo	Pessoas com autismo; cuidadores; profissionais de saúde.	Saúde Sistema de saúde e atenção à saúde	Uma taxonomia para categorizar barreiras de acesso aos cuidados em saúde para pessoas com TEA foi desenvolvida, com identificação de barreiras associadas ao paciente e às características do TEA; Barreiras vinculadas aos prestadores de serviços; e Barreiras relacionadas ao sistema de saúde.	Não informado.
WALLACE-WATKIN, SIGAFOOS, WADDINGTON [22], 2022, NI, Artigo	Famílias de crianças; cuidadores; crianças.	Direitos humanos Acessibilidade de serviços de apoio, diversidades de serviços e comunidade.	Pressões financeiras, localização geográfica e flexibilidade dos serviços afetaram o acesso de famílias aos serviços de apoio/assistência Acessibilidade, diversidade dos serviços e estigma influenciaram as experiências das famílias com os serviços	Não informado.
JUBENVILLE-WOOD et al. [23], 2023, NI, Artigo	Adultos	Saúde Psicoterapia, saúde mental	Fatores chave que influenciam a psicoterapia: confiança e respeito, abordagem inadequada, fatores individuais, estrutura das sessões, conhecimento sobre autismo, suporte para necessidades individuais específicas, acesso a serviços de saúde mental e envolvimento da família/apoio	Profissionais devem ter conhecimentos fundamentais sobre autismo. Aprender diretamente com as experiências de adultos com TEA pode melhorar os serviços de saúde mental
PHAM, CHARLES [24], 2023, NI, Artigo	Crianças e jovens	Saúde Educação Acesso a diagnóstico e tratamento em contextos	Disparidades nos serviços são primariamente relacionadas a fatores sistêmicos, incluindo acesso à informação e serviços de saúde, estigma e discriminação. Fatores internos como barreiras na linguagem e comunicação, falta de confiança nos	Importância de incluir diversidade de participantes nas pesquisas sobre autismo para aprimorar o conhecimento sobre os desafios, perspectivas e preferências de famílias sub representadas e vulnerabilizadas de jovens com autismo. Esses esforços podem apoiar a prestação de serviços culturalmente responsivos

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
		clínicos e escolares	profissionais e treinamento limitado em responsividade cultural podem prejudicar o suporte às famílias de jovens com TEA	
BERNATH, KANJI [25], 2021, Canadá, Artigo	Indivíduos com autismo	Saúde Cuidado odontológico	Barreiras ao cuidado foram desafios de comportamento, habilidades sociais e de comunicação, dependência de cuidadores/familiares, ambiente clínico e habilidades dos profissionais de saúde bucal de tratar clientes com necessidades específicas de cuidado	Profissionais de saúde bucal devem melhorar seu conhecimento de cuidados para grupos com necessidades específicas, como as pessoas com TEA, e ajudar a aumentar a conscientização entre os profissionais de saúde para diminuir as barreiras de acesso que essas pessoas vivenciam.
SINGH, BUNYAK [26], 2019, EUA, Artigo	Indivíduos com autismo	Saúde Avaliação precoce, diagnóstico e intervenções terapêuticas	O estudo buscou identificar como fatores sociais e estruturais complexos, como desigualdades de raça, etnia e socioeconômicas, estão associadas ao acesso de pessoas com TEA aos serviços de saúde, diagnóstico e tratamento. Identificou-se uma relação de interdependência entre barreiras familiares, barreiras culturais e barreiras estruturais. Não foram identificados estudos sobre desigualdades de gênero no cuidado à pessoa com TEA.	Abordagem interseccional usando pesquisa qualitativa para investigar disparidades relacionadas ao autismo
MASON et al. [27], 2019, NI, Artigo	Indivíduos com autismo	Saúde Assistência à saúde	Comunicação entre paciente e profissional de saúde, sensibilidade sensorial e questões de planejamento e execução foram identificadas como barreiras importantes para acesso à saúde.	Não informado.
RIVERA-FIGUEROA, MARFO, EIGSTI [28], 2022, NI, Artigo	Cuidadores	Saúde Diagnóstico e tratamento	Membros de comunidades latinas e afro-americanas tinham menos acesso à informação e mais crenças equivocadas sobre autismo, níveis mais altos de estigma e experiências negativas com prestadores de saúde, que exacerbaram disparidades de acesso à saúde.	Esforços para abordar as necessidades específicas de minorias raciais e étnicas.
LINDSAY et al. [29], 2024, NI, Artigo	Crianças e jovens	Saúde Serviços de saúde	Experiências e aspectos do racismo e das disparidades raciais (ex. barreiras culturais e de linguagem, interações de saúde de baixa qualidade, estereótipos e discriminação,	Necessidade urgente de abordar o racismo sistêmico nos sistemas de saúde. Gestores de saúde e tomadores de decisão devem defender mudanças nas políticas e sistemas de saúde para melhorar o acesso equitativo aos serviços de saúde para todos os jovens com deficiência, especialmente os que pertencem a grupos

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			estigma familiar ou comunitário e barreiras indiretas) Disparidades raciais na atenção à saúde (ex., triagem e encaminhamento, diagnóstico, serviços de saúde, coordenação do cuidado e medicação)	minoritários e vulnerabilizados. Prestadores de cuidados em saúde devem se engajar em treinamentos para prover serviços culturalmente seguros e apropriados para a diversidade racial dos usuários autistas. Prestadores de cuidados em saúde e gestores devem trabalhar juntos para remover barreiras de acesso à saúde para jovens com autismo de minorias raciais.
MAURICE et al. [30], 2022, Europa, Artigo	Crianças, adolescentes e adultos	Saúde Serviços de saúde mental	O texto aborda as barreiras na transição de pessoas entre os serviços de saúde mental para crianças e adolescentes para outros serviços de saúde mental quando elas atingem o limite de idade. Essas barreiras podem levar a uma descontinuidade do tratamento e o consequente agravamento de sintomas.	Não informado.
DIVAN et al. [31], 2021, Países de baixa renda, Artigo	Crianças	Saúde Em um contexto ampliado	Falta de ferramentas para detecção e diagnóstico; falta de sensibilização e experiências estigmatizantes impactando a demanda, por exemplo o tratamento de autismo e prevalência de modelos de diagnósticos, e o tratamento que não pode ser usado em larga escala em alguns países.	Não informado
GILMORE et al. [32], 2022, NI, Artigo	Adultos	Saúde Serviços de saúde mental	Falta de Profissionais com conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista Tratamentos Pouco Adaptados às Necessidades Individuais Dificuldade de Navegação no Sistema de Saúde	Fazer Escolhas Cuidadas de Linguagem Adotar uma Abordagem Individualizada para o tratamento de Saúde Mental de Adultos com TEA Fornecer Passos Práticos para Promover o Progresso do Paciente Atuar como Agente de Mudança no Ambiente de Trabalho
SRECKOVIC et al. [33], 2024, NI, Artigo	Jovens	Trabalho Empresas	Medo de Discriminação Muitos indivíduos com TEA escolhem não divulgar seu diagnóstico no trabalho devido ao receio de serem discriminados. Esse medo é uma barreira significativa para o acesso a acomodações e suporte no ambiente de trabalho Experiência de Estigma Percepção de estigma associada ao diagnóstico de autismo. Esse estigma desencoraja a divulgação, dificultando o acesso a	Não informado

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			condições de trabalho adaptadas	
			Consequências Negativas da Divulgação	
			Indivíduos autistas que optaram por divulgar o diagnóstico enfrentaram experiências negativas, como bullying e discriminação, o que valida suas preocupações e representa uma barreira concreta para um ambiente de trabalho inclusivo	
HAMDAN, BENNETT [34], 2024, NI, Artigo	Indivíduos com autismo	Saúde Sistema de saúde	O estudo identifica fatores que podem influenciar uma abordagem de cuidado em saúde que seja amigável para pessoas com TEA e os categoriza em fatores relacionados aos pacientes, fatores relacionados aos provedores e fatores relacionados aos sistemas de saúde.	Proatividade, flexibilidade e colaboração devem orientar o processo de transformação do sistema de assistência médica.
REDDY, TAKSANDE, KURIAN [35], 2024, NI, Artigo	Crianças	Saúde Serviços de saúde especializados	A falta de acesso a serviços especializados em áreas desatendidas ou com poucos recursos para triagem e diagnóstico de TEA, o que limita a possibilidade de uma avaliação precoce	Utilização de aplicativos de smartphone para triagem de TEA pode ajudar a superar barreiras geográficas, facilitando o acesso à triagem em áreas desatendidas ou com pouca disponibilidade de serviços especializados
D'SOUZA et al. [36], 2021, NI, Artigo	Indivíduos com condições neurológicas	Saúde Serviços de saúde especializados	Desafios ou barreiras relacionados à neuro-reabilitação, impacto no status de deficiência e serviços de saúde	Monitoramento e gestão de sintomas: Recomenda-se monitorar, avaliar e gerenciar os sintomas motores e não motores que pioraram durante a pandemia Aumento do acesso a serviços de reabilitação, cuidados hospitalares e centros de assistência: Esses serviços devem ser tornados mais acessíveis para populações neurologicamente desafiadas, respeitando as medidas de precaução contra a covid-19 Melhoria da telereabilitação e telemedicina: Sugere-se aprimorar essas plataformas para proporcionar interações mais próximas das presenciais e para o acompanhamento da progressão das doenças

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
SHOCHET et al. [37], 2020, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Artigo	Crianças	Saúde Serviços de saúde	Barreiras culturais e sociais dificultam o acesso dos povos indígenas aos programas e recursos para apoio psicossocial	Adaptação cultural de programas baseados em evidências existentes pode melhorar a viabilidade e a eficácia de programas para esta população, permitindo que sejam culturalmente apropriados sem comprometer os resultados
ELLIS et al. [38], 2023, Reino Unido, Artigo	Adultos	Saúde Serviços de saúde	As evidências expressas sobre barreiras de acesso incluem a inacessibilidade do sistema de saúde para pessoas com TEAE a falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com as necessidades específicas dessa população	O uso isolado do <i>Autism Health Passport</i> (AHP), sem envolver a comunidade autista local no desenvolvimento da ferramenta e sem intervenções mais amplas para reduzir as desigualdades de saúde, pode ser insuficiente para desencadear mecanismos eficazes e impactar os resultados de saúde.
FEATHERSTONE et al. [39], 2022, NI, Artigo	Adultos	Saúde Serviços de saúde da atenção primária	Transporte, ansiedade e opções limitadas de comunicação para permitir o reagendamento de consultas Ausência de conhecimento sobre autismo ou os objetivos da intervenção por parte da equipe Sobrecarga da equipe e dos sistemas de saúde por falta de recursos tangíveis, como equipe ou fundos, longos tempos de espera e sistemas insuficientes	Identificação eficaz e oportuna das necessidades, a correspondência dos participantes com a equipe com base em metas e o gerenciamento das expectativas dos participantes e organizações parceiras Colaboração com outros serviços foi um mecanismo de engajamento, que culminou no compartilhamento de conhecimento que se estendeu além do provedor principal, bem como ajudou a educar organizações parceiras Qualificações profissionais, nível de supervisão e confiabilidade
SAPIETS, TOTSICA, HASTINGS [40], 2021, NI, Artigo	Crianças	Saúde Educação Assistência social Serviço de saúde de atenção primária, serviço público	Família Status socioeconômico dos pais, grupo étnico minoritário, conscientização dos pais sobre deficiências de desenvolvimento, idade mais jovem da criança e o gênero feminino, comunicação, conscientização parental limitada sobre serviços, sistemas e processos; ser pai, em oposição a mãe; religião e a fé Serviços Capacidade limitada dos serviços, aumento da rotatividade de pessoal, especialmente perda de pessoal em cargos gerenciais, e falta de clareza em torno do reembolso financeiro, métodos e ferramentas utilizados para vigilância de desenvolvimento de rotina e comunicação	Família Membro da família com deficiências de desenvolvimento prévio, ordem de nascimento mais tardia, natureza (ou seja, tipo) e a gravidade da necessidade, menos crianças morando no domicílio Serviços Implementação da vigilância do desenvolvimento, métodos de vigilância não tradicionais para contatar uma população mais ampla, utilizar processos em todo o sistema para vigilância do desenvolvimento, dividir as responsabilidades da equipe em vários níveis e ajustar os sistemas de implementação com base no monitoramento ativo da implementação Intersecção Natureza e a flexibilidade da prestação de serviços em relação aos fatores familiares e a comunicação entre serviços e famílias. Empregar profissionais fluentes em uma variedade de idiomas também facilitou o reconhecimento, ao reduzir as barreiras de comunicação

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
KINGSDORF, PANCOCHA [41], 2021, Países da Europa, Artigo	Crianças	Saúde Serviço de saúde especializado	As barreiras identificadas estão associadas à desigualdade digital (acesso à internet confiável de alta velocidade, hardware necessário e, consequentemente, informações) e à dificuldade em manter a participação das famílias em serviços de telessaúde.	Incentivos podem aumentar a participação de indivíduos em estudos mesmo quando os requisitos de comprometimento são difíceis Avaliação inicial de quanto tempo e esforço as famílias podem contribuir e ter planos em vigor para moldar a participação dos pais ao longo do estudo Formas alternativas de acessar informações no caso de mau funcionamento da internet e até mesmo a confiança na tecnologia antes da intervenção
CALLEJA et al. [42], 2020, NI, Artigo	Adultos	Saúde Serviço de saúde de atenção primária	Cuidados de saúde Condições de saúde Tipo de problemas de saúde que os adultos com TEA provavelmente terão, o que também afeta os cuidadores familiares. Os problemas de saúde variam de condições de saúde crônicas e físicas a condições de saúde mental Comunicação Má comunicação pode ser devido a múltiplos fatores, alguns fatores identificados são focados na linguagem usada pelo profissional e especialistas inexperientes Mudanças da vida Pessoas com TEA, as famílias e os cuidadores devem ser o foco da intervenção de saúde Organização da prestação de cuidados de saúde Falta de apoio de profissionais de saúde e desconfiança Desconhecimento sobre o autismo Necessidade de coordenação de cuidados Fatores ambientais e sensibilidade sensorial	Kits de ferramentas disponíveis para uso, que fornece uma compreensão do autismo, do processo de diagnóstico e encaminhamentos relevantes para disciplinas específicas. Compartilhar informações médicas entre profissionais de saúde e comunicação consistente entre o paciente, cuidadores (se envolvidos) e médicos é vital na construção de relacionamentos e transparência para fornecer melhor suporte para serviços de saúde apropriados e necessidades para o indivíduo.
KEEFER et al. [43], 2018, NI, Artigo	Adolescentes	Saúde	Barreiras geográficas para acesso ao cuidado especializado As famílias frequentemente enfrentam encargos	Desenvolver métodos eficazes para aumentar o treinamento de provedores de saúde mental em cenários de linha de frente do mundo real, como escolas e consultórios médicos de atenção

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
		Serviço de saúde especializado	emocionais, físicos e financeiros substanciais ao acessar cuidados de saúde mental para seus filhos com TEA. A frequência das sessões de psicoterapia é especialmente onerosa, devido às demandas por viagens recorrentes, tempo longe do trabalho e uma variedade de custos diretos Minorias raciais e étnicas recebem menos tratamentos necessários e obtêm pior qualidade de cuidados Diferenças culturais	primária em práticas baseadas em evidências para jovens com TEA
COOKE, SMITH, BRENNER [44], 2020, NI, Artigo	Crianças	Saúde Serviço de saúde primário e especializado	As barreiras percebidas ao cuidado de alívio foram descritas em nível de sistemas, como a falta de informações para auxiliar os pais e a falta de serviços gerais de apoio para crianças com TEA. A incerteza da condição do autismo e a falta de informações adequadas de profissionais médicos também foram descritas como uma barreira ao acesso ao cuidado de alívio	Os pais queriam uma mudança do modelo médico para um modelo de cuidado mais social dentro dos serviços de cuidados. Ver o filho satisfeito era reconfortante para os pais, mas saber que o filho estava sendo cuidado adequadamente permitiu que os pais tivessem confiança no serviço de cuidados paliativos. Perceber uma melhora no filho indicou que o filho estava feliz nos cuidados paliativos, o que teve um impacto positivo nos pais
JONES et al. [45], 2024, NI, Artigo	Indivíduos com autismo	Saúde Serviço de saúde de atenção primária e especializado	Desafios no acesso a cuidados apropriados relacionados às experiências negativas, percepções parentais do impacto do TEA, preconceito clínico e problemas na formação profissional.	As implicações deste estudo apoiam a necessidade de os dentistas serem educados em nível de graduação e pós-graduação para que possam tratar indivíduos com TEA com confiança e, assim, fornecer acesso equitativo aos cuidados de saúde bucal. Notavelmente, nem todos os dentistas escolherão fornecer cuidados de saúde bucal a indivíduos com necessidades especiais e podem restringir sua prática de acordo. No entanto, a prevenção e o tratamento primários podem ser fornecidos pela equipe odontológica com treinamento apropriado sobre as necessidades de indivíduos autistas, reduzindo assim a carga de doenças dentárias
MOORE, LARKIN, FOLEY [46], 2023, NI, Artigo	Adultos	Saúde Serviço de saúde de atenção primária e especializado	O estudo analisa dificuldades vivenciadas por pessoas com TEA para acessar cuidado adequado em saúde mental e identificar experiências de adaptação do cuidado em saúde mental para adultos com TEA e conclui que esse processo de adaptação é altamente sensível a disposições individuais dos profissionais de saúde.	Fatores que facilitam adaptações bem-sucedidas de intervenções, que incluem flexibilidade na prática, experiência anterior com autismo e impacto positivo de outros relacionamentos

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
NUNES, SCHMIDT, NUNES-SOBRINHO [47], 2021, Brasil, Artigo	Crianças e adolescentes	Saúde Educação Serviço público	Desafios para a adaptação bem-sucedida de intervenções incluíam a complexidade do autismo, recursos limitados e um sistema inflexível A conceituação do transtorno, as práticas sugeridas e a definição do perfil profissional dos que atendem essa população nem sempre se alinham aos protocolos empiricamente validados	Alternativas de produção, disseminação e aprimoramento de Práticas Baseadas em Evidências para educandos com TEA são discutidas
ERASMUS, KRITZINGER, LINDE [48], 2019, África do Sul, Artigo	Crianças	Educação Escolas	Transição de escolas devido à idade limite das instituições de ensino específicas Necessidade de adaptação a novos ambientes educacionais Critérios de admissão das escolas públicas e privadas Alto custo das mensalidades Sobrecarga dos serviços públicos (fila de espera)	Evitar mudanças desnecessárias, é imperativo que os serviços educacionais acomodem alunos com TEA com mais de 11 anos Promover a conscientização direcionada sobre o TEA entre o público em geral, desenvolvendo programas contínuos de treinamento de informações sobre TEA. Escolas públicas e privadas específicas para pessoas com transtorno do espectro autista podem fornecer às escolas tradicionais e de serviço completo treinamento e recursos para que os alunos com TEA recebam educação de qualidade Se as crianças mais velhas fossem acomodadas e as taxas escolares fossem reduzidas, mais famílias poderiam pagar as taxas escolares
RAIU [49], 2021, Romênia, Artigo	Crianças	Saúde Serviço de saúde de atenção primária e especializado	A ausência de cooperação entre todos os fatores envolvidos na gestão da situação das crianças com transtorno do espectro autista, de modo a monitorizar as etapas de enfrentamento da situação, o diagnóstico tardio das crianças e a falta de intervenção precoce, a inscrição num registo centralizado nacionalizado de casos de TEA, a escassez de especialistas na área (tanto estatais como privados), mas também a insuficiente formação teórica e prática dos profissionais, os serviços pouco desenvolvidos e o difícil acesso das crianças aos mesmos (percurso difícil para os pais e a necessidade de os orientar neste percurso e muitas vezes até de lhes prestar aconselhamento sobre a aceitação da situação de criação do filho com TEA), a difícil integração das crianças	Entre as soluções que podem ser bem-sucedidas no envolvimento de ONGs na formulação de políticas públicas está o aumento de sua interação com o Parlamento, instituições com expertise na área e outras ONGs. Método de <i>advocacy</i> raramente usado, o contato regular com atores políticos e tomadores de decisão pode ser intensificado, especialmente por meio de coalizões e federações nas quais as ONGs operam. A realidade nos mostra que os sucessos recentes do setor da sociedade civil têm sido baseados na comunicação constante e perseverante com atores políticos e tomadores de decisão. As ONGs devem adaptar melhor suas solicitações de mudança aos destinatários institucionais das propostas de políticas públicas. Quanto mais fácil essas propostas forem introduzidas no circuito decisório da respectiva instituição, mais provável é que seu emissor encontre um tomador de decisão aberto para promovê-las

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			com TEA nas escolas e os serviços pouco desenvolvidos para adultos com mais de 18 anos com TEA	
ONITIU, RAIU [50], 2018, Romênia, Artigo	Crianças	Saúde Educação Serviço público	As pessoas com deficiência que vivem em zonas rurais têm dificuldades de acessar serviços de proteção social, enquanto gabinetes das autoridades competentes, estão localizados majoritariamente em zonas urbanas Ausência de médicos especializados Dois terços das crianças com deficiência seguem programas especiais de educação, os currículos para estas crianças não sofreram alterações nos últimos 20 anos	Programa "Transtornos do Espectro do Autista na Europa" (2015-2018) com o objetivo de investigar a prevalência do autismo, custos, diagnóstico e intervenções em toda a Europa
PAGE, FERRETT [51], 2018, Ilhas Cook e Austrália, Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Escolas	Desafios comportamentais são um problema comum Sobrecarga de profissionais: assistentes de professores recebiam responsabilidades que excedem suas funções Falta de recursos e financiamento	O modelo de trabalho com alunos não pode ser transposto para diferentes contextos; modelos de trabalho com Alunos com TEA devem ser contextualizados para maximizar o aprendizado bem-sucedido desses alunos Os auxiliares de professores também precisam ser apoiados pela equipe escolar e, em particular, pelos professores, que precisam assumir mais responsabilidade pelo desenvolvimento e monitoramento do aprendizado e do cuidado pastoral; isso parece ser um dilema global e contínuo. Além disso, enfatizam a importância do fornecimento adequado de recursos que consideram vitais para fornecer suporte com sucesso
SUMBANE et al. [52], 2023, África do Sul, Artigo	Crianças	Educação Escolas públicas	O aprendizado para crianças com TEA não é apoiado devido à infraestrutura abaixo do padrão, currículos inadequados, falta de material didático, proporção desequilibrada de professores e alunos, habilidades inadequadas da equipe, cultura escolar, crenças compartilhadas e falta de suporte da gerência.	Fornecer treinamento aos professores específico para autismo, para atender as necessidades das crianças com TEA. O Departamento de Educação Básica nos níveis nacional, provincial e distrital deve fornecer às escolas especiais infraestrutura física adequada, materiais de apoio ao ensino e aprendizagem, dispositivos de assistência e tecnologia. Todas as escolas especiais, particularmente na província de Limpopo, devem ter pessoal de apoio profissional especializado adequado para fornecer apoio físico, psicológico, social e instrumental e outro apoio terapêutico aos alunos e professores do TEA
WILSON, LANDA [53], 2019, NI, Artigo	Crianças	Educação	As barreiras foram identificadas em áreas de preparação, engajamento e coesão do educador, complexidade de	Estratégias inovadoras são apresentadas para melhorar a transportabilidade, juntamente com a

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
		Escolas	instruir alunos com TEA, tempo/recursos limitados e necessidade de suporte do administrador	discussão de implicações para as práticas de formação de professores e políticas relacionadas
MAVUNDLA, TEMBLA [54], 2020, Zimbábue, Artigo	Crianças	Educação Escolas	Professores que não estão preparados adequadamente para oferecer o suporte necessário às crianças com TEA	O desenvolvimento profissional dos professores os ajudaria a apoiar a inclusão de crianças com TEA em salas de aula tradicionais. Mais pesquisas sobre as experiências de outras partes interessadas, incluindo crianças com desenvolvimento típico, administradores escolares e pais na inclusão de crianças com TEA em salas de aula tradicionais são necessárias
SIMMONS [55], 2020, Bahamas, Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Escolas	Despreparo das escolas para lidar com as necessidades dos alunos diagnosticados com TEA	Necessidade de revisar a política e implementar adequadamente práticas inclusivas Fornecimento mínimo de suporte do Ministério da Educação do país Promover recursos de ensino e aprendizagem e treinamento apropriado para professores na área de educação especial
ALDEA, FILO [56], 2022, NI, Artigo	Adolescentes e jovens	Educação, Saúde, Integração Social	Exclusão social de adolescentes e jovens causada por sua condição de saúde e restrições à vida no contexto das tendências de inclusão na política e prática social mundial	As informações apresentadas no artigo são de valor prático para especialistas em pedagogia social e trabalho, bem como para aqueles que são treinados para competências concretas de apoio social de famílias com filhos com deficiência. Os resultados do projeto sócio pedagógico dado podem ser úteis para o desenvolvimento do movimento social de pais
BLACHER, EISENHOWER [57], 2023, NI, Artigo	Crianças	Educação Ensino pré-escolar	Crianças com TEA com experiências anteriores de afastamento ou isolamento no ambiente escolar passaram a vivenciar mais conflitos e dependência em seus relacionamentos atuais entre aluno e professor.	Necessidade particular de políticas e práticas que apoiem a inclusão em ambientes privados. Trabalhos futuros que examinem fatores contextuais que podem aumentar o risco de expulsão são necessários
LORD, BISHOP [58], 2010, NI, Artigo	Crianças e adolescentes	Saúde; direitos humanos Serviços de saúde especializado	Dificuldades para Avaliação Diagnóstica, que é complexa e cara Intervenções e serviços apropriados que também não são acessíveis	As políticas de seguro saúde e financiamento público devem dar suporte a práticas baseadas em evidências para TEA e fornecer mecanismos para avaliar a eficácia dos tratamentos no tratamento de metas individuais e familiares, e para coordenar os cuidados de saúde com serviços educacionais e outros As políticas e o financiamento federais devem promover acesso igualitário aos serviços em todos os estados e em todos os indivíduos com TEA (ou seja, de diferentes grupos raciais/étnicos e níveis de renda familiar) Os critérios para práticas baseadas em evidências devem exigir replicações de novas práticas e tratamentos em ambientes comunitários com resultados que demonstrem generalização dos efeitos e validade social

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
				A pesquisa que atende aos padrões para práticas baseadas em evidências em programas modelo e ambientes comunitários em populações diversas e incluindo famílias em diferentes circunstâncias deve ser priorizada
BAKER [59], 2004, EUA, Artigo	Crianças	Direitos Humanos Serviços públicos	Desafios associados a um crescimento repentino na demanda (ou seja, o número de crianças com TEA), embora exclusivos do autismo em alguns aspectos, incluem aspectos semelhantes para outras deficiências e em desafios de políticas em outras arenas	Criar infraestruturas de políticas públicas que sejam ancoradas por uma prestação de serviços categórica claramente definida
LABARBERA, SOTO-HINMAN [60] 2009 EUA Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Ensino	Um número significativo de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA) que frequentam salas de aula parcial ou totalmente integradas nos Estados Unidos, em números cada vez maiores, apresentam dificuldades distintas na compreensão da leitura e dificuldade em adquirir as habilidades básicas de linguagem oral necessárias para o desenvolvimento da leitura	Considerando que a obtenção de significado a partir de textos impressos depende em grande parte da proficiência da criança na linguagem, sugerimos que os professores incluam cada vez mais alunos com TEA em interações entre turmas inteiras e pequenos grupos, para facilitar o desenvolvimento de habilidades linguísticas, o que pode, por sua vez, levar a melhorias na compreensão da leitura
ABERY et al. [61] 1997 NI Guia	Crianças e adolescentes	Educação Ensino fundamental e médio	O isolamento social vivenciado por pessoas com deficiência	O componente experiencial reúne alunos com deficiências que estão passando por isolamento social e colegas que atuam como facilitadores de inclusão, a fim de planejar e participar de atividades sociais e recreativas na comunidade, identificar e minimizar barreiras à inclusão e expandir as habilidades e opções sociais dos alunos
LORENC et al. [62], 2016, Inglaterra, Relatório	Não especificado	Políticas públicas	Pessoas com transtornos do espectro autista sem deficiência de aprendizagem (autismo de alto funcionamento ou HFA) e suas famílias têm uma série de necessidades diferentes, muitas das quais poderiam ser abordadas por meio de suporte personalizado	A Autism Strategy for England recomenda que autoridades locais e outros órgãos de políticas adotem uma abordagem proativa para fornecer suporte preventivo de "baixo nível" para adultos com HFA. Isso pode incluir assistência prática com a vida diária; suporte social, emocional e vocacional; fortalecimento de redes sociais, educação ou treinamento; e facilitação do acesso a serviços. No entanto, sabemos pouco sobre a eficácia ou custo-efetividade desses tipos de intervenções de suporte para pessoas com HFA ou os tipos de serviços atualmente disponíveis na Inglaterra. Precisamos entender quais serviços de suporte foram rigorosamente avaliados, quais provavelmente serão eficazes (e custo-efetivos) e como essa evidência se encaixa no cenário de prática mais amplo

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
BARNETT, FRANKEL, FISHER [63], 2018, NI, Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Escolas	A participação na ciência é frequentemente desafiadora para alunos com TEA, dadas suas dificuldades com comunicação e vocabulário, e as evidências sobre o ensino de ciências para alunos com deficiência são limitadas	As descobertas sugerem que os alunos com TEA requerem intervenções para desenvolver o conhecimento prévio e o vocabulário de alto nível necessários para ter sucesso na ciência. Além disso, embora os estudos relacionados a intervenções instrucionais em ciências para alunos com TEA sejam limitados, os estudos sugerem que esses alunos se beneficiam da instrução direta com materiais suplementares como e-textos, organizadores gráficos e aulas com roteiro, bem como práticas baseadas em investigação que fornecem exploração prática. As implicações incluem a necessidade de intervenções mais empiricamente apoiadas aplicadas ao ensino de conteúdo científico para alunos com TEA, particularmente na sala de aula de educação geral
SMITH et al. [64], 2020, NI, Artigo	Não especificado	Educação, Saúde Escolas, Assistência médica primária	Existem disparidades de tratamento para acesso ao cuidado, frequência de encaminhamento, número de horas de serviço e proporção de necessidades de serviço não atendidas. As evidências revelaram que grupos raciais e étnicos minoritários e crianças de famílias de baixa renda têm menos acesso a cuidados agudos, serviços especializados, serviços educacionais e serviços comunitários em comparação com famílias de renda mais alta e brancas. Vários estudos revelaram disparidades de modo que famílias afro-americanas e hispânicas e aquelas de famílias de baixa renda relataram menor qualidade de cuidado	Não informado
DOHERTY et al. [65], 2020, NI, Artigo	Não especificado	Saúde Assistência à saúde	As taxas de acesso à assistência médica primária para pessoas com TEA são menores do que as da população em geral, suas necessidades de saúde geralmente não são atendidas e suas visões e experiências são frequentemente negligenciadas em pesquisas, políticas e práticas	Não informado
LOCWOOD et al. [66], 2021, NI, Artigo	Mulheres jovens	Saúde Assistência médica primária (diagnóstico)	Cinco temas foram identificados como barreiras percebidas (parentais) ao diagnóstico, a saber, comportamentos compensatórios, preocupações parentais, percepções de outras pessoas, falta de	Esta revisão destaca a importância de aumentar a compreensão e o reconhecimento generalizados da apresentação do TEA em mulheres ao longo do desenvolvimento

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			informações/recursos e preconceito clínico	
MELO, CONSTANT, FERREIRA [67], 2023, NI, Artigo	Jovens	Educação Ensino superior	Os trabalhos destacam barreiras para a permanência dos estudantes com autismo na universidade, como a falta de informação da comunidade acadêmica e a falta de capacitação docente para lidar com a diversidade	Sobre os fatores que atuam como facilitadores para a inclusão, os autores indicaram os Núcleos de Acessibilidade como órgãos fundamentais para que o discente com deficiência possa ingressar na graduação e concluir seu curso, a atuação dos monitores e a divulgação da informação sobre o autismo Rever as práticas empregadas até o momento para a inclusão. Para isso, novas pesquisas e discussões sobre essa temática são fundamentais
NEVES et al. [68], 2014, NI, Artigo	Crianças e adolescentes	Educação Ensino regular	O currículo pode se configurar como uma barreira pedagógica para a escolarização formal de indivíduos com TEA	Realizar pesquisas que amparem e propiciem estratégias pedagógicas para permitir ao aluno com autismo se apropriar dos conteúdos curriculares da educação formal
SILVA et al. [69], 2022, Brasil, Artigo	Jovens	Educação Ensino superior	As dificuldades relatadas nos estudos pelos discentes são docentes com métodos pedagógicos rígidos, falta de compreensão sobre suas demandas e necessidades e bullying. Devido à condição típica dos discentes com TEA, manter o foco por longos períodos é quase impossível e por isso eles necessitam de medidas de suporte como um atendimento educacional especializado. O bullying têm grande influência na permanência e conclusão do Ensino Médio de participantes, isso pode ocorrer com facilidade no Ensino Superior se a conscientização adequada não for introduzida a todos os indivíduos	Capacitação dos professores, para que eles possam estimular tais indivíduos. Mesmo com tantas dificuldades, a quantidade de alunos com TEA no ensino superior aumenta a cada ano, e com isso nota-se que estes indivíduos são capazes. Ver a perspectiva dos discentes com TEA é imprescindível para se ter uma maior compreensão sobre como é a sua carreira acadêmica e é o tema principal deste trabalho, mas nota-se a falta de perspectiva desses indivíduos
ALVES [70], 2023, Brasil, Trabalho de conclusão de curso	Adultos	Saúde Assistência médica primária	O estudo reiterou que a demora nos atendimentos, a fragmentação dos serviços de saúde e a falta de coordenação entre as instâncias prejudicaram o acesso ao tratamento eficaz	A conscientização precoce sobre o autismo, a capacitação dos profissionais de saúde e a cooperação entre diferentes setores emergiram como medidas fundamentais para superar essas barreiras e garantir a saúde integral das crianças com TEA
MENDES [71], 2023, Brasil, Trabalho de conclusão de curso	Adultos	Trabalho Mercado de trabalho	As barreiras enfrentadas por esse grupo populacional, perpassam questões de acesso ao mercado de trabalho, saúde, ensino escolar e preconceitos durante toda a vida. A não inserção no mercado de trabalho traz prejuízos para as pessoas autistas, pois esta atividade é essencial para que	Não informado

Autor, ano, país e tipo de publicação	População	Setor e contexto	Barreiras de acesso	Opções de enfrentamento
			alcancem autonomia e independência	
ARAÚJO [72] 2022, Brasil, Artigo	Estudantes jovens	Educação Universidade	O estudo analisou fatores que afetam o acesso de pessoas com TEA ao Ensino Superior e identificou que o capacitismo é uma importante barreira.	É necessário maior debate dentro das academias sobre as condições de acessibilidade e a consciência crítica desta para que de fato autistas e pessoas com deficiência tenham sucesso acadêmico
PERRI, ALMOHALHA [73], 2024, Brasi, Relatório	Crianças	Educação, assistência social Residência, escola, espaços de lazer	O estudo investigou barreiras e facilitadores físicos, sensoriais e sociais nos contextos de vida de crianças com TEA e identificou: para o contexto de casa verificou-se 19 barreiras e 16 facilitadores; escola, 9 barreiras e 6 facilitadores; supermercado, 9 barreiras e 2 facilitadores; casas de parentes/amigos 10 barreiras e 10 facilitadores; consultórios, 11 barreiras e 10 facilitadores e para parque/lazer obteve-se 9 barreiras e 15 facilitadores. Foram encontrados em todos os contextos: 67 barreiras e 59 facilitadores	Os cuidadores buscaram desenvolver estratégias para lidar com as dificuldades relacionadas a barreiras e facilitadores vividas no seu dia a dia. Houve maior número de barreiras que facilitadores. Faz-se necessário auxiliar os cuidadores na busca por estratégias de manejo comportamental frente às mudanças no ambiente
NUNES et al. [74], 2013, Brasil, Artigo	Crianças	Educação Escolas	O desconhecimento sobre o TEA e a carência de estratégias pedagógicas específicas pode acarretar efeitos negativos na aprendizagem desta população	Não informado
SILVA, MOREIRA [75], 2022, Brasil, Artigo	Estudantes jovens	Educação Universidades	Como resultado, observou-se que os núcleos de acessibilidade são quem viabilizam as políticas institucionais para os estudantes com TEA, no entanto não podem ser vistos como único responsável para a acessibilidade e inclusão desses estudantes dentro da universidade. São poucos os recursos humanos e financeiros que compõem os núcleos de acessibilidade para o tamanho da demanda que atendem, tornando-se uma barreira.	Os monitores foram considerados um apoio a mais para a inclusão e permanência do estudante com TEA nas universidades

Qual a conclusão desse inventário de referências?

As principais barreiras identificadas foram relacionadas ao acesso aos serviços especializados, geralmente concentrados em grandes centros urbanos, às dificuldades no acesso ao diagnóstico, tratamento e suporte adequado, à inadequação dos métodos de avaliação e ingresso no ensino regular, ao despreparo de profissionais, principalmente na área da saúde, para compreender e atender de maneira adequada às pessoas com TEA, às barreiras de comunicação entre os envolvidos no processo do cuidado, além dos elevados custos dos cuidados, sobretudo na saúde suplementar.

Cabe destacar que as barreiras culturais foram identificadas em estudos internacionais, principalmente, para as famílias de imigrantes, com diferenças de idiomas e de costumes de acesso aos serviços.

Diante deste cenário, faz-se necessário estimular a realização de mais pesquisas no contexto nacional, para elaborar estratégias e instrumentos adaptados às barreiras e facilitadores identificados, e assim potencializar a tomada de decisão dos gestores com ações informadas por evidências e adequadas ao contexto local.

Muitas das barreiras apresentadas podem ser superadas com a adoção de medidas simples como a promoção de capacitações das equipes dos serviços para reduzir as lacunas de conhecimento e aprimorar a capacidade de comunicação, maior articulação intersetorial e interfederativa para implementação eficaz das políticas públicas específicas para pessoas com TEA e a destinação adequada de recursos financeiros para as adaptações necessárias das estruturas que prestam serviços à população

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

ABERY B, et al. **Yes I can: A social inclusion curriculum for students with and without disabilities. Instructor's guide.** 1997; Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED407774.pdf> . Acesso em: 22 maio 2025.

ALDEA L, FILO K, Supported Accommodation of Young People with Psychophysical Disorders as a Condition for Social and Pedagogical Inclusion. **Journal of Social Inclusion**, 2022, 10(1), 1-12. <http://doi.org/10.36296/jsi.v10i1.121> . Acesso em: 22 maio 2025.

ALVES PPO. **Acesso e tratamento de crianças com transtorno do espectro autista na saúde pública : implicações e barreiras : uma revisão narrativa.** 2023; Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266446>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ANTEZANA L, SCARPA A, VALDESPINO A, ALBRIGHT J, RICHEY JA. Rural trends in diagnosis and services for autism spectrum disorder. **Front Psychol**. 2017;8:590. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00590>. Acesso em: 22 maio 2025.

BAKER DL. **Public policy and the shaping of disability: Incidence growth in educational autism.** Educ Policy Anal Arch. 2004;12:11. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/166>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BARNETT JH, FRANKEL AJ, FISHER KW. Systematic review of evidence-based interventions in science for students with autism spectrum disorders. **Education and Training in Autism and Developmental Disabilities**. 2018; 53(2):128-145.

BERNATH B, KANJI Z. **Exploring barriers to oral health care experienced by individuals living with autism spectrum disorder.** Can J Dent Hyg. 2021; 55(3):160-6.

BLACHER J, EISENHOWER A. Preschool and child-care expulsion: Is it elevated for autistic children? **Except Child**. 2023; 89(2):178-96. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/00144029221109234>. Acesso em: 22 maio 2025.

CALLEJA S, ISLAM FMA, KINGSLEY J, MCDONALD R. Healthcare access for autistic adults: A systematic review. **Medicine** (Baltimore). 2020;99(29):e20899. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/MD.00000000000020899>. CALLEJA S, ISLAM FMA, KINGSLEY J, MCDONALD. Acesso em: 22 maio 2025.

CALLEJA S, ISLAM FMA, KINGSLEY J, MCDONALD R. Healthcare access for autistic adults: A systematic review. **Medicine** (Baltimore).

2020;99(29):e20899. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/MD.00000000000020899>. Acesso em: 22 maio 2025.

CASALE LM, GENTLES SJ, MCLAUGHLIN J, SCHNEIDER M. Service access experiences of immigrant and refugee caregivers of autistic children in Canada: **A scoping review. PLoS One.** 2023;18(11):e0293656. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0293656>. Acesso em: 22 maio 2025.

CLEARY M, WEST S, HUNT GE, MCLEAN L, HUNGERFORD C, KORNHABER R. How people with autism access mental health services specifically suicide hotlines and crisis support services, and current approaches to mental health care: **A scoping review. Issues Ment Health Nurs.** 2022;43(12):1093–106. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01612840.2022.2108529>. Acesso em: 22 maio 2025.

COOKE E, SMITH V, BRENNER M. Parents' experiences of accessing respite care for children with Autism Spectrum Disorder (ASD) at the acute and primary care interface: a systematic review. **BMC Pediatr.** 2020;20(1):244. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12887-020-02045-5>. Acesso em: 22 maio 2025.

D'SOUZA J, BISWAS A, GADA P, MANGROLIYA J, NATARAJAN M. Barriers leading to increased disability in neurologically challenged populations during COVID-19 pandemic: a scoping review. **Disabil Rehabil.** 2022;44(24):7693–706. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2021.1986747>. Acesso em: 22 maio 2025.

DANKER J, STRNADOVÁ I, CUMMING TM. Picture my well-being: Listening to the voices of students with autism spectrum disorder. **Res Dev Disabil.** 2019;89:130–40. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ridd.2019.04.005>. Acesso em: 22 maio 2025.

ELLIS R, WILLIAMS K, BROWN A, HEALER E, GRANT A. A realist review of health passports for Autistic adults. **PLoS One.** 2023;18(9):e0279214. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0279214>. Acesso em: 22 maio 2025.

ERASMUS S, KRITZINGER A, van der Linde J. Profiles of public and private autism-specific schools in Gauteng. **S Afr J Child Educ.** 2019;9(1):9. Disponível em: <https://sajce.co.za/index.php/sajce/article/view/691/1242>. Acesso em: 08 fev. 2025.

FEATHERSTONE C, SHARPE RA, AXFORD N, ASTHANA S, HUSK K. Health and wellbeing outcomes and social prescribing pathways in community-based support for autistic adults: A systematic mapping review of reviews. **Health Soc Care Community.** 2022;30(3):e621–35. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/hsc.13635>. Acesso em: 22 maio 2025.

FELDMAN, C. **Entre a clínica ampliada e a clínica especializada: um estudo etnográfico sobre os cuidados a autistas na atenção**

psicossocial.—2017. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA JÚNIOR, Miguel. **Percepção das mães de pessoas com transtorno do espectro autista sobre cuidados no Sistema Único de Saúde.** Orientadora: Dra. Thaiza Teixeira Xavier Nobre. 2024. 179f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

FISCHER ML. Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. **Rev Bras Educ Espec.** 2019;25(4):535–52. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vK7pnWwcns9pHxtvvVB8RMh/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GILMORE D, Longo A, KRANTZ M, RADFORD D, HAND BN. Five ways providers can improve mental healthcare for autistic adults: A review of mental healthcare use, barriers to care, and evidence-based recommendations. **Curr Psychiatry Rep.** 2022;24(10):565–71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11920-022-01362-z>. Acesso em: 22 maio 2025.

GRANT A, TURNER S, SHAW SCK, WILLIAMS K, MORGAN H, Ellis R, et al. "I am afraid of being treated badly if I show it": A cross-sectional study of healthcare accessibility and Autism Health Passports among UK Autistic adults. **PLoS One.** 2024;19(5):e0303873. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0303873>. Acesso em: 22 maio 2025.

GUERRERO MGB, SOBOTKA SA. **Understanding the barriers to receiving autism diagnoses for Hispanic and Latinx families.** **Pediatr Ann.** 2022;51(4):e167–71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3928/19382359-20220322-03>. Acesso em: 22 maio 2025.

HAMDAN SZ, BENNETT A. Autism-friendly healthcare: **A narrative review of the literature.** **Cureus.** 2024;16(7):e64108. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7759/cureus.64108>. Acesso em: 22 maio 2025.

HODGETTS S, RICHARDS K, PARK E. Preparing for the future: multi-stakeholder perspectives on autonomous goal setting for adolescents with autism spectrum disorders. **Disabil Rehabil.** 2018;40(20):2372–9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2017.1334836>. Acesso em: 22 maio 2025.

JONES J, ROBERTS E, COCKRELL D, HIGGINS D, SHARMA D. **Barriers to oral health care for autistic individuals-A scoping review.** **Healthcare (Basel).** 2024;12(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/healthcare12010103>. Acesso em: 22 maio 2025.

JUBENVILLE-WOOD T, NICHOLAS DB, WEISS J, CAIRNS S.

Facilitators and barriers in psychotherapy from the perspective of autistic adults: an enhanced critical incident study. *Int J Qual Stud Health Well-being*. 2023;18(1):2278858. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17482631.2023.2278858>. Acesso em: 22 maio 2025.

KEEFER A, WHITE SW, VASA RA, REAVEN J. **Psychosocial interventions for internalizing disorders in youth and adults with ASD.** *Int Rev Psychiatry*. 2018;30(1):62–77. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09540261.2018.1432575>. Acesso em: 22 maio 2025.

KINGSDORF S, PANČOCHA K. Looking at Europe's recent behavioral telehealth practices for children and families impacted by neurodevelopmental disabilities. *Int J Dev Disabil*. 2023;69(2):147–62. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/20473869.2021.1925403>. Acesso em: 22 maio 2025.

LABARBERA R, SOTO-HINMAN I. Toward a model of promoting literacy for students with autism spectrum disorder in the general education classroom. *Forum Public Policy*. 2009;2009(1). Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ864811.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

LEÃO AT, CAMARGO SPH, FRISON LMB. Communication of students with ASD: a self-regulation of learning based intervention. **Psicologia: teoria e prática**, 2019; 21(3), 473–500. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n3p473-500>. Acesso em: 22 maio 2025.

LIMA SM, LAPLANE ALF de. Escolarização de Alunos com Autismo. **Rev Bras Educ Espec** [Internet]. 2016;22(2):269–84. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/93w7MM64pfrMWrPTKmqxSBh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2025. Acesso em: 08 fev. 2025.

LINDSAY S, LI Y, JONEJA S, HSU S. Experiences of racism and racial disparities in health care among children and youth with autism and their caregivers: a systematic review. **Disabil Rehabil**. 2024;1–20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2024.2364823>. Acesso em: 22 maio 2025.

LOCKWOOD ESTRIN G, MILNER V, SPAIN D, HAPPÉ F, COLVERT E. Barriers to autism spectrum disorder diagnosis for young women and girls: A systematic review. **Rev J Autism Dev Disord**. 2021;8(4):454–70. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s40489-020-00225-8>. Acesso em: 22 maio 2025.

LORD, C., & BISHOP, S. L. (2010). Autism Spectrum Disorders: Diagnosis, Prevalence, and Services for Children and Families. Social Policy Report, 24(2). **Society for Research in Child Development**. <https://doi.org/10.1002/j.2379-3988.2010.tb00055.x>. Acesso em: 22 maio 2025.

LORENC T, RODGERS M, REES R, WRIGHT K, MELTON H, SOWDEN

A. **Preventative co-ordinated low-level support for adults with high-functioning autism: Systematic review and service mapping.** London: EPPI-Centre; 2016.

MALIK-SONI N, SHAKER A, LUCK H, MULLIN AE, WILEY RE, LEWIS MES, et al. Tackling healthcare access barriers for individuals with autism from diagnosis to adulthood. **Pediatr Res.** 2022;91(5):1028–35. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41390-021-01465-y>. Acesso em: 22 maio 2025.

MASON D, INGHAM B, URBANOWICZ A, MICHAEL C, BIRTLES H, WOODBURY-SMITH M, et al. A systematic review of what barriers and facilitators prevent and enable physical healthcare services access for autistic adults. **J Autism Dev Disord.** 2019;49(8):3387–400. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-019-04049-2>. Acesso em: 22 maio 2025.

MAURICE V, RUSSET F, SCOCCO P, MCNICHOLAS F, SANTOSH P, SINGH SP, et al. Transition from child and adolescent mental health care to adult services for young people with Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder (ADHD) or Autism Spectrum Disorder (ASD) in Europe: **Barriers and recommendations.** **Encephale.** 2022;48(5):555–9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.encep.2022.01.012>. Acesso em: 22 maio 2025.

MAVUNDLA, T. R., & TEMBA, K. S. (2020). Inclusion of Children with Autism Spectrum Disorders in Mainstream Primary School Classrooms: Zimbabwean Teachers' Experiences. **International Journal of Inclusive Education**, 24(7), 732–746. <https://doi.org/10.1080/13603116.2018.1452365>. Acesso em: 22 maio 2025.

MENDES LS. **Os desafios da pessoa autista no acesso ao direito ao trabalho.** 2023; Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/258779>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MOORE L, LARKIN F, FOLEY S. Mental health professionals' experiences of adapting mental health interventions for autistic adults: A systematic review and thematic synthesis. **J Autism Dev Disord.** 2024;54(7):2484–501. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-023-06006-6>. Acesso em: 22 maio 2025.

NEVES AJ, ANTONELLI CS, SILVA MGC, CAPELLINI VLMF. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. *Educação em Revista*, 2014, 30(02), 43–69, de http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 08 fev. 2025.

NUNES D, SCHMIDT C, NUNES SOBRINHO F DE P. Transtorno do Espectro Autista: Proposições das políticas públicas às práticas baseadas em evidências. **Educ Policy Anal Arch.** 2021;29(January-July):77. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1301465>.

[pdf](#). Acesso em: 22 maio 2025.

NUNES DRP, AZEVEDO MQO, SCHMIDT C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura **Revista Educação Especial**, vol. 26, núm. 47, septiembere-diciembre, 2013, pp. 557-572 Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil.

OLIVATI AG, LEITE LP. Experiências Acadêmicas de Estudantes Universitários com Transtornos do Espectro Autista: uma Análise Interpretativa dos Relatos. **Rev Bras Educ Espec** 2019;25(4):729-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/N3sgZJb7wNHpVHv7LYkGvwL/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

ONITIU A, RAIU S-L, Quality of life for children with autism. Legislation and public policies. **Journal of Educational Sciences**, XIX. 2018; 2(38): 18-30. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1244746.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

Page A, Ferrett R. Teacher aides' views and experiences on the inclusion of students with autism: Perspectives across two countries. *Int Educ J*. 2018;17(2):60-76. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1184049.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PERRI ACB, ALMOHALHA L. **Barreiras e facilitadores em contextos da vida de criança com transtorno do espectro do autismo**. Em: *Vigilância do Desenvolvimento Infantil Típico e Neurodiverso: conceituação e processos inclusivos - Volume 2*. Editora Científica Digital; 2024. p. 98-116.

PHAM AV, CHARLES LC. Racial disparities in autism diagnosis, assessment, and intervention among minoritized youth: Sociocultural issues, factors, and context. **Curr Psychiatry Rep**. 2023;25(5):201-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11920-023-01417-9>. Acesso em: 22 maio. 2025.

RAIU S-L, "Ștefan cel Mare" University of Suceava, Romania, Faculty of History and Geography, Department of Humanities and Social-Political Sciences. Research report - Alternative public policies in providing integrated specialized services for children with autism spectrum disorders and for their families. **Journal of Educational Sciences**. 2021 ;44(2):93-120. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1338112.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

REDDY K, TAKSANDE A, KURIAN B. **Harnessing the power of mobile phone technology: Screening and identifying autism spectrum disorder with smartphone apps**. *Cureus*. 2024;16(2):e55004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7759/cureus.55004>. Acesso em: 08 fev. 2025.

RIVERA-FIGUEROA K, MARFO NYA, EIGSTI I-M. Parental perceptions of autism spectrum disorder in Latinx and black sociocultural contexts: A systematic review. **Am J Intellect Dev Disabil**.

2022;127(1):42–63. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1352/1944-7558-127.1.42>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SAPIETS SJ, TOTSIKA V, HASTINGS RP. Factors influencing access to early intervention for families of children with developmental disabilities: A narrative review. **J Appl Res Intellect Disabil**. 2021;34(3):695–711. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/jar.12852>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SHOCHET IM, ORR JA, KELLY RL, WURFL AM, SAGGERS BR, CARRINGTON SB. Psychosocial resources developed and trialled for Indigenous people with autism spectrum disorder and their caregivers: a systematic review and catalogue. **Int J Equity Health**. 2020;19(1):134. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12939-020-01247-8>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SILLER M, MORGAN L, WEDDERBURN Q, FUHRMEISTER S, RUDRABHATLA A. Inclusive early childhood education for children with and without autism: Progress, barriers, and future directions. **Front Psychiatry**. 2021;12:754648. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsy.2021.754648>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SILVA MF, MACHADO PRG, COSTA AB, GALVANI MD. Inclusão de pessoas com autismo no ensino superior. Educação e Linguagens: Ensino, Formação e Discursos. 2022; 381-394. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ailton-Costa-2/publication/366699320_INCLUSAO_DE_PESSOAS_COM_AUTISMO_NO_ENSINO_SUPERIOR/links/63b08cebc3c99660ebbaf491/INCLUSAO-DE-PESSOAS-COM-AUTISMO-NO-ENSINO-SUPERIOR.pdf. Acesso em: 08 fev. 2025.

SILVA RSA. Quando o capacitismo afeta o acesso e permanência de autistas e pessoas com deficiência no ensino superior. **CM**. 2022;7(3):152–8. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/801>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SILVA SC DA, SCHNEIDER DR, KASZUBOWSKI E, NUERNBERG AH. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicol Esc Educ**. 2020;24:e217618. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/fvzHNXfHzkFcPTMkcYggPxd/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SILVA VC, Moreira LC. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. **Rev. Educ. Espec.**. 13º de abril de 2022;35:e16/1-25. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68655>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SIMMONS J. Inclusive Practices, Particularly Autism Spectrum Disorder (ASD) in Public Schools in New Providence, The Bahamas. **International Journal of Inclusive Education**, 2020, 24(8), 822–835. <https://doi.org/10.1080/13603116.2018.1515575>. Acesso em: 08 fev.

2025.

SINGH JS, BUNYAK G. Autism disparities: A systematic review and meta-ethnography of qualitative research. **Qual Health Res.** 2019;29(6):796–808. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1049732318808245>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SMITH KA, GEHRICKE J-G, IADAROLA S, WOLFE A, KUHLETHAU KA. Disparities in service use among children with autism: A systematic review. *Pediatrics.* 2020;145(Suppl 1):S35–46. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2019-1895G>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SRECKOVIC MA, SCHULTZ TR, KUCHARCZYK S, WELSH-YOUNG N. Coming out autistic at work: A review of the literature. **Autism.** 2024;28(7):1772–84. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/13623613231206420>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SRITHARAN B, KOOLA MM. Barriers faced by immigrant families of children with autism: A program to address the challenges. **Asian J Psychiatr.** 2019;39:53–7. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ajp.2018.11.017>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ST AMANT HG, SCHRAGER SM, PEÑA-RICARDO C, WILLIAMS ME, VANDERBILT DL. Language barriers impact access to services for children with autism spectrum disorders. **J Autism Dev Disord.** 2018;48(2):333–40. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-017-3330-y>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SUMBANE GO, MOTHIBA TM, MODULA MJ, MUTSHATSHI TE, MANAMELA LE. The McKinsey's 7-S model framework for assessment of challenges faced by teachers of children with autism spectrum disorders in the Limpopo province, South Africa. *S Afr J Child Educ.* 2022 ;12(1):11. Disponível em: <https://sajce.co.za/index.php/sajce/article/view/1129/2381>. Acesso em: 08 fev. 2025.

WALLACE-WATKIN C, SIGAFOOS J, WADDINGTON H. Barriers and facilitators for obtaining support services among underserved families with an autistic child: A systematic qualitative review. **Autism.** 2023;27(3):588–601. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/13623613221123712>. Acesso em: 08 fev. 2025.

WALSH C, LYDON S, O'DOWD E, O'CONNOR P. Barriers to healthcare for persons with autism: A systematic review of the literature and development of A taxonomy. *Dev Neurorehabil.* 2020;23(7):413–30. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17518423.2020.1716868>. Acesso em: 08 fev. 2025.

WILSON KP, LANDA RJ. Barriers to educator implementation of a classroom-based intervention for preschoolers with autism spectrum disorder. **Front Educ.** 2019;4. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED593866.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ZUCKERMAN KE, LINDLY OJ, REYES NM, CHAVEZ AE, MACIAS K,

SMITH KN, et al. Disparities in diagnosis and treatment of autism in Latino and non-Latino white families. **Pediatrics**. 2017;139(5). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2016-3010>. Acesso em: 08 fev. 2025.

4. *Policy Brief*

Barreiras e facilitadores do acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde

GT 3 – Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência

AUTORAS E AUTORES _____

Cristina Rabelais - Fiocruz e UNIFASE/FMP | Daniela Fortunato Rêgo - MDHC | Josicélia Estrela Tuy Batista - UnB e Enap | Julia Pereira - IESP | Maritsa Carla de Bortoli - Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo | Pedro Henrique de Pina Cabral Viana -MDHC | Roselene Candida Alves - MDHC | Sara Emanuella de Carvalho Mota - MDHC | Sérgio Prudente - MDHC

CONTEXTO

Ao longo da história, as pessoas com deficiência permaneceram na invisibilidade por uma miríade de razões, o que afeta diretamente o acesso e acessibilidade ao sistema de saúde.

Conhecer barreiras e facilitadores para esse acesso é fundamental para promover políticas públicas que possam enfrentá-las e garantir os direitos das pessoas com deficiência e equidade nos serviços públicos.



OBJETIVO

Apresentar informações sobre barreiras e facilitadores do acesso de pessoas com deficiência aos serviços de saúde extraídas de duas revisões de escopo.

REVISÕES DE ESCOPO



BARREIRAS AO ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO DE ESCOPO



FACILITADORES DO ACESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE: REVISÃO DE ESCOPO

RESULTADOS

As barreiras e facilitadores foram categorizadas pelos autores conforme barreiras explicitadas na LBI* e características dos provedores dos serviços segundo Lavesque et al.**.

REVISÃO SOBRE BARREIRAS

Buscas resultaram em 1.155 estudos

- 234 estavam duplicados
- 751 foram excluídos pela leitura de títulos e resumos
- 12 estudos não foram localizados
- 158 lidos na íntegra e 82 excluídos

76 ESTUDOS INCLUÍDOS

REVISÃO SOBRE FACILITADORES

Buscas resultaram em 1.155 estudos

- 234 estavam duplicados
- 751 foram excluídos pela leitura de títulos e resumos
- 12 estudos não foram localizados
- 158 lidos na íntegra e 62 excluídos

96 ESTUDOS INCLUÍDOS

* Lei Federal 13.146/2015

** Levesque JF, et al. Int J Equity Health. 2013;12:18. <https://doi.org/10.1186/1475-9276-12-18>

RESULTADOS

As barreiras e facilitadores foram categorizadas pelos autores conforme barreiras explicitadas na LBI* e características dos provedores dos serviços segundo Lavesque et al.**.

REVISÃO SOBRE BARREIRAS

Buscas resultaram em 1.155 estudos

- 234 estavam duplicados
- 751 foram excluídos pela leitura de títulos e resumos
- 12 estudos não foram localizados
- 158 lidos na íntegra e 82 excluídos

76 ESTUDOS INCLUÍDOS

REVISÃO SOBRE FACILITADORES

Buscas resultaram em 1.155 estudos

- 234 estavam duplicados
- 751 foram excluídos pela leitura de títulos e resumos
- 12 estudos não foram localizados
- 158 lidos na íntegra e 62 excluídos

96 ESTUDOS INCLUÍDOS

* Lei Federal 13.146/2015

** Levesque JF, et al. Int J Equity Health. 2013;12:18. <https://doi.org/10.1186/1475-9276-12-18>

Percepção de barreiras e facilitadores para o acesso aos serviços de saúde **conforme quem utiliza**



BARREIRAS SÃO PERCEBIDAS PARA O ACESSO



FACILITADORES SÃO PERCEBIDOS PARA O ACESSO

	Habilidade de perceber	Habilidade de procurar	Habilidade de alcançar	Habilidade de pagar	Habilidade de se envolver	Outras
Urbanísticas			X	-		
Arquitetônicas			X			
Transporte			X+			
Comunicação		+	X+		+	
Atitudinais	X	X	+		+	X+
Tecnológicas			+	-		
Outras			X+	X+	X+	X+

Percepção de barreiras e facilitadores para o acesso aos serviços de saúde **conforme quem oferece**

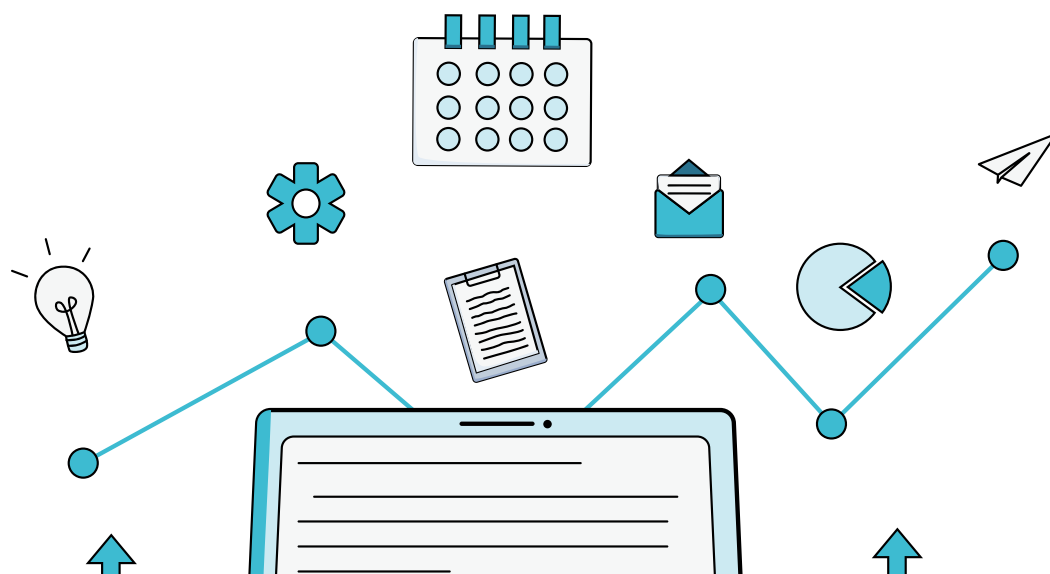
 **BARREIRAS** SÃO PERCEBIDAS PARA O ACESSO

 **FACILITADORES** SÃO PERCEBIDOS PARA O ACESSO

	Abordagem	Aceitabilidade	Disponibilidade e acomodação	Acessibilidade financeira	Adequação	Outras
Urbanísticas						
Arquitetônicas						
Transporte						
Comunicação						
Atitudinais	 		 		 	
Tecnológicas	 		 		 	
Outras			 		 	

Esses quadros mostram onde são percebidas a existência de obstáculos e potencialidades para o acesso aos serviços de saúde das pessoas com deficiência, tanto na visão dos usuários como dos provedores dos serviços.

Barreiras e facilitadores tendem a ser situações espelhadas, por isso observamos que há tanto pontos que são positivos como negativos em relação à mesma categoria.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de comunicação e de informação aparece como uma importante barreira para o acesso das pessoas com deficiência nos serviços de saúde, e pode ocorrer em diferentes contextos, como na interações de usuários e prestadores de serviço, dos prestadores de serviço e gestores dos serviços de saúde, e entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

A falha na comunicação não só dificulta o acesso aos serviços, como pode reduzir a autonomia da pessoa com deficiência quanto ao seu tratamento.

É importante também que os serviços de saúde busquem estratégias e ações voltadas para as necessidades da pessoa com deficiência de modo a reduzir as barreiras de acesso aos serviços de saúde.

Famílias, amigos e profissionais destacam-se como um importante facilitador de acesso aos diferentes níveis de atenção à saúde e se configuram como uma rede de apoio para o fortalecimento da autonomia e das habilidades da pessoa com deficiência.

Cabe destacar que a interação entre as habilidades dos usuários e as capacidades desenvolvidas pela oferta dos serviços de saúde são determinantes para a qualidade do acesso. Habilidades e capacidades podem ser aprimoradas por facilitadores desenvolvidos e implementados por programas de promoção da saúde voltados para o acesso equitativo, políticas intersetoriais e pesquisas que envolvam as pessoas com deficiências.

A pesquisa evidenciou que a literatura científica nacional e internacional carecem de estudos mais aprofundados sobre os facilitadores para acesso aos serviços de saúde. Um outro ponto a considerar é que a maioria das revisões analisadas quanto às barreiras de acesso relatam dados de estudos realizados em países de alta renda. Esses fatores indicam a necessidade de incluir outros termos de busca para cobrir essas lacunas ou mesmo ampliar para estudos além das revisões de literatura.

Metodologia

Como foi construído o escopo do *policy brief*?

A partir de duas publicações feitas por integrantes do Grupo de Trabalho 3 (Clemente et al., 2025 e Silva et al., 2022) da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH), que continham informações importantes para suprir uma lacuna de evidências disposta no Tema Prioritário 10 - Barreiras, educação e trabalho de pessoas com deficiência, da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos (Brasil, 2024) (Apêndice 1), foi definido que um *policy brief* seria feito sobre o tema: barreiras e facilitadores do acesso das pessoas com deficiência em serviços de saúde.

Pergunta principal:

1 - Quais as barreiras e facilitadores de acesso aos serviços de saúde de pessoas com deficiência no Brasil?

A partir da definição da pergunta de pesquisa, todas as informações relativas a ela foram extraídas das duas revisões de escopo já citadas. Portanto, as etapas da escolha do modelo lógico-teórico para análise, busca sistemática de evidências, extração dos dados, seleção e elegibilidade dos estudos recuperados e análise dos resultados já haviam sido executadas. Restou somente as etapas de:

- Escrita do *policy brief*;
- Revisão e Apresentação final no 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos.

Como foi realizada a escrita do *policy brief*?

O conteúdo do *policy brief* foi dividido em seções e cada um(a) dos(as) especialistas optou por contribuir com uma ou mais seções. Abaixo, seguem as seções definidas:

- Contexto;
- Objetivo;
- Trajetória metodológica dos estudos;

- Resultados;
- Percepção de barreiras e facilitadores para o acesso aos serviços de saúde conforme quem utiliza;
- Percepção de barreiras e facilitadores para o acesso aos serviços de saúde conforme quem oferece;
- Considerações finais.

Apresentação e revisão final do *policy brief*

Após essa etapa o *policy brief* foi revisado por três autoras, e depois apresentado no 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por uma das autoras.

Na Figura abaixo demonstra-se a visão geral das etapas da construção desse *policy brief*.

Figura 5. Visão global do passo a passo da elaboração do *policy brief*.



Fonte: Elaboração própria

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

ABERY, B. et al. Yes I can: A social inclusion curriculum for students with and without disabilities. **Instructor's guide**. 1997. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED407774.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ALDEA, L.; FILO, K. Supported accommodation of young people with psychophysical disorders as a condition for social and pedagogical inclusion. **Journal of Social Inclusion**, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.36296/jsi.v10i1.121>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ALVES, P. P. O. **Acesso e tratamento de crianças com transtorno do espectro autista na saúde pública: implicações e barreiras: uma revisão narrativa**. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266446>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ANTEZANA, L. et al. Rural trends in diagnosis and services for autism spectrum disorder. *Frontiers in Psychology*, v. 8, p. 590, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00590>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BAKER, D. L. Public policy and the shaping of disability: Incidence growth in educational autism. **Education Policy Analysis Archives**, v. 12, p. 11, 2004. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/166>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BARNETT, J. H.; FRANKEL, A. J.; FISHER, K. W. Systematic review of evidence-based interventions in science for students with autism spectrum disorders. *Education and Training in Autism and Developmental Disabilities*, v. 53, n. 2, p. 128-145, 2018.

BERNATH, B.; KANJI, Z. Exploring barriers to oral health care experienced by individuals living with autism spectrum disorder. **Canadian Journal of Dental Hygiene**, v. 55, n. 3, p. 160-166, 2021.

BLACHER, J.; EISENHOWER, A. Preschool and child-care expulsion: Is it elevated for autistic children? **Exceptional Children**, v. 89, n. 2, p. 178-196, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/00144029221109234>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CALLEJA, S. et al. Healthcare access for autistic adults: A systematic review. **Medicine** (Baltimore), v. 99, n. 29, e20899, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/MD.00000000000020899>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CASALE, L. M. et al. Service access experiences of immigrant and refugee caregivers of autistic children in Canada: A scoping review. **PLoS One**, v. 18, n. 11, p. e0293656, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0293656>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CLEARY, M. et al. How people with autism access mental health services specifically suicide hotlines and crisis support services, and current approaches to mental health care: A scoping review. *Issues in Mental Health Nursing*, v. 43, n. 12, p. 1093-1106, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01612840.2022.2108529>. Acesso em: 17 mar. 2025.

COOKE, E.; SMITH, V.; BRENNER, M. Parents' experiences of accessing respite care for children with Autism Spectrum Disorder (ASD) at the acute and primary care interface: a systematic review. *BMC Pediatrics*, v. 20, n. 1, p. 244, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12887-020-02045-5>. Acesso em: 17 mar. 2025.

D'SOUZA, J. et al. Barriers leading to increased disability in neurologically challenged populations during COVID-19 pandemic: a scoping review. *Disability and Rehabilitation*, v. 44, n. 24, p. 7693-7706, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2021.1986747>. Acesso em: 17 mar. 2025.

DANKER, J.; STRNADOVÁ, I.; CUMMING, T. M. Picture my well-being: Listening to the voices of students with autism spectrum disorder. *Research in Developmental Disabilities*, v. 89, p. 130-140, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ridd.2019.04.005>. Acesso em: 17 mar. 2025.

DE MELO, S. C.; CONSTANT, E.; FERREIRA, A. T. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. *Revista Teias*, v. 24, n. 73, p. 112-128, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052023000200112&script=sci_arttext. Acesso em: 17 mar. 2025.

DIVAN, G. et al. Annual Research Review: Achieving universal health coverage for young children with autism spectrum disorder in low- and middle-income countries: a review of reviews. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 62, n. 5, p. 514-535, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/jcpp.13404>. Acesso em: 17 mar. 2025.

DOHERTY, A. J. et al. Barriers and facilitators to primary health care for people with intellectual disabilities and/or autism: an integrative review. *BJGP Open*, v. 4, n. 3, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3399/bjgpopen20X101030>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ELLIS, R. et al. A realist review of health passports for Autistic adults. *PLoS One*, v. 18, n. 9, e0279214, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0279214>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ERASMUS, S.; KRITZINGER, A.; VAN DER LINDE, J. Profiles of public and private autism-specific schools in Gauteng. *South African Journal of Childhood Education*, v. 9, n. 1, p. 9, 2019. Disponível em: <https://sajce.co.za/index.php/sajce/article/view/691/1242>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FEATHERSTONE, C. et al. Health and wellbeing outcomes and social prescribing pathways in community-based support for autistic adults: A systematic mapping review of reviews. *Health & Social Care in the Community*, v. 30, n. 3, p. e621-e635, 2022. Disponível

em: <http://dx.doi.org/10.1111/hsc.13635>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FELDMAN, C. **Entre a clínica ampliada e a clínica especializada: um estudo etnográfico sobre os cuidados a autistas na atenção psicossocial**. 2017. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA JÚNIOR, M. **Percepção das mães de pessoas com transtorno do espectro autista sobre cuidados no Sistema Único de Saúde**. 2024. 179 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

FISCHER, M. L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 535-552, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vK7pnWwcns9pHxtvvVB8RMh/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GILMORE, D. et al. Five ways providers can improve mental healthcare for autistic adults: A review of mental healthcare use, barriers to care, and evidence-based recommendations. **Current Psychiatry Reports**, v. 24, n. 10, p. 565–571, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11920-022-01362-z>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GRANT, A. et al. "I am afraid of being treated badly if I show it": A cross-sectional study of healthcare accessibility and Autism Health Passports among UK Autistic adults. **PLoS One**, v. 19, n. 5, p. e0303873, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0303873>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GUERRERO, M. G. B.; SOBOTKA, S. A. Understanding the barriers to receiving autism diagnoses for Hispanic and Latinx families. **Pediatric Annals**, v. 51, n. 4, p. e167-e171, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3928/19382359-20220322-03>. Acesso em: 17 mar. 2025.

HAMDAN, S. Z.; BENNETT, A. Autism-friendly healthcare: A narrative review of the literature. **Cureus**, v. 16, n. 7, e64108, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7759/cureus.64108>. Acesso em: 17 mar. 2025.

HODGETTS, S.; RICHARDS, K.; PARK, E. Preparing for the future: multi-stakeholder perspectives on autonomous goal setting for adolescents with autism spectrum disorders. **Disability and Rehabilitation**, v. 40, n. 20, p. 2372-2379, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2017.1334836>. Acesso em: 17 mar. 2025.

JONES, J. et al. Barriers to oral health care for autistic individuals-A scoping review. **Healthcare** (Basel), v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/healthcare12010103>. Acesso em: 17 mar. 2025.

JUBENVILLE-WOOD, T.; NICHOLAS, D. B.; WEISS, J.; CAIRNS, S. Facilitators and barriers in psychotherapy from the perspective of

autistic adults: an enhanced critical incident study. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being**, v. 18, n. 1, p. 2278858, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17482631.2023.2278858>. Acesso em: 17 mar. 2025.

KEEFER, A. et al. Psychosocial interventions for internalizing disorders in youth and adults with ASD. **International Review of Psychiatry**, v. 30, n. 1, p. 62–77, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09540261.2018.1432575>. Acesso em: 17 mar. 2025.

KINGSORF, S.; PANČOCHA, K. Looking at Europe's recent behavioral telehealth practices for children and families impacted by neurodevelopmental disabilities. **International Journal of Developmental Disabilities**, v. 69, n. 2, p. 147–162, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/20473869.2021.1925403>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LABARBERA, R.; SOTO-HINMAN, I. Toward a model of promoting literacy for students with autism spectrum disorder in the general education classroom. **Forum on Public Policy**, 2009. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ864811.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LEÃO, A. T.; CAMARGO, S. P. H.; FRISON, L. M. B. Communication of students with ASD: a self-regulation of learning based intervention. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 21, n. 3, p. 473–500, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n3p473-500>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LIMA, S. M.; LAPLANTE, A. L. F. de. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 2, p. 269–284, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/93w7MM64pfrMWrPTKmqxSBh/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LINDSAY, S. et al. Experiences of racism and racial disparities in health care among children and youth with autism and their caregivers: a systematic review. **Disability and Rehabilitation**, 2024. p. 1–20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09638288.2024.2364823>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LOCKWOOD ESTRIN, G. et al. Barriers to autism spectrum disorder diagnosis for young women and girls: A systematic review. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 8, n. 4, p. 454–470, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s40489-020-00225-8>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LORD, C.; BISHOP, S. L. Autism spectrum disorders: Diagnosis, prevalence, and services for children and families. Social Policy Report, v. 24, n. 2, 2010. **Society for Research in Child Development**. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.2379-3988.2010.tb00055.x>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LORENC, T. et al. **Preventative co-ordinated low-level support for adults with high-functioning autism: Systematic review and service mapping**. London: EPPI-Centre, 2016.

MALIK-SONI, N. et al. Tackling healthcare access barriers for

individuals with autism from diagnosis to adulthood. **Pediatric Research**, v. 91, n. 5, p. 1028-1035, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41390-021-01465-y>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MASON, D. et al. A systematic review of what barriers and facilitators prevent and enable physical healthcare services access for autistic adults. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 49, n. 8, p. 3387-3400, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-019-04049-2>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MAURICE, V. et al. Transition from child and adolescent mental health care to adult services for young people with Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder (ADHD) or Autism Spectrum Disorder (ASD) in Europe: Barriers and recommendations. **Encephale**, v. 48, n. 5, p. 555-559, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.encep.2022.01.012>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MAVUNDLA, T. R.; TEMBA, K. S. Inclusion of children with autism spectrum disorders in mainstream primary school classrooms: Zimbabwean teachers' experiences. **International Journal of Inclusive Education**, v. 24, n. 7, p. 732-746, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13603116.2018.1452365>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MENDES, L. S. **Os desafios da pessoa autista no acesso ao direito ao trabalho**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/258779>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MOORE, L.; LARKIN, F.; FOLEY, S. Mental health professionals' experiences of adapting mental health interventions for autistic adults: A systematic review and thematic synthesis. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 54, n. 7, p. 2484-2501, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-023-06006-6>. Acesso em: 17 mar. 2025.

NEVES, A. J.; ANTONELLI, C. S.; SILVA, M. G. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. **Educação em Revista**, v. 30, n. 2, p. 43-69, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 mar. 2025.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557-572, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68655>. Acesso em: 17 mar. 2025.

NUNES, D.; SCHMIDT, C.; NUNES SOBRINHO, F. de P. Transtorno do Espectro Autista: Proposições das políticas públicas às práticas baseadas em evidências. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, p. 77, jan.-jul. 2021. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1301465.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

OLIVATI, A. G.; LEITE, L. P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**,

SAPIETS, S. J.; TOTSICA, V.; HASTINGS, R. P. Factors influencing access to early intervention for families of children with developmental disabilities: A narrative review. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, v. 34, n. 3, p. 695–711, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/jar.12852>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SHOCHET, I. M. et al. Psychosocial resources developed and trialled for Indigenous people with autism spectrum disorder and their caregivers: a systematic review and catalogue. **International Journal for Equity in Health**, v. 19, n. 1, p. 134, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12939-020-01247-8>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILLER, M. et al. Inclusive early childhood education for children with and without autism: Progress, barriers, and future directions. **Frontiers in Psychiatry**, v. 12, p. 754648, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsy.2021.754648>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, M. F.; MACHADO, P. R. G.; COSTA, A. B.; GALVANI, M. D. **Inclusão de pessoas com autismo no ensino superior**. Educação e Linguagens: Ensino, Formação e Discursos, p. 381–394, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ailton-Costa-2/publication/366699320_INCLUSAO_DE_PESSOAS_COM_AUTISMO_NO_ENSINO_SUPERIOR/links/63b08cebc3c99660ebba491/INCLUSAO-DE-PESSOAS-COM-AUTISMO-NO-ENSINO-SUPERIOR.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, R. S. A. Quando o capacitismo afeta o acesso e permanência de autistas e pessoas com deficiência no ensino superior. **CM**, v. 7, n. 3, p. 152–158, 2022. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/801>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, S. C. da et al. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 24, p. e217618, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/fvzHNXfHzkFcPTMkcYggPxd/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, V. C.; MOREIRA, L. C. O estudante com Transtorno do Espectro Autista nas universidades brasileiras. **Revista Educação Especial**, v. 35, e16/1-25, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68655>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SIMMONS, J. Inclusive practices, particularly autism spectrum disorder (ASD) in public schools in New Providence, The Bahamas. **International Journal of Inclusive Education**, v. 24, n. 8, p. 822–835, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13603116.2018.1515575>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SINGH, J. S.; BUNYAK, G. Autism disparities: A systematic review and meta-ethnography of qualitative research. **Qualitative Health Research**, v. 29, n. 6, p. 796–808, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1049732318808245>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SMITH, K. A. et al. Disparities in service use among children with autism: A systematic review. **Pediatrics**, v. 145, Suppl. 1, p. S35–46, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2019-1895G>.

Acesso em: 17 mar. 2025.

SRECKOVIC, M. A.; SCHULTZ, T. R.; KUCHARCZYK, S.; WELSH-YOUNG, N. Coming out autistic at work: A review of the literature. **Autism**, v. 28, n. 7, p. 1772-1784, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/13623613231206420>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SRITHARAN, B.; KOOLA, M. M. Barriers faced by immigrant families of children with autism: A program to address the challenges. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 39, p. 53-57, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ajp.2018.11.017>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ST AMANT, H. G. et al. Language barriers impact access to services for children with autism spectrum disorders. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 48, n. 2, p. 333-340, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-017-3330-y>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SUMBANE, G. O. et al. The McKinsey's 7-S model framework for assessment of challenges faced by teachers of children with autism spectrum disorders in the Limpopo province, South Africa. **South African Journal of Childhood Education**, v. 12, n. 1, p. 11, 2022. Disponível em: <https://sajce.co.za/index.php/sajce/article/view/1129/2381>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WALLACE-WATKIN, C.; SIGAFOOS, J.; WADDINGTON, H. Barriers and facilitators for obtaining support services among underserved families with an autistic child: A systematic qualitative review. **Autism**, v. 27, n. 3, p. 588-601, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/13623613221123712>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WALSH, C.; LYDON, S.; O'DOWD, E.; O'CONNOR, P. Barriers to healthcare for persons with autism: A systematic review of the literature and development of a taxonomy. **Developmental Neurorehabilitation**, v. 23, n. 7, p. 413-430, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17518423.2020.1716868>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WILSON, K. P.; LANDA, R. J. Barriers to educator implementation of a classroom-based intervention for preschoolers with autism spectrum disorder. **Frontiers in Education**, v. 4, 2019. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED593866.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ZUCKERMAN, K. E. et al. Disparities in diagnosis and treatment of autism in Latino and non-Latino white families. **Pediatrics**, v. 139, n. 5, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2016-301>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Apêndice B.

Matriz de enquadramento de pesquisa elaborada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Qual o seu problema público em DH? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? <i>(Visa identificar a que política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar)</i> Problema: As barreiras existentes fazem com que as pessoas com deficiências não acessem postos de educação e trabalho, sendo um problema crítico para a integração dessas pessoas na sociedade. Necessidade: Obter dados específicos e detalhados sobre as barreiras impostas às pessoas com deficiência para compreender melhor a magnitude, os tipos e as circunstâncias delas. Finalidade: Utilizar os dados coletados para fundamentar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, visando melhorar a integração das pessoas com deficiência nesses espaços.	Quais são os principais tipos de barreiras experimentados por pessoas com deficiência no Brasil, e quais contextos são mais prevalentes e como elas podem ser evitadas? Como as políticas públicas brasileiras estão abordando as barreiras experimentadas contra pessoas com deficiência, e quais lacunas podem ser identificadas?	Qual a informação/evidência que você precisa e não tem? <i>(Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher)</i> Falta de dados específicos e detalhados sobre Barreiras de entrada em educação e saúde.	Que tipo de decisão você precisa tomar? <i>(Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão)</i> Utilizar os insights obtidos para desenvolver e implementar políticas públicas mais efetivas.	Quais características dos estudos você acha que precisam ser atendidas? <i>(Visa identificar os requisitos mínimos relacionados ao estudo que se espera que seja produzido)</i> Estudos quantitativos e qualitativos para compreender as barreiras, seus tipos e as condições em que ocorrem, incluindo análises interseccionais, deficiência e grau de parentesco/vínculos das vítimas e agressores. Elaboração de indicadores para avaliar o orçamento e os critérios de rateio de recursos federais repassados para financiamento de políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.	Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? <i>(Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da secretaria (CGIE fará exposição prévia de tipos de produto)</i> Relatórios detalhados, propostas de políticas públicas, campanhas de conscientização, e recomendações para práticas de prevenção e atendimento.

Fonte: Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos – 2024.

5. Mapa de Evidências

Evasão Escolar e Universitária de Pessoas LGBTQIA+

GT4 - Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+

AUTORAS E AUTORES _____

Arthur Fontgaland - Instituto Matizes | Daniela Fortunato Rêgo - MDHC | Dayana Brunetto - UFPR | Emanuely Cassimiro - MDHC | Iran Ferreira de Melo - UFRPE | Jéssica Ailanda - OAB/DF | Josicélia Estrela Tuy Batista - UnB e Enap | Jaqueline da Silva Borges - UnB e Enap | Julia Heide Pires Rocha Ribeiro - CGU | Luciani Martins Ricardi - MDHC | Márcio de Oliveira - UFGD e ANPEd | Milene Torquato - MDHC | Pedro Henrique de Pina Cabral Viana - MDHC | Raphaely Luz - MDHC | Renato Barboza - Instituto de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo | Romário Monteiro Feitosa - Cia Cata-Ventos de Cultura

QUE PRODUTO GERAMOS?

Mapas de evidências são uma **forma de organizar a produção científica sobre determinado tema, que nos permite, de modo simplificado**, identificar as principais intervenções e os resultados reportados, assim como verificar onde estão situadas as lacunas de pesquisa.



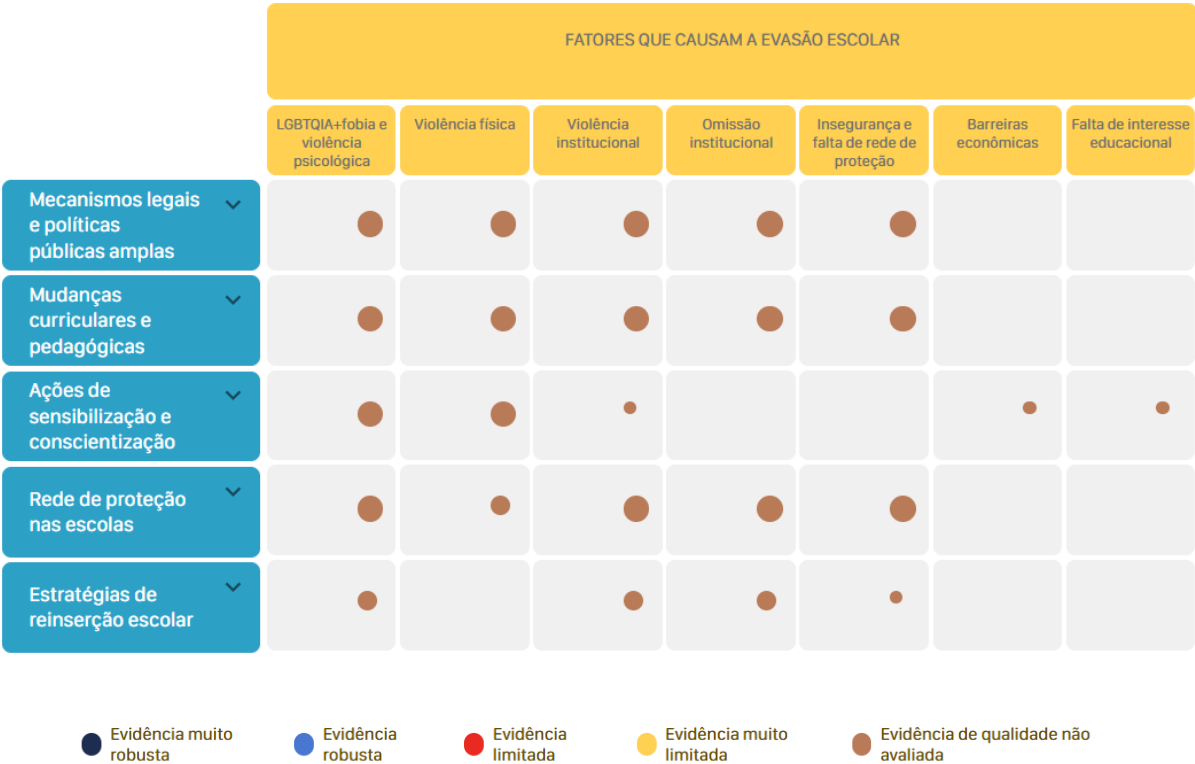
Usaremos a plataforma www.mapadeevidencias.org.br para compartilhar nosso mapa.



COMO LER O MAPA DE EVIDÊNCIAS?

A leitura do mapa de evidências requer que observemos o **cruzamento entre os itens das linhas com os das colunas** e ativemos as informações das linhas, percebendo, de acordo com as colunas, quais produtos aparecem. Ativando os produtos, encontramos as suas características catalogadas pelo estudo.

MAPA EVASÃO ESCOLAR E UNIVERSITÁRIA DE PESSOAS LGBTQIA+



Ao clicar nos círculos, são exibidos todos os estudos catalogados na pesquisa sobre aquele tema.

Acesse ou clique no código QR para acessar o Mapa Evasão escolar e universitária de pessoas LGBTQIA+



Em relação a pessoas LGBTQIA+



O que consideramos?

Pessoas/População/Comunidade/ Grupo LGBTQIA+ (Lésbica/Lesbiana; Gay; Bissexual; Homens bissexuais; Mulheres bissexuais; Travesti; Transexual; Transgênero; Homens Trans; Mulheres Trans; Pessoas Trans; Queer; Intersexo; Assexual; Pansexual; Não-binária) de qualquer faixa etária.

O que não consideramos?

Pessoas/População/Comunidade/ Grupo que se reconhece(m) como heterossexuais e cisgêneras.

Em relação à “evasão” escolar e acadêmica



O que consideramos?

Processos interpessoais e institucionais de violação de direitos, violências e exclusão de pessoas LGBTQIA+ dos espaços escolares e acadêmicos relacionados à situação de evasão escolar.

Processos familiares de violação de direitos, violências e exclusão de pessoas LGBTQIA+ que gerem rompimento de vínculo familiar e situação de evasão escolar e acadêmica.

O que não consideramos?

Retenção escolar/acadêmica.

Registros que não contenham dados e informações sobre a situação da evasão.

Em relação ao alcance dos estudos



O que consideramos?

Educação básica e superior do Brasil (mesmo que inclua outros países, em análises comparadas).

O que não consideramos?

Estudos referentes exclusivamente a outros países que não o Brasil.

Em relação aos estudos selecionados



O que consideramos?

Artigos científicos, monografias, relatórios, dissertações de mestrado e teses - todos descritivos e analíticos de dados sistematizados e publicados amplamente para toda a sociedade científica.

O que não consideramos?

Capítulos de livro, matérias jornalísticas, *briefing*, *release*, peças de comunicação em geral.

O QUE RESULTOU DESTE ESTUDO?

Registros de situações de violências contra pessoas LGBTQIA+, nas escolas e universidades públicas brasileiras, sendo em âmbito nacional, regional, estadual e municipal, considerando faixa etária, raça/cor/etnia, identidade e expressão de gênero, orientação sexual;

01.

- **Mapeamento de estudos nacionais**, bem como dados comparativos de pesquisas qualitativa e quantitativa;
- **Soluções e boas práticas** em relação aos direitos de pessoas LGBTQIA+ em escolas e universidades públicas;

02.

Panorama didático do mecanismo de pesquisa usado (mapa de evidências) para futuras investigações com outras finalidades por diferentes instituições públicas.

03.

QUAIS DECISÕES ESPERAMOS QUE SEJAM TOMADAS A PARTIR DESTE ESTUDO?

Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas.

Aperfeiçoar os processos e fluxos de denúncias e registros de dados junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Fundamentar, por meio de evidências de enfrentamento e prevenção das violências de gênero e sexualidade, as escolas e universidades públicas.

Elaborar e implementar sistemas e fluxos padronizados de acolhida e registro de situações de violências de gênero e sexualidade contra pessoas LGBTQIA+, em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.

Elaborar e implementar políticas de acolhimento a pessoas LGBTQIA+ vítimas de violências de gênero e sexualidade, em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.

Elaborar, implementar e executar política pública de prevenção e enfrentamento das violências de gênero e sexualidade contra pessoas LGBTQIA+, em todas as suas interseccionalidades, na adolescência e juventude, por meio de: formação de profissionais da educação básica, ensino superior e pós-graduação; produção de material de apoio pedagógico; campanhas de sensibilização; com a garantia da participação social nesses processos.

Metodologia

Definição das pessoas participantes do estudo

Foi constituído um grupo de trabalho formado por integrantes da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH). O GT teve como foco o estudo dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, e por meio de discussões técnico-científicas entre pesquisadores(as) atuantes e técnicas(os) da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, foi definido o escopo desse estudo.

Elaboração de escopo de pesquisa

A partir de uma análise global dos temas prioritários de pesquisa da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos, foi identificado o tema prioritário 24 - Evasão escolar das pessoas LGBTQIA+ e sua correlação com a violência no ambiente escolar e abandono familiar (Brasil, 2024)¹¹. Foi definida então a construção de um mapa de evidências. Mapas de evidências são uma forma de organizar a produção científica sobre determinado tema, que nos permite, de modo simplificado, identificar as principais intervenções e os resultados reportados, assim como verificar onde estão situadas as lacunas de pesquisa (Campbell, 2023)¹².

Foi necessário enquadrar melhor o escopo da **pergunta de pesquisa**, definida como:

Qual o cenário da evasão escolar e universitária das pessoas LGBTQIA+ no Brasil?

¹¹

¹²

Definição de estratégias de buscas

Foi realizada busca estruturada no dia 1º de outubro de 2024, nas bases de dados a seguir:

- Social System Evidence
- Eric
- Capes - teses e dissertações
- Psycinfo
- Biblioteca Virtual em Saúde - BVS
- Social System Evidence

Foram utilizados os vocabulários controlados *DeCS/MeSH* e sinônimos para os termos “LGBTQIA+” e “school dropout”. Foram incluídos estudos publicados nos idiomas inglês, português e espanhol. Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de Excel, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial (*Chat-GPT*). O quadro abaixo detalha as estratégias:

Quadro 8. Detalhamento das estratégias de busca estruturadas e repositório de estudos.

Fonte	Estratégia
Eric	(LGBT OR LGBTQIA OR gay OR lesbian OR bisexual OR transgender OR queer OR intersex OR non-heterosexual) AND (school dropout)
Capes - teses e dissertações	(evasão escolar) AND (lgbt OR gay OR lésbica OR lésbicas OR trans OR bissexual OR bissexuais OR travesti OR travestis OR transexual OR intersexo OR assexuado OR assexuada)
Psycinfo	(school dropout) AND (LGBTQ OR gay OR lesbian OR bisexual OR trans) AND Brazil
BVS	(LGBT OR Lésbicas OR Gays OR Bissexuais OR Transexuais OR Queer OR Intersexuais OR Assexuais OR "Outras Identidades Minorias Sexuais" OR "Pessoas LGB" OR "Pessoas LGBT" OR "Pessoas LGBTQ" OR "Pessoas LGBTQIA+" OR "Pessoas não Heterossexuais" OR "não Heterossexuais Gays" OR "Gay Homossexuais Masculinos" OR "Homossexual Masculino" OR "Homens que fazem Sexo com Homens" OR "Homens que têm Sexo com Homens" OR "Minorias de Gênero Lésbicas" OR "Homossexuais Femininas" OR "Homossexual Feminina Lésbica" OR "Mulher Lésbica" OR "Mulheres Lésbicas" OR "Pessoa Lésbica" OR "Pessoas Lésbicas" OR "Mulheres que fazem Sexo com Mulheres" OR "Mulheres que têm Sexo com Mulheres" OR Bissexuais OR Bissexual OR Homossexuais OR "Homossexual Queer" OR Queers) AND ("evasão escolar" OR "school dropout")
Social System Evidence	"school dropout"

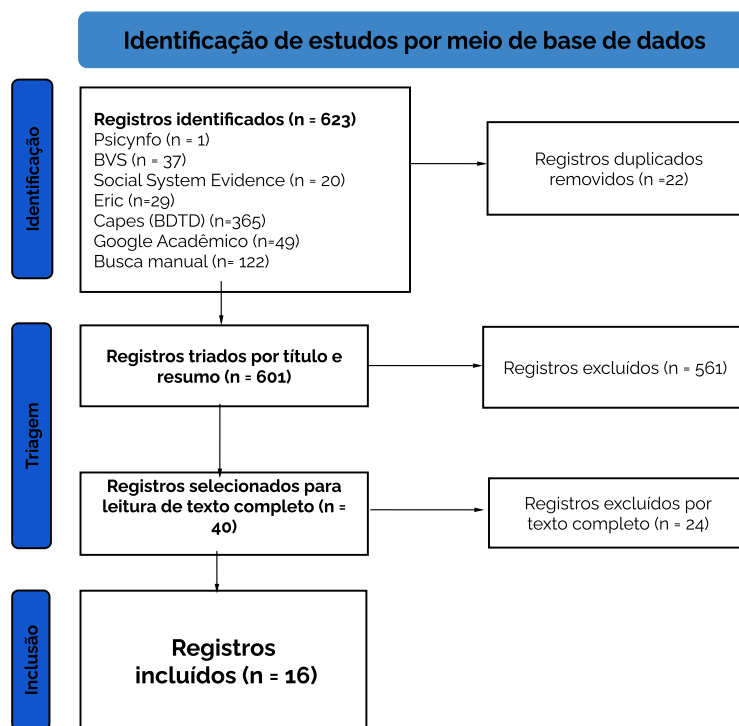
Fonte: Elaboração própria.

Uma busca manual foi realizada para agregar a recuperação de estudos por outros repositórios de pesquisa e sites institucionais. Foram identificados(as) especialistas que estudam a temática para indicação de referências bibliográficas que potencialmente responderiam à pergunta de pesquisa, por meio de discussão entre participantes do GT. Ao todo, 63 referências foram recuperadas nesse processo. Abaixo, segue a lista de repositórios e instituições pesquisadas nessa etapa:

- ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
- Abrace - Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas
- Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- ANPAP - Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas
- Anpep - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
- Anpof - Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia
- Anpuh - Associação Nacional de História
- Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- ABA - Associação Brasileira de Antropologia
- ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política
- Anpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
- ONU - Organização das Nações Unidas
- Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Clam - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
- Cinabeth - Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura
- Coalizão Brasileira pelas Evidências
- Coalizão brasileira pelo fim da violência com Crianças e Adolescentes
- Clacso - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- Desfazendo gênero
- Fazendo gênero
- ILGA - Associação Internacional de Gays e Lésbicas
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Instituto Matizes
- LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
- Rebeth - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura
- Rede Trans Brasil - Rede Nacional de Pessoas Trans
- TGEU - Transgender Europe

Na Figura abaixo, explicita-se toda a fase de elegibilidade dos estudos.

Figura 6. Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.



Fonte: Elaboração própria.

Extração dos estudos nas plataformas de busca

Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de *Excel*, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial (*Chat-GPT*). Ao todo, 23 estudos estavam duplicados e por isso foram retirados da tabela de extração de dados.

Triagem por leitura dos títulos e resumos e seleção dos estudos por texto completo

Após a remoção dos registros duplicados, cinco autores(as) executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade previamente definidos. No caso

de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por consenso por outras duas autoras. Após essa etapa, os estudos foram lidos na íntegra e finalmente selecionados para categorização e extração dos dados.

Categorização dos estudos e extração dos dados

Foi realizada uma reunião prévia para discussão e formato da extração dos dados pela equipe. Ademais, foi feito um alinhamento e padronização das informações dos estudos necessários para sintetizar os achados. A extração foi executada em uma planilha eletrônica padronizada por nove autores(as). Para construir a planilha de extração de dados, os(as) especialistas da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ definiram os seguintes elementos da coleta:

- Ano
- Localização geográfica
- Tipo de documento
- Metodologia aplicada
- Nível de educação
- Tipo de instituição pesquisada
- Público-alvo
- Interseccionalidades
- Tema principal
- Objetivo do estudo
- Principais achados sobre evasão de pessoas LGBTQIA+
- Principais fatores que causam a evasão
- Estratégias para prevenir a evasão
- Estratégias para enfrentar a evasão

Construção do visual do mapa de evidências

Depois da extração dos dados dos estudos incluídos, o mapa de evidências foi elaborado na [plataforma Mapa de Evidências – Plataforma de Evidências em Políticas Públicas](#), por uma autora, por meio da inserção de informações já coletadas.

Nas linhas são apresentados os estudos referentes às novas perspectivas de Direitos Humanos:

- Mecanismos legais e políticas públicas amplas;
- Mudanças curriculares e pedagógicas;
- Ações de sensibilização e conscientização;
- Rede de proteção nas escolas; e
- Estratégias de reinserção escolar.

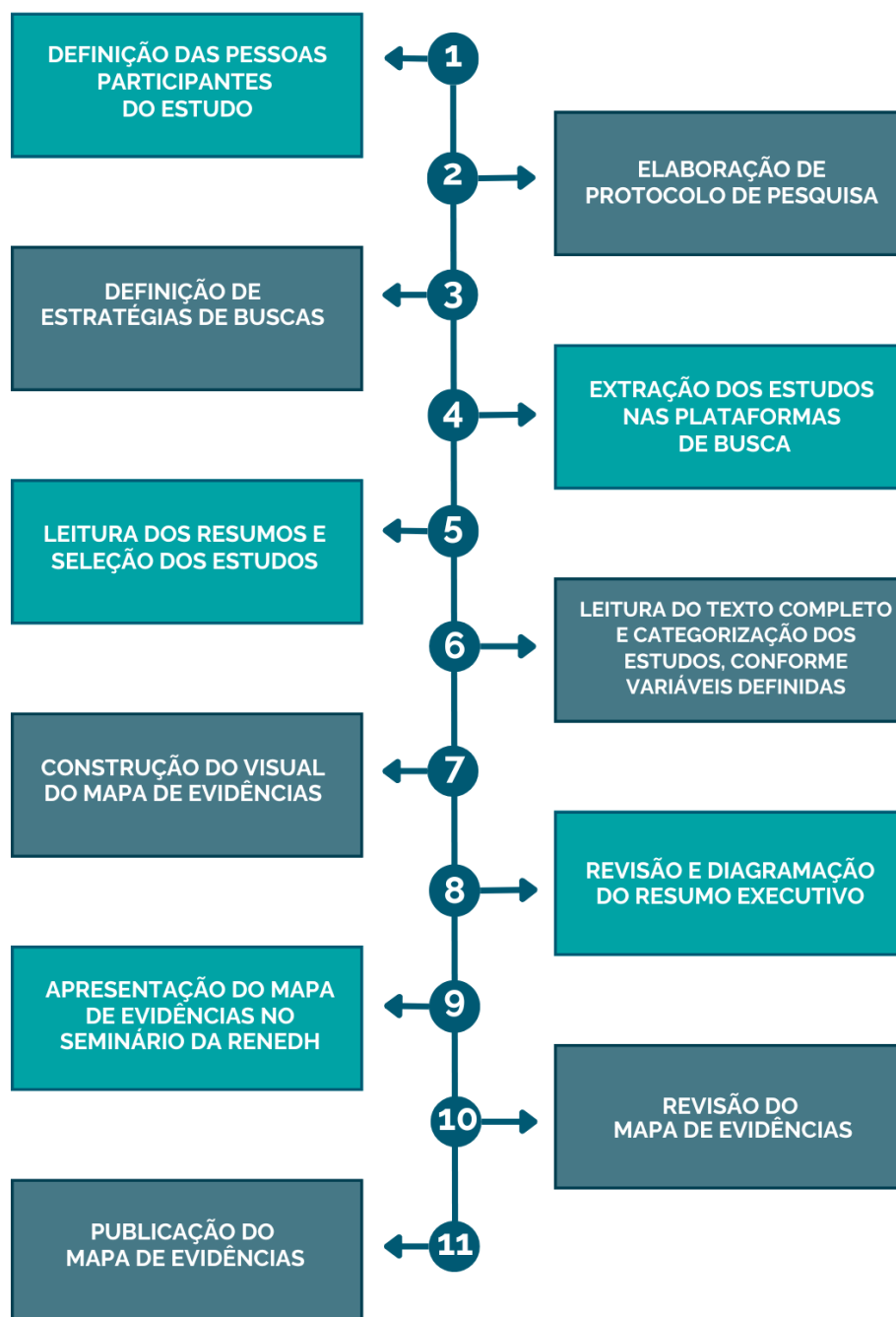
Nas colunas trazemos as temáticas principais abordadas relacionadas aos fatores que causam a evasão escolar:

- LGBTQIA+fobia e violência psicológica;
- Violência física;
- Violência institucional;
- Omissão institucional;
- Insegurança e falta de rede de proteção;
- Barreiras econômicas;
- Falta de interesse educacional;
- Segurança econômica;
- Participação social e políticas inclusivas;
- Proteção contra todos os tipos de violências;
- Educação e conscientização; e
- Convenções e declarações internacionais.

Revisão, apresentação e publicação do mapa de evidências

Após essa etapa o mapa foi revisado por duas autoras, e depois apresentado no 2º Encontro Nacional de Evidências em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por uma autora.

Figura 7. Visão global do passo a passo da elaboração do mapa de evidências.



Fonte: Elaboração própria.

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

ACOSTA, T. Evasão ou expulsão escolar de gays efeminados e travestis das instituições de ensino e as vidas que não podem ser vividas. **BAGOAS**, n. 20, p. 65-94, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/16898/12003>. Acesso em: 23 jan. 2025.

AMORIN, A. C. P.; ROCHA, T. S.; DINIZ, D. M. F. **Evasão escolar de mulheres trans e travestis: uma análise acerca da (in)existência de políticas públicas educacionais**. In: VI Congresso Nacional de Educação, Fortaleza/CE, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID9333_15082019094634.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7600/1/2012-TESE-LNANDRADE.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BATISTA, R. L. et al.. Impact of schooling in the HIV/AIDS prevalence among Brazilian transgender women. **Archives of Endocrinology and Metabolism**, v. 64, n. 4, p. 369-373, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aem/a/wCcTQmQtng7Ym4vMqgzkRLB/?lang=en>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BURIN, A. R.; AGNES, N. C. **Evasão escolar de transexuais e travestis: uma análise das políticas públicas do estado do Rio Grande do Sul sob a ótica da solidariedade**. In: Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2024, Santa Cruz do Sul. Anais do XX Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e XVI Mostra Internacional de Trabalhos Científicos, Santa Cruz do Sul, 2024. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/24135/1192614758>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7j66wSZQkm3fYPSntTrht5K/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

JACINTO, J. C. **(In)visibilidades e reflexões a partir da evasão de estudantes trans**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação

Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ad74a5ec-77a5-4fb3-8fb1-f92f28673d75/content>

OLIVEIRA-JÚNIOR, I. B.; MAIA, E. R. Re/Des/Construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 159-172, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/2292/1598/0>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PEREIRA, P. G. F. M. **Garantia e permanência: Considerações sobre a evasão escolar da população LGBTQIA+ no Distrito Federal**. 2022. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/34588/1/2022_PedroGustavoFernandesMatiasPereira_tcc%20%281%29.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS - BRASIL. **Relatório "Censo Trans: Reflexões sobre os dados do Censo Trans"**, 2020. Disponível em: https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/1522a23d2de24794adee6101db162ce8/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

SOBRAL, P. H. A.; LOGUÉRCIO, R. Q. **Lgbtphobia, evasão no ensino e implicações com a educação em ciências**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC. Caldas Novas, Goiás, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA109_ID1327_09082021120404.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

SOUZA, E. P. **"Quando a gente consegue aquilo que colocamos como objetivo, acabamos revolucionando": Trajetórias de êxito escolar de professoras trans e travestis em Fortaleza-CE**. 2022. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Pós-Graduação em Ensino – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/a89545a4-478f-4b8b-8c9f-169442ca44b2/content>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Review of Homophobic Bullying in Educational Institutions. **International Consultation on Homophobic Bullying in Educational Institutions**, Rio de Janeiro, Brazil, 6-9 December, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215708>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VEREDAS.ORG. **Atlas das Juventudes - Evidências para a Transformação das Juventudes**. 2021. Disponível em: <https://www.veredas.org.br/>

veredas.org/wordpress/veredas/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

VIEIRA, M. D. **Voices em Evasão: uma abordagem dialógica ao corpo transgênero**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13694266. Acesso em: 28 de março de 2025.

XAVIER, T. P. DE O.; VIANNA, C.. A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e124022, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/#>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Apêndice C.

Matriz de Enquadramento de Pesquisa elaborada pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Qual o seu problema público em DH? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? <i>(Visa identificar a que política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar)</i> Ausência de dados de "evasão" escolar de adolescentes e jovens LGBTQIA+ em escolas públicas no Brasil. Desconhecimento da relação entre violências no ambiente escolar, e bullying, contra pessoas LGBTQIA+ e abandono familiar. Ausência de dados sobre a "evasão" escolar e o abandono familiar de pessoas LGBTQIA+. Resistência da abordagem de prevenção e enfrentamento às violências contra pessoas LGBTQIA+ nas escolas, como política pública. Falta de entendimento da população sobre o conceito de educação como um Direito Humano de todas as pessoas. Ausência de dados de "evasão" de estudantes LGBTQIA+ das universidades públicas brasileiras, devido às violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. Ausência de dados sobre os sistemas de denúncia e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.	Quais as características da relação multifacetada entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em suas interseccionalidades e períodos da vida, nas escolas e universidades públicas brasileiras, e a falta de políticas públicas institucionais de acolhimento das vítimas e responsabilização de agressores, o abandono familiar e a "evasão" escolar/acadêmica?	Qual a informação/evidência que você precisa e não tem? <i>(Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher)</i> Índice de "evasão" escolar devido às violências de gênero, contra adolescentes, jovens, mulheres e pessoas LGBTQIA+, no Brasil, em âmbito nacional, estadual e municipal. Relação entre violências contra pessoas LGBTQIA+ no ambiente escolar e abandono familiar. Relação entre abandono familiar e "evasão" escolar de pessoas LGBTQIA+. Relação entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, e a "evasão" das universidades públicas. Relação entre os sistemas de denúncia e registros de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e	Que tipo de decisão você precisa tomar? <i>(Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão)</i> Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas. Fundamentar por meio de evidências política pública de enfrentamento e prevenção das violências de gênero nas escolas e universidades públicas. Aperfeiçoar os processos e fluxos de denúncias e registros de dados junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDDH). Elaborar, implementar e executar política pública de prevenção e enfrentamento das violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, na adolescência e juventude, por meio de: formação de profissionais da educação básica, ensino superior e pós-graduação; produção de material de apoio pedagógico; campanhas de sensibilização; com a garantia da participação social nesses processos.	Dados das situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras, sendo em âmbito nacional, regional, estadual e municipal, considerando a faixa etária, raça/cor/etnia, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, características sexuais, religiosidade, deficiência ou capacidade, territorialidade – escola quilombola, indígena, do campo, das águas e das florestas, da periferia e do centro, com atenção especial para estabelecimentos confessionais e escolas militarizadas. Mapeamento de literatura internacional e nacional, considerando a similaridade de contextos educacionais. Dados comparativos de pesquisas quali-quantitativas. Dados de efetividade das soluções e boas práticas levantadas na literatura tanto em relação às escolas quanto no tocante às universidades públicas.	Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? <i>(Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da secretaria)</i> Relatórios descritivos e analíticos de dados sistematizados, publicados e publicizados amplamente para toda sociedade com tradução do conhecimento, audiodescrição, tradução em libras, braille, e em língua espanhola, com linguagem nítida e acessível a todas as pessoas. Relatório descritivo, analítico e comparativo sobre a relação entre as violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, e a "evasão" nas escolas e universidades públicas brasileiras. Relatório de estudo analítico

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Ausência de dados das políticas de acolhimento de vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.		universidades públicas brasileiras. Relação entre a ausência, ou ineficácia, das políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.	Elaborar e implementar sistemas e fluxos padronizados de acolhida e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Elaborar e implementar políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Fortalecer a Estratégia Nacional de Enfrentamento às violências contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas escolas e universidades públicas. Fundamentar por meio de evidências política pública de enfrentamento e prevenção das violências de gênero nas escolas e universidades públicas. Aperfeiçoar os processos e fluxos de denúncias e registros de dados junto à ONDH. Elaborar, implementar e executar política pública de prevenção e enfrentamento das violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, na adolescência e juventude, por meio de: formação de		e comparativo em pelo menos 1 capital e uma cidade do interior de cada região do país. Relatório de registro de casos dessas violências de gênero nas escolas e universidades, com período histórico desde o primeiro registro encontrado e atual. Relatório descritivo de Survey. Relatório de Pesquisa etnográfica. Etnografia digital (Pesquisa em redes sociais e pesquisas sociais na internet) Relatório de Pesquisa ação. Síntese de evidências.

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
			profissionais da educação básica, ensino superior e pós-graduação; produção de material de apoio pedagógico; campanhas de sensibilização; com a garantia da participação social nesses processos. Elaborar e implementar sistemas e fluxos padronizados de acolhida e registro de situações de violências de gênero, contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras. Elaborar e implementar políticas de acolhimento das vítimas de violências de gênero, mulheres e pessoas LGBTQIA+ em todas as suas interseccionalidades, nas escolas e universidades públicas brasileiras.		

Fonte: Elaboração própria.

6. *Policy Brief*

O Cenário do Extremismo Violento no Brasil

GT 5 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

AUTORAS E AUTORES

Alessandra Rosini Carrasco - Movimento Nacional de Combate ao Abuso em Meio Ayahuasqueiro | Ana Beatriz Carvalho Oliveira - UFU | Anaruez Ferreira Moraes - Movimento Nacional de Combate ao Abuso em Meio Ayahuasqueiro | Bethânia Suano Rezende de Carvalho - Instituto Veredas | Bruno Graebin de Farias - Instituto Veredas | Bruno Marques Schaefer - UERJ | Caroline Cardoso - Instituto Veredas | Daniela Fortunato Rêgo - MDHC | Giovanna Kethely Silva Mariano - UFU | Isabela Oliveira Kalil - Observatório da Extrema Direita | Ivone dos Passos Maio - Instituto Cíclica | Jaqueline da Silva Borges - UnB e Enap | Josicélia Estrela Tuy Batista - UnB e Enap | Julia de Albuquerque Pacheco - MDHC | Leila Dias Pereira da Costa - UniCatólica | Leonardo Fernandes Nascimento - UFBA | Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino - UFSC | Maria Laura Andrade Franco - UFU | Marrielle Maia Alves Ferreira - UFU | Mateus Moraes Araújo - UERJ/UFMG | Maurício Mota Saboya Pinheiro - Ipea | Noelle da Silva - MDHC | Rosana Silva Moore Wedderburn - UFBA | Tammille Sales Dias - Enap | Vanessa Terezinha Gubert - Enap

QUAIS PERGUNTAS ESSE PRODUTO PRETENDE RESPONDER?

- 1 Quais as características de grupos extremistas no Brasil hoje?
- 2 Como se organizam e estão distribuídas células neonazistas nas diferentes regiões do país?
- 3 Quais outros grupos/comunidades extremistas vêm emergindo nos últimos anos, com potencial de recrutamento de aderentes?

A QUEM SE DESTINA ESSE PRODUTO?

- Tomadoras(es) de decisão,
- Gestoras(es) públicos,
- Legisladoras(es),
- Pesquisadoras(es) e especialistas,
- Mídia social e
- Sociedade civil



QUAL PROBLEMA PÚBLICO É ABORDADO?

Crescimento de células neonazistas no Brasil com rápida propagação e estratégias de recrutamento disseminadas. Causada pela disseminação dos discursos de ódio e de narrativas extremistas. **Há aumento de denúncias de casos de apologia ao nazismo, crimes cibernéticos e crescimento de ataques em escolas.**

O QUE SÃO GRUPOS EXTREMISTAS?

Definidos como **células, comunidades ou grupos com recrutamento de crianças, jovens e adolescentes** e outras faixas etárias de **extremismo violento** de qualquer espectro político ou ideologias.

O QUE É EXTREMISMO VIOLENTO?

É uma **ameaça ao exercício pleno dos direitos humanos**, como a livre expressão do pensamento e da consciência, na medida em que **propõe a eliminação de pessoas ou comunidades** segundo dimensões como raça, gênero, etnicidade, principalmente feministas, judeus, negros e população LGBTQIA+

PORQUE ESSE FENÔMENO OCORRE?

Parece ser impulsionado pelos **discursos de ódio e narrativas extremistas**, pois antecedem a violência ou extermínio. O extremismo não é definido por um conteúdo ideológico, religioso ou político específico, mas por um **pensamento extremista que incita atos discursivos ou violentos**.

O extremismo pode causar diversos tipos de violência na sociedade, além da ameaça da manutenção do estado democrático de direito.

COMO OS GRUPOS EXTREMISTAS ESTÃO DISTRIBUÍDOS NO BRASIL?

Atualmente a distribuição territorial do extremismo fica em segundo plano em relação ao seu **uso da internet como meio principal de organização**. Essa nova ferramenta, e seu caráter anônimo, possibilita a **criação de redes articuladas que transcendem fronteiras**

A **grande maioria se concentra principalmente nas regiões Sul e Sudeste**, onde há um número maior de registros históricos

Nessas regiões se destacam **movimentos de natureza racista, como os *skinheads*, dando enfoque nas raízes europeias desses movimentos**, que encontram sua base nas populações de descendência europeia.

Regiões como **Norte, Nordeste, e Centro-oeste possuem poucos dados**, impossibilitando uma determinação da exata natureza do extremismo nestas.



COMO OS GRUPOS EXTREMISTAS ESTÃO SENDO RECRUTADOS NO BRASIL?

Internet, e o uso de fóruns, blogs, e redes sociais como meio de recrutar pessoas

01.

O recrutamento passa pela doutrinação através da **disseminação de discursos polarizadores e fake news, revisionismo histórico, preconceito e teorias da conspiração**

02.

A arquitetura das redes sociais que incentiva a **formação de bolhas de pessoas e discursos parecidos**, faz com que ela se torne o lugar ideal para o recrutamento de membros, pois o engajamento de posts polarizados é maior e **fortalece a ideia de identidade de grupo (*in-group*)**, excluindo os diferentes, que no caso são as minorias sociais

03.

QUEM COMPÕE OS GRUPOS EXTREMISTAS NO BRASIL?

Grupos organizados e informais de segmento conservador, como **grupos de extrema-direita**, setores da classe média, militares, antivacinas e comunidades polarizadas online.

Jovens do **sexo masculino, frequentemente brancos**, provenientes de classes médias precarizadas ou de classe média baixa. Esses indivíduos, muitas vezes, têm histórico de isolamento social.

Comunidades historicamente influenciadas por ideologias supremacistas, como cidades com grande presença de descendentes de alemães e italianos, e/ou com influência de intelectuais nacionalistas, alinhados a projetos de extrema-direita.

QUAIS SÃO AS FORMAS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS EXTREMISTAS NO BRASIL?

5 FORMAS DE ATUAÇÃO



ACESSE OU CLIQUE NO QR CODE PARA ACESSAR MAIS INFORMAÇÕES DESSA SEÇÃO

COMO OS GRUPOS EXTREMISTAS ESTÃO ORGANIZADOS?

- Historicamente alguns grupos possuem uma **projeção social mais bem organizada**, desde **estruturas hierárquicas tradicionais**, como os integralistas, até **redes descentralizadas e células independentes**.
- Movimentos organizados como o **neointegralismo brasileiro** possuem uma **estrutura ideológica bem definida, com vínculos com setores políticos e religiosos conservadores**.
- Há também grupos que **atuam de forma difusa e descentralizada, particularmente em ambientes digitais**, onde a ausência de uma liderança única favorece a proliferação de discursos extremistas sem controle centralizado.
- Esses grupos se caracterizam atualmente por uma forte descentralização, o que se deve ao **uso da internet e de fóruns anônimos** como principal método de organização e comunicação.
- Nos casos de **neonazismo e extremismo digital**, a organização muitas vezes ocorre em pequenos grupos fechados ou fóruns anônimos, onde a **comunicação se dá de maneira criptografada e discreta**, dificultando a identificação de seus membros e o rastreamento de suas ações.

QUAIS SÃO AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA?

Regulação das *big techs*, plataformas e redes sociais quanto ao discurso de ódio

Criação de núcleos de educação midiática, como o Núcleo de Ações Não Violentas para Combate ao Ódio de Gênero

Alfabetização digital e o incentivo ao pensamento crítico nas instituições educacionais

Estabelecer limites morais e jurídicos à liberdade de expressão

Potencializar setores de inteligência e estabelecer ações federativas articuladas sobre o tema.

Dos 26 estudos apenas 9 abordaram estratégias de prevenção e enfrentamento

QUAIS CONSIDERAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO ESSE PRODUTO FORNECE?

Novos estudos são necessários para identificar estratégias de prevenção e enfrentamento do extremismo no Brasil;

Identificação de mais abordagens para aperfeiçoar questões estruturais de setores de inteligências no governo e estabelecer relações federativas articuladas sobre o tema;

Estabelecer estruturas de governança na restrição da disseminação de ideologias extremistas no Brasil;

Atenuar a influência simbólica da violência em diferentes grupos da população, estabelecendo limites morais e jurídicos para liberdade de expressão em ambientes digitais e coibindo o acesso de crianças e adolescentes a armas de fogo, mesmo que por motivos esportivos.

Metodologia

Como foi construído o escopo do *policy brief*?

As perguntas de pesquisa foram definidas por meio de discussões técnico-científicas entre especialistas, de acordo com os temas prioritários da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos. Dessa forma, foi escolhido o tema prioritário 43: Prevenção e enfrentamento ao extremismo no Brasil através da educação em direitos humanos (Brasil, 2024).¹³ De acordo com a matriz de enquadramento da pergunta de pesquisa elaborada pela Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos (AEDH) do MDHC (Apêndice 4), foram definidas as questões definidoras da pesquisa:

Pergunta Principal:

1 - Quais as características de grupos extremistas no Brasil hoje?

Perguntas Secundárias:

2 - Como se organizam e estão distribuídas células neonazistas nas diferentes regiões do país? (Caracterização: distribuição territorial, forma de recrutamento, modo de organização, forma de atuação, composição)

3 - Quais outros grupos/comunidades extremistas vêm emergindo nos últimos anos, com potencial de recrutamento de aderentes?

A partir da definição das perguntas de pesquisa, foi utilizado um acrônimo, conforme descrito abaixo:

- População ou problema - P: caracterização de grupos extremistas
- Conceito - C: extremismo violento
- Contexto - C: nacional

13

O Quadro 9 traz um detalhamento do escopo do *policy brief*, a partir do enquadramento da pergunta de pesquisa no acrônimo PCC.

Quadro 9. Definição do escopo da síntese de evidência, a partir do acrônimo PCC.

Acrônimo	O que vamos considerar?	O que não vamos considerar?
Problema: caracterização de grupos extremistas	Células, comunidades ou grupos com recrutamento de crianças, jovens e adolescentes e outras faixas etárias de extremismo violento de qualquer espectro político ou ideologias, tais como, grupos extremistas, células nazistas, células neonazistas, extremista, carecas do ABC, skinheads, carecas do subúrbio, carecas do Brasil, <i>white power</i>	Terrorismo, crime organizado, gangues, violência urbana, ataques em cidades, novo cangaço, delinquência, milícias, pedofilia
Conceito: extremismo violento	Extremismo violento*, cyberbullying, supremacismo, masculinismo, ataques em escolas (<i>bullying</i> , <i>ciberbullying</i> , ataques em escolas, ataques violentos em escolas, massacres em escolas), radicalismo, nazismo, neonazismo, neofascismo, extremismo político, radicalização, grupos radicais, homofobia, transfobia, xenofobia, fundamentalismo religioso, extremismo político, crimes de ódio, manófera, <i>redpill</i> , criptofascismo, <i>fashwave</i> , LGBT (para os estudos dos anos 90 e siglas correlatas atuais), separatistas, ultranacionalistas;	Violência institucional obstétrica; conselhos tutelares; sistema socioeducativo; genocídio relacionado à desassistência social, ausência estatal ou de omissão.
Contexto: nacional	Contexto nacional de extremismo, contexto escolar ou educacional em DH, contexto online e offline	Pesquisas produzidas no Brasil sobre contextos internacionais

Fonte: elaboração própria

*O conceito utilizado para fins dessa pesquisa será o de **extremismo violento**, a partir da definição que é dada pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que entende como "extremismo violento" a porta de entrada para atos terroristas propriamente ditos. De acordo com ele, o extremismo violento é uma ameaça central ao exercício pleno dos direitos humanos, como a livre expressão do pensamento e da consciência, na medida em que propõe a eliminação de pessoas ou comunidades segundo dimensões como raça, gênero, etnicidade etc. De acordo com o Relatório de recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo no Brasil, do MDHC (Brasil, 2023), atos de violência simbólica e linguística compõem comportamentos extremos, pois preparam o terreno para a violência ou extermínio. O extremismo não é definido por um conteúdo (ideológico, religioso, político) específico, mas por um pensamento extremista que incita atos discursivos ou violentos. **Qualquer tipo de extremismo violento será considerado como critério de inclusão.**

Como foi planejado o delineamento do estudo?

Foi realizado um *policy brief*, um resumo conciso de um problema específico, curto, focado e livre de jargões, com opções políticas (dispositivo fundamental para tomada de decisão) informadas em evidências científicas para enfrentá-lo (FAO, 2011). O *policy brief* tem como público-alvo formuladores(as) de políticas governamentais, usuários(as) dos serviços, gestores(as) federais, estaduais e municipais e

quaisquer outros grupos de interesse do processo decisório (FAO, 2011). O mini protocolo de pesquisa do *policy brief* foi elaborado previamente à execução do estudo e validado pelo grupo de trabalho. O documento encontra-se disponível para consulta, podendo ser solicitado pelo correio eletrônico: renedh@mdh.gov.br. Um material de referência foi utilizado para construção do mini protocolo de pesquisa (Rodrigues, 2024).

Quais foram os critérios de inclusão e exclusão dos estudos para o *policy brief*?

Foram elegíveis quaisquer tipos de pesquisas, sejam elas primárias ou secundárias, como por exemplo, revisões sistemáticas, de escopo ou revisões rápidas, revisões narrativas e integrativas sobre cenário de extremismo no Brasil.

Foram excluídas as referências:

- de capítulos de livro, editoriais, cartas, resumos de anais de congressos, matérias jornalísticas, releases ou quaisquer outros produtos que não sejam artigos, relatórios de pesquisa, análises de dados, normativas e/ou documentos institucionais, teses e dissertações ou artigos não encontrados;
- cujo objeto não se refere à caracterização do extremismo violento no Brasil, e/ou que seja sobre terrorismo, crime organizado, gangues, violência urbana, ataques em cidades, novo cangaço, delinquência, milícias, pedofilia; referências sobre outros conceitos de extremismo que não sejam sobre o extremismo violento* ou *cyberbullying*, supremacismo, masculinismo, ataques em escolas (*bullying*, *ciberbullying*, ataques em escolas, ataques violentos em escolas, massacres em escolas), radicalismo, nazismo, neonazismo, neofascismo, extremismo político, radicalização, grupos radicais, homofobia, transfobia, xenofobia, fundamentalismo religioso, extremismo político, crimes de ódio, manosphere, redpill, criptofascismo, fashwave, LGBT (para os estudos dos anos 90 e siglas correlatas atuais), separatistas, ultranacionalistas;
- de pesquisas realizadas em um contexto internacional.

Quais foram as fontes de informação e as estratégias de busca realizadas no *policy brief*?

Foi realizada busca estruturada entre os dias 4 e 7 de outubro de 2024, nas bases de dados a seguir:

- *Social System Evidence*
- *Journal Storage Arts & Sciences III Collection (Social Sciences) - JSTOR*
- *Web of Science (WOS)*
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- *Social Systems Evidence*
- *Social Science Research Network*

A estratégia foi construída na *Web of Science*, com base na pergunta estruturada PCC (População, Conceito, Contexto) e, posteriormente, adaptada para as demais bases. Foram utilizados palavras-chaves e sinônimos para os termos “*extremist group*”, “*violent extremism*”, “*neonazism*”. Para as bases *PubMed*, Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Health System Evidence* e *Social Systems Evidence*, foi aplicado o filtro de publicações nos últimos 10 anos. Foram incluídos estudos publicados nos idiomas inglês, português e espanhol. Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de *Excel*, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial.

O quadro abaixo detalha as estratégias:

Quadro 10. Estratégias de busca estruturadas em repositório de estudos.

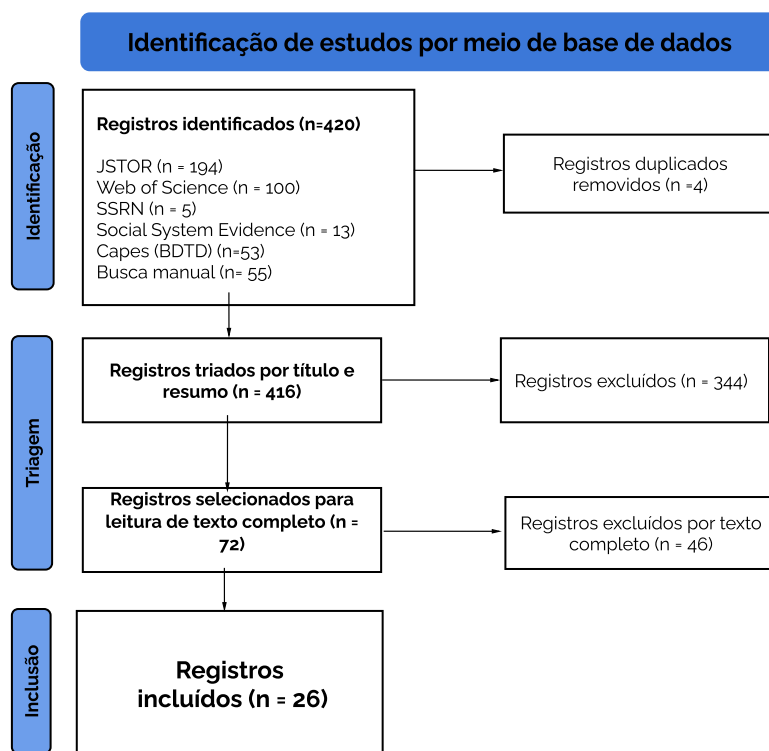
Estratégia de busca	Fonte	Filtro aplicado	Links das buscas
("extremist group" OR "violent extremism" OR radicalism OR neonazism OR extremism) AND Brazil AND (recruitment OR "administration and organization")	JSTOR Arts & Sciences III Collection (Social Sciences)	Selecionado: Journals, Research Reports, Documents 2015 - 2024	JSTOR extremism+
((ALL=((extremism (All Fields) OR (countering violent extremism) OR (online extremism) OR (political extremism) OR radicalisation OR religious extremism OR (right-wing extremism) OR (violent extremism)) AND brazil)) OR (QMTS=("violent extremism") OR (QMTS=("radicalization") OR (QMTS=("countering violent extremism") OR (QMTS=("political extremism") OR (QMTS=("religious extremism") OR (QMTS=("radicalisation") OR (QMTS=("online extremism") OR (QMTS=("right-wing extremism")))) AND (PY= ("2020" OR "2021" OR "2022" OR "2023" OR "2024" OR "2025") AND DT= ("REVIEW"))	Web of Science (WOS)	Sem filtro	WOS extremism
("grupos extremistas" OR neonazismo OR neofascismo OR "extremismo violento") AND Brasil	HYPERLINK "https://bdtd.ibict.br/vufind/"BDTD	2015-2024	BDTD extremism
("grupo extremista" AND neofascismo AND Brasil)			BDTD 2
("extremist group" OR "violent extremism" OR radicalism OR neonazism OR extremism)	Social Systems Evidence	Search all synthesis	SSE extremism
extremism AND Brazil	SSRN	All dates; Title, Abstract, Keywords & Full Text	SSRN extremism

Fonte: Elaboração própria.

Uma busca manual foi realizada para responder às perguntas secundárias. Foram identificados(as) especialistas que estudam a temática para indicação de referências bibliográficas que potencialmente responderam à pergunta de pesquisa, por meio de discussão entre participantes do GT. Ao todo, 30 referências foram recuperadas nesse processo.

Na Figura abaixo, explicita-se toda a fase de elegibilidade dos estudos.

Figura 8. Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.



Fonte: Elaboração própria.

Como os estudos foram triados e selecionados?

Para a triagem e seleção dos estudos obtidos a partir das bases de dados, foi utilizada uma planilha padronizada em Excel. Após a remoção dos registros duplicados, 17 autores(as) executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade previamente definidos. No caso de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por consenso por outras duas autoras.

Como os dados dos estudos foram extraídos?

Foi realizada uma reunião prévia para discussão do formato da extração dos dados pela equipe. Foi realizado alinhamento e padronização das informações dos estudos. A extração foi executada em uma planilha eletrônica padronizada por oito autores. Os seguintes dados foram extraídos:

Quadro 11. Definições e exemplificações utilizadas pra extração dos dados

Categorias	Definições, classificações, exemplos
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL GEOGRÁFICA	Estado, município, Região, zonas territoriais, nacional, internacional, não informado
FORMA DE RECRUTAMENTO	Virtual - videogames, games, Discord, WhatsApp, Facebook, Telegram, TikTok, YouTube, Parler, Orkut, 4Chan, Reddit, Gab, inteligência artificial, deep fake ou nude; Presencial - eventos e protestos públicos, material de propaganda (panfletos, folders, adesivos, cartazes, etc), recrutamento direto e indireto, baseado em identidade e comunidade, e recrutamento em escolas e outros
MODO DE ORGANIZAÇÃO	Estrutura hierárquica, financiamento, células autônomas, lideranças carismáticas ou ocultas, redes informais, Treinamento e Doutrinação, funções específicas
FORMA DE ATUAÇÃO	Cyberbullying, bullying, ataques em escolas, ataques violentos em escolas, massacres em escolas, radicalismo, nazismo, neonazismo, neofascismo, extremismo político, radicalização, grupos radicais, homofobia, transfobia, xenofobia, fundamentalismo religioso, extremismo político, crimes de ódio, manosphere, redpill, criptofascismo, fashwave, LGBT (para os estudos dos anos 90 e siglas correlatas atuais), separatistas, ultranacionalistas e outros
COMPOSIÇÃO	Faixa etária, gênero, motivações ideológicas, informações sociodemográficas, conexões nacionais e internacionais políticas ou sociais
ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO (CASO HAJA)	Contrarradicalização, desradicalização

Fonte: Elaboração própria.

A extração dessas informações deu insumos para a escrita do *policy brief*. Ao todo, onze especialistas fizeram parte da etapa de extração de dados.

Como a escrita do *policy brief* foi realizada?

O conteúdo do *policy brief* foi dividido em seções e cada um(a) dos(as) especialistas optou por contribuir com uma ou mais de uma seção. Abaixo, seguem as seções definidas:

- Público-alvo
- Problema público
- Diagnóstico
- Principais evidências
- Distribuição territorial
- Forma de recrutamento
- Modo de organização
- Forma de atuação

- Composição
- Formas de prevenção e enfrentamento
- Principais considerações para tomada de decisão
- Sugestão de Infográficos
- Formatação

Ao todo, sete especialistas participaram da fase final da escrita do *policy brief*.

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

ALDEGUIRI, J. G. M. A machosfera e o neonazismo. **Revista Diverge**, ahead of print, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/66a8d7c7a953954f326a29d4/pdf/revistadiverge-0-AheadOfPrint-1.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

ALDEGUIRI, João Guilherme Marques. A machosfera e o neonazismo. **Revista Diverge**, ahead of print, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/journal/revistadiverge/article/66a8d7c7a953954f326a29d4>. Acesso em: 12 de março de 2025.

ALMEIDA, Alexandre Patrício de. **A locomotiva Skinhead: a relação entre música e memória na construção da identidade de uma organização White Power paulista**. 2014. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/245/164>. Acesso em: 12 de março de 2025.

ALMEIDA, V. R. **A ascensão da extrema direita no Brasil: uma análise preliminar dos rebatimentos do avanço do neofascismo nas plataformas on-line para a agenda política feminista e LGBTQIAPN+**. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/41191>. Acesso em: 12 de março de 2025.

AMATO, B. **A queda na toca do coelho branco: o ciberativismo masculinista na formação de grupos de ódio e extrema-direita no Brasil**. 2022. 203 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Josi/Downloads/PPSI1005-D.pdf. Acesso em: 12 de março de 2025.

AZEVEDO, A. C. C. R. **Novos enquadramentos da violência contra as mulheres no ambiente on-line: análise dos ataques de grupos masculinistas contra o blog “escreva lola escreva”**. 2024. 144 F. Tese (Programa de pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b75d3faa-a856-4c09-80df-95e19bf967e9/content>. Acesso em: 12 de março de 2025.

BARROSO, L. R. **Populism, authoritarianism, and institutional resistance: constitutional courts in the game of power**. *Texas International Law Journal*. Forthcoming. 28 pages. Posted: 06 Apr 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/98708863/>

[Populism_Authoritarianism_and_Institutional_Resistance_Constitutional_Courts_in_the_Game_of_Power](#). Acesso em: 12 de março de 2025.

BERTHONHA, J. F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, p. 85-104, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/ThSvKfHstgCgZBCK5cRgzWs/>

BERTHONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, p. 85-104, 2001. DOI: 10.1590/S0102-01882001000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/ThSvKfHstgCgZBCK5cRgzWs/>. Acesso em: 12 de março de 2025.

BORINI JACOBI, Ana Clara et al. **A ascensão do neonazismo em Santa Catarina e sua correlação com a extrema direita na internet**. 2024. Disponível em: <https://journals.indexcopernicus.com/search/article?articleId=4062737>. Acesso em: 12 de março de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório sobre o ataque a escolas no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

BUGS, Geisa; ARAÚJO, Agnes Silva de; SAEZ-TRUMPER, Diego; FIRMINO, Rodrigo José. **Mapping Political Extremism on Twitter in Brazil**. In: **Lecture Notes in Computer Science**, p. 439-454, 2022. DOI: 10.1007/978-3-031-37114-1_30. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-37114-1_30. Acesso em: 12 de março de 2025.

CALDEIRA NETO, O. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. **L'Ordinaire des Amériques**, v. 226, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/orda/5853>. Acesso em: 12 de março de 2025.

CALDEIRA NETO, O. Neonazismo no Brasil: uma leitura e algumas hipóteses. **Com Ciência**, 9 out. 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/neonazismo-no-brasil-uma-leitura-e-algumas-hipoteses/>. Acesso em: 12 de março de 2025.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **História Unisinos**, v. 6, n. 5, p. 354-388, 2002. DOI: 10.1590/2237-101X0030050015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Tc5z6M7kSmKbrJzsHqVqgzx/>. Acesso em: 12 de março de 2025.

COSENTINO, M.M. **Antipartisanship---an explanation for extremism?** SSRN. 59 pages. 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4534347. Acesso em: 12 de março de 2025.

COSTA, Lamartine P. da; LABRIOLA, Plínio. Bodies from Brazil: Fascist aesthetics in a South American setting. **The International Journal of the History of Sport**, v. 16, n. 4, p. 163-180, 1999. DOI: 10.1080/09523369908714104. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09523369908714104>. Acesso em: 12 de março de 2025.

DE JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. Neonazismo: nova roupagem para um velho problema. **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/333>. Acesso em: 12 de março de 2025.

DIAS, A. A. M. **O Crime de Ódio e o Neonazismo na Internet: Análise de uma Experiência Etnográfica**. In: Proceedings of the Third International Conference of Forensic Computer Science, p. 69-79, 2008. Disponível em: <http://icofcs.org/2008/ICoFCS2008-pp07.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

DIAS, A. A. M. **Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/anacronautas-teutonismo-virtual-etnografia-neonazismo-internet>. Acesso em: 12 de março de 2025.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **O Crime de Ódio e o Neonazismo na Internet: Análise de uma Experiência Etnográfica**. In: Proceedings of the Third International Conference of Forensic Computer Science, p. 69-79, 2008. Disponível em: <http://icofcs.org/2008/ICoFCS2008-pp07.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **O filho de Odin: a construção de si na autobiografia do líder neonazista David Lane**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, p. 42-58, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9219/5313>

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1060866>

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp>.

[br/ifch/anacronautas-teutonismo-virtual-etnografia-neonazismo-internet](https://www.ifch.org.br/ifch/anacronautas-teutonismo-virtual-etnografia-neonazismo-internet). Acesso em: 12 de março de 2025.

DIETRICH, Ana Maria. **Narrativas orais da Juventude Hitlerista e Neonazista no Brasil: breve análise comparativa**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300553634_ARQUIVO_2dietrichanpuh2011.pdf. Acesso em: 12 de março de 2025.

ESTIVERNE, J. **The Impact of Political Extremism on Democratic Structures: A Critical Examination**. Extremism in democratic structures, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jephte-Estiverne/publication/380182159_The_Impact_of_Political_Extremism_on_Democratic_Structures_A_Critical_Examination_The_Impact_of_Political_Extremism_on_Democratic_Structures_A_Critical_Examination/links/663054163524304153542376/The-Impact-of-Political-Extremism-on-Democratic-Structures-A-Critical-Examination-The-Impact-of-Political-Extremism-on-Democratic-Structures-A-Critical-Examination.pdf?_cf_chl_tk=gIBaIVHOWaaXicmLZk_Ak5YK.aW77KjKR7gLB4tUVnU-1742069037-1.0.1.1-SyouwsOCjKPgtuYeoEjg1hiJ1u_LYQuSP6NYdS.a2js. Acesso em: 12 de março de 2025.

FERREIRA, João Victor Barbosa. **Radicalização política e juventude no Brasil: a formação de identidade coletiva nas comunidades gamers no Discord**. 2024. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/47244>. Acesso em: 12 de março de 2025.

FERREIRA, Manuela L. **A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso**. Revista Fim do Mundo, p. 61-74, 2023. DOI: 10.36311/2675-3871.2023.v4n9.p61-74 Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/14465>. Acesso em: 12 de março de 2025.

GERTZ, René E. **Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil**. 1991. Disponível em: <https://www.renegertz.com/arquivos/REG.Monsma.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo**. Revista Nanduty, v. 7, n. 10, p. 146-158, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10303>. Acesso em: 12 de março de 2025.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O.; ANDRADE, G. I. F. **Neonazismo e transição democrática: a experiência brasileira**. Anuario IEHS: Instituto de Estudios Histórico Sociales, v. 32, n. 2, p. 221-240, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6421686>. Acesso em: 12 de março de 2025.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O.; ANDRADE, G. I. F. **Neonazismo e transição democrática: a experiência brasileira.** *Cadernos de Campo*, v. 32, n. 2, p. 221-240, 2017. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/195/163>. Acesso em: 12 de março de 2025.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon; ANDRADE, **Guilherme Ignácio Franco.** **Neonazismo e transição democrática: a experiência brasileira.** *Cadernos de Campo*, v. 32, n. 2, p. 221-240, 2017. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/195/163>. Acesso em: 12 de março de 2025.

INTERIAN, R. A Political Radicalization Framework Based on Moral Foundations Theory. *Mathematics*. v. 12, n. 13, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://ic.unicamp.br/~ruben/publications/2024%20-%20Political%20Radicalization%20Framework%20Based%20on%20MFT.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2025.

JACOBI, A. C. B. ENGELMANN, C. O.; MARQUES, C. G. RENCK, M. C. P. A ascensão do neonazismo em Santa Catarina e sua correlação com a extrema direita na internet. **Dossiê de iniciação científica**, 2024. Disponível em: <https://journals.indexcopernicus.com/search/article?articleId=4062737>. Acesso em: 12 de março de 2025.

JACOBI, C. B.; ENGELMANN, C. O.; MARQUES, C. G.; RENCK, M. C. P. A ascensão do neonazismo em Santa Catarina e sua correlação com a extrema direita na internet. **Revista Avant**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 36-53, 2024. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/7655>. Acesso em: 12 de março de 2025.

KALM, Túlio. Banco de Dados sobre Neonazismo. **Revista de História**, n. 129-131, p. 267-268, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64505/67156>. Acesso em: 12 de março de 2025.

LOPES, Wallace Alan Blois. **Análise do crescimento de grupos neonazistas no Brasil.** 2016. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/1678>. Acesso em: 12 de março de 2025.

MARANHÃO, Tiago J. Let the Aryanists know! Brazilian race and nation in the 1938 **France World Cup. Soccer & Society**, v. 20, p. 912-922, 2019. DOI: 10.1080/14660970.2019.1680492 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14660970.2019.1680492>. Acesso em: 12 de março de 2025.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. 7. **Ciberespaço e Extremismos Políticos no Século XXI.** 2014. DOI: 10.33662/ctp.voi14.2691 Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2691>. Acesso em: 12 de março de 2025.

MCCANN, Frank D. Vargas and the Destruction of the Brazilian Integralista and Nazi Parties. **The Americas**, v. 26, n. 1, p. 15-34,

1969. DOI: 10.2307/979963 Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/979963>. Acesso em: 12 de março de 2025.

MENEZES, Sergio Schargel Maia de. **Pode o conceito de fascismo ser aplicado ao Brasil? Uma análise sobre materiais discursivos do fascismo, integralismo e bolsonarismo em seus diversos ciclos e estágios**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13612?show=full>. Acesso em: 12 de março de 2025.

NETO, O. C. Neofascismo, "nova república" e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>. Acesso em: 12 de março de 2025.

OLIVEIRA, P. C. **Hate Rock: instrumento político para os neofascismos do Brasil e dos Estados Unidos (1990-2010)**. 2017. 172 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4626>. Acesso em: 12 de março de 2025.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. "Nutrindo raiva, causando dor", ou como o rock neofascista tem construído ódio pela América do Sul. **Temáticas**, v. 27, n. 54, p. 39-58, 2019. DOI: 10.20396/tematicas.v27i54.12337 Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12337>. Acesso em: 12 de março de 2025.

RIBEIRO, L. S. As limitações da liberdade de expressão em prol de casos neonazistas no Brasil. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, Salvador, v. 270, 2022. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8009>. Acesso em: 12 de março de 2025.

RODRIGUES, M. A. F.; ROSA, K. M.; STAFUZZA, G. B. Enunciado postagem no fórum Stormfront: a construção da imagem de jovens brasileiros no e pelo discurso neonazista. **Migulim - Revista Eletrônica do Netlli**, v. 12, n. 3, p. 178-202, 2023. Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/MigREN/article/view/839/617>. Acesso em: 12 de março de 2025.

RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes; DA ROSA, Kelli Machado; STAFUZZA, Grenissa Bonvino. Enunciado postagem no fórum Stormfront: a construção da imagem de jovens brasileiros no e pelo discurso neonazista. **Migulim - Revista Eletrônica do Netlli**, v. 12, n. 3, p. 178-202, 2023. Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/MigREN/article/view/839/617>. Acesso em: 12 de março de 2025.

RUIZ, Ian Victor Rubini. **A evocação da ordem na terra de ninguém:**

um estudo sobre a cultura política neonazista na comunidade / pol/ do fórum 4chan. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/19537?show=full>. Acesso em: 12 de março de 2025.

SALEM, Helena. **As tribos do mal: o neonazismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Atual Editora, 1995. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/As_tribos_do_mal/Ok0PAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=As+tribos+do+mal:+o+neonazismo+no+Brasil+e+no+mundo&dq=As+tribos+do+mal:+o+neonazismo+no+Brasil+e+no+mundo&printsec=frontcover. Acesso em: 12 de março de 2025.

SALVADOR, V. C. **Neofascismo à brasileira: do sistema político à máquina de propaganda e desinformação**. 2021. 90 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7301f2c2-e444-46d1-a8c5-c2fb6541e13f/content>. Acesso em: 12 de março de 2025.

SÁNCHEZ, M. L. **Crise e fascistização: Brasil, 2014-2018**. 2023. 299 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7028>. Acesso em: 12 de março de 2025.

THAUMATURGO, Nilton et al. Análises forenses de autenticidade e avaliação em distintivos de guerra nazistas apreendidos pela Polícia Civil/RJ. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 12, n. 1, p. 7-12, 2023. DOI: 10.15260/rbc.v12i1.66g Disponível em: <https://revista.rbc.org.br/index.php/rbc/article/view/669/332>. Acesso em: 12 de março de 2025.

THOMAZ, Daniel. Anti-Fascism and Literature in Brazil. In: Anti-Fascism in Latin America, **Cambridge University Press**, p. 46-64, 2022. DOI: 10.1017/9781009177771.004 Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/latin-american-literature-in-transition-19301980/antifascism-and-literature-in-brazil/75F94F72648B23724C473EA91D1B79F7>. Acesso em: 12 de março de 2025.

VIANA, S. N. **Blitzkrieg Bolsonarista: uma análise foucaultiana da ascensão da necropolítica no Brasil**. 2022. 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9174>

XAVIER, L. Eleições 2018 e os valores cristãos na escola dominical: convergências e contradições pentecostais. **Interações**, v. 14, n. 25, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3130/313061013002/313061013002.pdf>. Acesso em: 12 de

março de 2025.

Apêndice D.

Matriz de enquadramento de pesquisa elaborada pela Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Qual o seu problema público em DH? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? <i>(Visa identificar a que política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar)</i> Indisponibilidade de dados atualizados, completos e sistemáticos sobre grupos extremistas no Brasil.	Qual cenário de grupos extremistas neonazistas hoje no Brasil? Quais as estratégias baseadas em evidências estratégias de prevenção de aumento desses grupos e enfrentamento das influências das ideologias neonazistas na corrosão da democracia e da garantia dos DH?	Qual a informação/evidência a que você precisa e não tem? <i>(Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher)</i> Historicamente, os estudos existentes sobre extremismo no Brasil são focados em células neonazistas, e mesmo estes precisam ser atualizados e melhor sistematizados. Estudos sobre manifestações mais recentes do fenômeno, ligadas às novas mídias, como comunidades misóginas e de ataques à democracia, precisam ser melhor sistematizados e traduzidos para a gestão em políticas públicas.	Que tipo de decisão você precisa tomar? <i>(Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão)</i> Elaboração de políticas de denúncia e prevenção ao extremismo através de educação em direitos humanos.	Quais características dos estudos você acha que precisam ser atendidas? <i>(Visa identificar os requisitos mínimos relacionados ao estudo que se espera que seja produzido)</i> Atualização e melhor sistematização do mapeamento de células neonazistas no Brasil. Mapeamento e sistematização de outras comunidades extremas emergentes em ambientes digitais, e sua ancoragem offline.	Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? <i>(Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da secretaria (Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos fará exposição prévia de tipos de produto)</i> Síntese de evidências, policy briefs sobre o Cenário sistematizado do neonazismo no Brasil e estratégias de prevenção de aumento desses grupos e enfrentamento das influências das ideologias neonazistas na corrosão da democracia e da garantia dos DH. Mapeamento e sistematização de estudos sobre outras comunidades extremistas no Brasil.

Fonte: Elaboração própria

7. *Policy Brief*

Experiências e Práticas para Atendimento de Vítimas de Violência de Estado

GT 6 – Letalidade Policial e Violência Institucional

AUTORAS E AUTORES _____

Bruna Martins Costa – MDHC | Carla Craice da Silva – MDHC
| Daniela Fortunato Rêgo – MDHC | David Marques –
Fórum Brasileiro de Segurança Pública | Eduardo Georjão
Fernandes - Instituto Cíclica | Gilceia de Fatima Martins dos
Santos - Gran Centro Universitário | Isabela Sobral – Fórum
Brasileiro de Segurança Pública | Jaqueline Da Silva Borges -
Instituto de Ciência Política da Universidade Brasília e Escola
Nacional de Administração Pública | Jonas Pacheco - Centro
de Estudos de Segurança e Cidadania | Leticia Souto Pantoja
- MDHC | Luciana Silva Garcia - Flacson | Maria Isabel Couto
– Instituto Fogo Cruzado | Noelle da Silva - MDHC | Paula
Marques - UNICEF | Pedro de Lemos MacDowell - MDHC
| Renato Dirk – UFF | Terine Husek Coelho - Instituto Fogo
Cruzado | Victória Paulo Menin - Instituto Veredas | Willyan
Alvarez Viegas - MDHC | Yacine Guellati - MDHC



CONTEXTO BRASILEIRO

VIOLÊNCIA E LETALIDADE POLICIAL

- As polícias brasileiras matam em média 14 pessoas por dia
- 82% dessas vítimas são negras e 72% jovens de 18 a 29 anos

RACISMO ESTRUTURAL

As ações policiais possuem um viés racista que afeta majoritariamente as periferias, causando: traumas, danos na saúde física e psicológica e impactos econômicos.

CONTROLE INSTITUCIONAL

Sobre o controle externo da atividade policial:

- 88% dos promotores e procuradores não consideram o controle externo da polícia como prioritário.
- 70% não atuam no controle externo da polícia.

SISTEMA PRISIONAL

- 40% da população carcerária é de presos provisórios
- O Brasil possui uma média de 198% de superlotação dos presídios

VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS

Nos locais com privação de liberdade há relatos de:

- tortura psicológica
- agressões físicas
- privação de alimentação

QUAL PERGUNTA ESSE PRODUTO PRETENDE RESPONDER?

Quais são as experiências ou práticas de atendimento de vítimas de violência de Estado existentes no Brasil e na América Latina?

A QUEM SE DESTINA ESSE PRODUTO?

- **Gestores (as) públicos (as)** responsáveis por programas de assistência e reparação;
- **Parlamentares** envolvidos na legislação sobre o tema;
- **Pesquisadores (as)** que estudam violência institucional e suas consequências;
- **Jornalistas** que investigam e documentam casos de violência de Estado;
- **Organizações da sociedade civil e movimentos sociais** que atuam no acolhimento e defesa das vítimas e seus familiares.



QUAL PROBLEMA PÚBLICO É ABORDADO?

- Alta incidência de **violência** praticada por agentes do Estado, especialmente forças de segurança pública;
- Insuficiência de **serviços** especializados para atendimento às vítimas;
- Falta de **informações** acessíveis e organizadas sobre os serviços disponíveis, procedimentos e fluxos de atendimento;
- **Vítimas** desamparadas, perpetuando ciclos de revitimização e impunidade.

QUAL É O DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA?

Os **serviços** existentes estão **concentrados** principalmente nas capitais e regiões metropolitanas, deixando extensas áreas do país sem cobertura adequada.

Os centros de atendimento que funcionam enfrentam diversos **desafios estruturais**, incluindo equipes reduzidas, alta rotatividade de profissionais, infraestrutura precária e orçamentos limitados.

A ausência de protocolos padronizados de atendimento e a falta de integração entre os diferentes serviços (saúde, assistência social, justiça) resultam em **atendimentos fragmentados** e muitas vezes **ineficazes**.

A **documentação** das práticas de atendimento, quando existe, é **dispersa** e não sistematizada, impossibilitando a construção de uma base de conhecimento sobre metodologias efetivas e lições aprendidas.

A **subnotificação** dos casos de violência policial, motivada pelo medo de represálias e pela descrença nas instituições, somada à ausência de um sistema nacional de registro e monitoramento desses casos, dificulta a real dimensão do problema e o **planejamento** de políticas públicas adequadas.

O diagnóstico da situação atual revela um **panorama preocupante** no atendimento às vítimas de violência estatal no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

As experiências se dividem em dois grupos:

- a implementação de canais de denúncia, como ouvidorias ou Centros de Referência em Direitos Humanos;
- a oferta de atendimento especializado, como assistência jurídica;

01.

As vítimas são predominantemente pessoas negras, incluindo crianças e adolescentes e pessoas privadas de liberdade;

02.

A maioria dos estudos apontou violência letal ou múltiplas formas de violação de direitos humanos, cometidas por policiais, incluindo policiais penais;

03.

Todas as evidências encontradas tratam do contexto brasileiro pós-ditadura militar.

04.

SUGESTÕES DE MEDIDAS A SEREM IMPLEMENTADAS

1. Cumprimento de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
2. Investigação autônoma de assassinatos cometidos por policiais;
3. Utilização de câmeras corporais,
4. Participação social na construção das políticas de segurança pública;
5. Prestação de atendimento psicossocial às famílias das vítimas;
6. Transparência na produção de dados sobre segurança pública e produção de novos dados, por exemplo, vítimas de ações policiais (feridos);
7. Expansão dos programas de proteção a vítimas e aprimoramento dos canais de denúncia, entre outros.

LACUNAS IDENTIFICADAS

Ausência de políticas públicas de reparação: não há mecanismos estatais de suporte às famílias de vítimas da violência policial, e estas precisam se organizar autonomamente em busca de justiça;

Famíliares de vítimas relatam **processos judiciais demorados**, **intimidações** por parte dos agentes de segurança pública, além da **criminalização das famílias** que denunciam as violações.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES PARA TOMADA DE DECISÃO

Criar um sistema nacional unificado de registro e monitoramento dos casos, que permita documentar tanto as violações quanto as práticas de atendimento, gerando dados confiáveis para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e a responsabilização dos agentes;

Estabelecer uma rede nacional integrada de serviços especializados de atendimento, com protocolos padronizados e fluxos claros de encaminhamento entre diferentes setores (saúde, assistência social, justiça, defensoria pública). Isto requer não apenas alocação de recursos financeiros, mas também articulação federativa entre União, estados e municípios;

Criação de mecanismos de proteção efetivos para vítimas, familiares e profissionais que realizam os atendimentos, considerando o alto risco de represálias e a vulnerabilidade destes grupos;

Desenvolvimento de estratégias de comunicação e divulgação dos serviços disponíveis, com linguagem acessível e canais diversificados, para garantir que as vítimas saibam onde e como buscar atendimento.

Metodologia

Como foi construído o escopo do *policy brief*?

As perguntas de pesquisa foram definidas por meio de discussões técnico-científicas entre especialistas, de acordo com os temas prioritários da Agenda de Prioridades de Pesquisa em Direitos Humanos. Dessa forma, foi escolhido o tema prioritário 37: Percepções das vítimas de violência de Estado sobre políticas públicas endereçadas ao grupo (Brasil, 2024). A pergunta de pesquisa principal desse tema foi abordada de maneira tangencial, pois antes de compreender a percepção das vítimas, identificou-se outros elementos primordiais necessários de serem mapeados. De acordo com a matriz de enquadramento da pergunta de pesquisa elaborada pela área técnica da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH) (Apêndice 5), foi definida a seguinte questão:

Pergunta Principal

Quais são as experiências ou práticas de atendimento de vítimas de violência institucional praticados por agentes da segurança pública existentes no Brasil e na América Latina?

A partir da definição da pergunta de pesquisa, foi utilizado um acrônimo, conforme descrito abaixo:

- População ou problema (P): vítimas de violência institucional praticada por agentes de segurança pública
- Conceito (C): experiências ou práticas de atendimento
- Contexto (C): nacional e internacional (latino-americano)

O Quadro 12 traz um detalhamento do escopo do *policy brief*, a partir do enquadramento da pergunta de pesquisa no acrônimo PCC.

Quadro 12. Definição do escopo da síntese de evidência, a partir do acrônimo PCC.

Acrônimo	O que vamos considerar?	O que não vamos considerar?
P: vítimas de violência de Estado	Pessoas vítimas de violência (1) praticadas por integrantes das forças de segurança pública e no exercício de suas atribuições (Policiais Militares, Guardas Municipais, e integrantes das Forças Armadas e afins). Pessoas vítimas de violência dentro do sistema penitenciário, sistema socioeducativo, casos de desaparecimento forçado e casos de vítimas de agentes do estado fora de serviço - folgas, férias, afastados do cargo por mau comportamento - (como por exemplo, grupos de extermínio e milícias). Genocídio e juvenicídio de vítimas de violência institucional	Violência institucional obstétrica; terrorismo; conselhos tutelares; genocídio relacionado à desassistência social, ausência estatal ou de omissão
C: experiências ou práticas de atendimento	Experiências e práticas (2) no sentido amplo da justiça reparadora (não apenas em termos de danos, mas em termos de projeto de vida, etc.). Experiências e práticas em uma perspectiva de política pública (ofertadas pelo Estado - órgãos do executivo dos diferentes entes federativos, defensorias públicas, ministérios públicos, tribunais de justiça) e auto organização da sociedade civil (organizadas em OSC ou não).	Experiências brasileiras na perspectiva da justiça reparadora em sentido restrito. Experiências relacionadas à justiça de transição Experiências e práticas oferecidas pelo estado que não foram desenhadas especificamente para o atendimento de vítimas de violência institucional praticadas por agentes da segurança pública (Ex.: Sistema Único de Saúde (SUS))
C: nacional e internacional (latino-americano)	Contexto nacional e latino-americano	Países que não são da América Latina;

Fonte: Elaboração própria

* O conceito de violência será considerado por tipos penais específicos: homicídio e tentativa, lesão corporal e tentativa, tortura, violência sexual, extorsão, ameaça. O desaparecimento forçado não é um tipo penal, então será considerada a ratificação do Brasil em 29 de outubro de 2010 na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e como a sua caracterização se relaciona com o agente público no exercício da função.

Como foi planejado o delineamento do estudo?

Foi realizado um *policy brief*, um resumo conciso de um problema específico, curto, focado e livre de jargões, com opções políticas (dispositivo fundamental para tomada de decisão) informadas em evidências científicas para enfrentá-lo (FAO, 2011). O *policy brief* tem como público-alvo formuladores(as) de políticas governamentais, usuários(as) dos serviços, gestores(as) federais, estaduais e municipais e quaisquer outros grupos de interesse do processo decisório (FAO, 2011). O mini protocolo do *policy brief* foi elaborado previamente à execução do estudo e validado pelo grupo de trabalho disponível para consulta mediante solicitação ao correio eletrônico: renedh@mdh.gov.br. Um material de referência foi utilizado para construção do mini protocolo de pesquisa (Rodrigues, 2024).

Quais foram os critérios de inclusão e exclusão dos estudos para o *policy brief*?

Foram elegíveis quaisquer tipos de pesquisas, sejam elas primárias ou secundárias, como por exemplo, revisões sistemáticas, de escopo ou revisões rápidas, revisões narrativas e integrativas sobre experiência e práticas de atendimento de vítimas de violência institucional praticadas por agentes de segurança pública no Brasil e na América Latina.

Foram excluídas as referências:

- de capítulos de livro, editoriais, cartas, resumos de anais de congressos, matérias jornalísticas, releases ou quaisquer outros produtos que não sejam artigos, relatórios de pesquisa, análises de dados, normativas e/ou documentos institucionais, teses e dissertações ou artigos não encontrados;
- cujo objeto não seja referente a vítimas de violência de Estado praticadas por agentes de segurança pública, como por exemplo, violência institucional obstétrica; terrorismo; conselhos tutelares; sistema socioeducativo; genocídio relacionado à desassistência social, ausência estatal ou de omissão;
- sobre experiências e práticas de atendimento e abordagem no sentido restrito da justiça reparadora (não apenas em termos de danos, mas em termos de projeto de vida etc.), ou relacionadas à justiça de transição, ou aquelas oferecidas pelo estado que não foram desenhadas especificamente para o atendimento de vítimas de violência institucional praticadas por agentes da segurança pública (ex.: SUS);
- de pesquisas realizadas sobre contextos internacionais para além

dos países da América Latina.

Quais foram as fontes de informação e as estratégias de busca realizadas no *policy brief*?

Foi realizada busca estruturada nos dias 4 e 5 de outubro de 2024, nas bases de dados a seguir:

- Google acadêmico
- *Journal Storage Arts & Sciences III Collection (Social Sciences)* - JSTOR
- Repositório Digital da Fundação Getúlio Vargas
- Scielo
- *Social System Evidence*
- *Social Systems Evidence*
- SRRN

A estratégia foi construída com base na pergunta estruturada PCC (População, Conceito, Contexto) e, posteriormente, adaptada para as demais bases. Foram utilizados palavras-chaves e sinônimos para os termos "*State violence*", "*police violence*", "*institutional violence*", "*violence of the state*", "*police lethality*", "*Brazil*", "*Latin America*". Para as bases JSTOR, *Social System Evidence*, SCIELO e Google foram aplicados filtros. Após as buscas, as referências recuperadas foram inseridas em uma planilha de Excel, para exclusão dos registros em duplicidade por meio de ferramentas de inteligência artificial.

O quadro abaixo detalha as estratégias:

Quadro 13. Estratégias de busca estruturada em repositório de estudos.

Estratégia de busca	Fonte	Filtro aplicado	Links das buscas
((State violence) OR (police violence) OR (institutional violence) OR (violence of the state) OR (police lethality)) AND (Brazil OR (Latin America))	JSTOR Arts & Sciences III Collection (Social Sciences)	Journals,; Latin American Studies, Language: english, spanish and portuguese; 2014-2024	JSTOR violence
((police violence) AND (Brazil OR (Latin America)))	SRRN	sem filtro	SRRN police violence
"violência policial"	FGV repositório digital	sem filtro	FGV violência policial
(police violence)	Social System Evidence	program and services	SSE police violence
((violência policial) OR (police violence) OR (repressão estatal) OR (represión estatal) OR (abuso de poder) OR (terrorismo de Estado) OR (violência estrutural) OR (violencia estructural) OR autoritarismo OR (genocídio OR genocidio) OR juvenicidio OR tanatopolítica OR necropolítica OR (letalidade policial) OR (letalidad policial) OR (institucionalização da vingança) OR (grupos de extermínio) OR (desaparecimento de pessoas forçado) OR milícia OR chacina OR massacre OR (sistema prisional) OR (violência no campo)) AND (Brasil OR Brazil OR (América Latina))	SCIELO	Coleções Brasil, citáveis, artigos;	SCIELO violência policial
((violência policial) OR (police violence) OR experiências OR práticas) AND (Brasil OR Brazil OR (América Latina))	Google e google acadêmico até página 5	sem citações	Google acadêmico violência policial
(violência policial)	CAPES - teses e dissertações	2019-2024	Capes violência policial

Fonte: Elaboração própria

Uma busca manual foi realizada para responder às perguntas secundárias. Foram identificados sites institucionais por meio de discussão entre especialistas no tema. Seguem as instituições em que as buscas manuais foram realizadas:

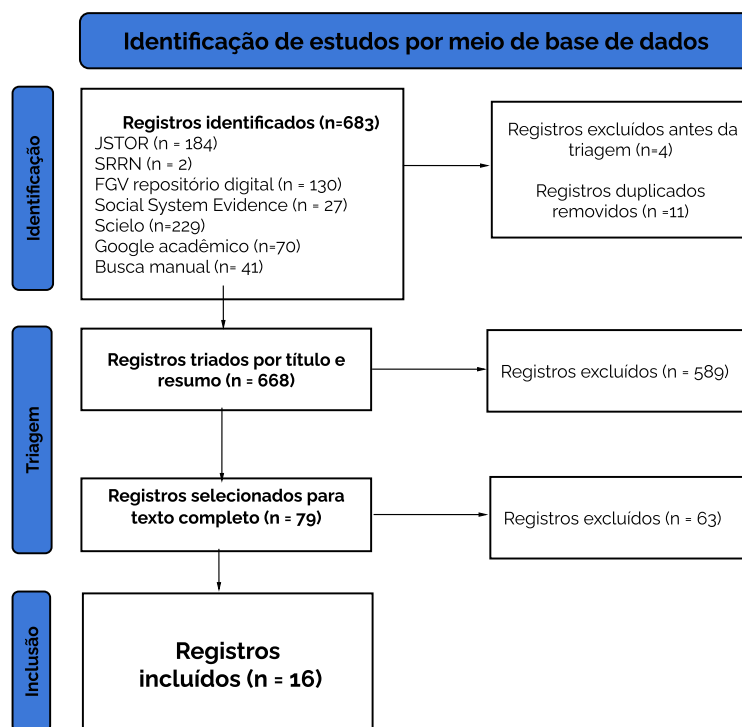
- Childhood pela proteção da infância
- Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência C e A
- Conselho Nacional de Justiça

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Fundação José Luiz Egydio Setúbal
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Google Acadêmico
- Instituto Alana
- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- Ministério da Saúde
- Ministério do Planejamento e da Justiça e Segurança Pública
- Ministério Público do Estado de São Paulo
- Ordem dos Advogados do Brasil
- Organização Pan Americana de Saúde
- Rede Anthera
- *Together for Girls*
- Universidade Federal de Santa Catarina
- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- *WHO Global Health Observatory*

Ao todo, 41 referências foram recuperadas nesse processo.

Na Figura abaixo, explicita-se toda a fase de elegibilidade dos estudos.

Figura 8. Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.



Fonte: Elaboração própria.

Como os estudos foram triados e selecionados?

Para a triagem e seleção dos estudos obtidos a partir das bases de dados, foi utilizada uma planilha padronizada em Excel. Após a remoção dos registros duplicados, dez autores executaram a triagem de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade previamente definidos. No caso de dúvidas quanto à inclusão de um estudo, essas foram resolvidas por consenso por outras duas autoras.

Como os dados dos estudos foram extraídos?

Foi realizada uma reunião prévia para discussão do formato da extração dos dados pela equipe. Foi realizado alinhamento e padronização das informações dos estudos. A extração foi realizada em uma planilha eletrônica padronizada por oito autoras(es). Os seguintes dados foram extraídos:

Quadro 14. Categorias, definições, classificações e exemplos utilizados na extração de dados.

Categorias	Definições, classificações, exemplos
Distribuição territorial	Estado, município, Região, zonas territoriais, país
Regime político do país	Regime autoritário ou em processo de redemocratização; contextos de países em guerra com outras nações ou guerra civil; ou em "democracia"
Tipo de vítima	Vítimas diretas ou indiretas de violência ou sofrendo ameaças de outros agentes no acolhimento às vítimas; dados sociodemográficos; faixa etária, raça/cor; etnia; orientação sexual e identidade de gênero; outras características; sistema socioeducativo e sistema prisional
Tipo de violência praticada	Violência física, sexual, psicológica, tortura, desaparecimento forçado; genocídio e juvenicídio
Tipo de agressor	Policiais Militares, Guardas Municipais, integrantes das Forças Armadas, Bombeiros militares etc.
Classificação das experiências e práticas encontradas	Oferecida pelo Estado para cumprimento de uma condenação específica (ex: sentenças da Corte IDH ou do Poder Judiciário) Oferecida pelo Estado na forma de serviços especificamente desenhados para as vítimas (não poderia ser o encaminhamento ao SUS, por exemplo). Organizadas pela sociedade civil em parceria com o Estado ou de forma autônoma, incluindo coletivos de vítimas Ofertadas pelas instituições de ensino superior como ações, programas ou projetos estratégicas; Outras ofertas

Fonte: Elaboração própria.

A extração dessas informações deu insumos para a escrita do *policy brief*. Ao todo, oito especialistas fizeram parte da etapa de extração de dados.

Como a escrita do *policy brief* foi realizada?

O conteúdo do *policy brief* foi dividido em seções e cada especialista optou por contribuir com uma ou mais seções. Abaixo, seguem as seções definidas:

- Ano
- Autor
- Distribuição territorial (do objeto de estudo)
- Contexto político do país
- Tipo de vítima
- Tipo de violência praticada
- Tipo de agressor
- Experiências e práticas encontradas

Ao todo, sete especialistas participaram da fase final da escrita do *policy brief*.

Foi prevista também a categorização das práticas que poderiam ser consideradas da seguinte maneira (rol exemplificativo):

- Oferecida pelo Estado para cumprimento de uma condenação específica (ex.: sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos ou do Poder Judiciário);
- Oferecida pelo Estado na forma de serviços especificamente desenhados para as vítimas (não poderia ser o encaminhamento ao SUS, por exemplo);
- Organizadas pela sociedade civil em parceria com o Estado ou de forma autônoma, incluindo coletivos de vítimas; e
- Ofertadas pelas instituições de ensino superior como ações, programas ou projetos estratégicos.

Referências bibliográficas

Documentos incluídos

AZEVEDO, R. G.; DUTRA, L. C. M.; BELUSSO JÚNIOR, O. A.; GARCIA, T. O. Denúncias de violência policial recebidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do RS. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 17, p. 151-171, 2017. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/183>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Portaria CNMP-Presi nº 135, de 16 de abril de 2024. Institui a Ouvidoria de Combate à Violência Policial no âmbito da Ouvidoria Nacional do Ministério Público. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/10835/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatórios sobre diligências realizadas pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/relatorios-de-atividades/relatorios-sobre-diligencias-realizadas>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **II Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Durante a Segunda Fase da Operação Escudo**. 2024. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2024/03/Segundo_Relatorio_de_Monitoramento_de_Violacao_de_Direitos_Humanos_na_Baixada_Santista_durante_a_Opera-2-1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2021**. Brasília: Cimi, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CONSTANTINO, Otávio Fantoni. A política de atendimento aos presos provisórios da Defensoria Pública de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 1, p. 108-139, 2020. DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n1.1069. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1069>. Acesso em: 12 mar. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Documento com 13

medidas para redução da letalidade policial é entregue à Secretaria de Segurança Pública e ao governador. **Defensoria Pública do Estado da Bahia**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/documento-com-13-medidas-para-reducao-de-letalidade-policial-e-entregue-a-secretaria-de-seguranca-publica-e-ao-governador/#:~:text=Documento%20com%2013%20medidas%20para,Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20e%20ao%20governador&text=A%20Bahia%20foi%20o%20estado,Rede%20de%20Observat%C3%B3rios%20da%20Seguran%C3%A7a.> Acesso em: 06 jun. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. **Direitos humanos**. 2024. Disponível em: <https://defensoria.pa.def.br/area-de-atuacao/direitos-humanos>. Acesso em: 12 mar. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brasil: cumpra sentenças sobre violência policial. **Human Rights Watch**. 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2024/03/15/brazil-comply-rulings-police-violence>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda. Controle externo da polícia e o papel do governo federal. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 11, p. 34-44, jan./jun. 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8065/7/Bapi_11_controle.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual de Atuação Funcional: Enfrentamento à Tortura e Maus-Tratos**. 2024. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2024/07/15/12_27_21_587_Manual_de_Atua_o_Funcional_Enfrentamento_Tortura_e_Maus_Tratos.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

ODARA – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Quem vai contar os corpos? Dossiê sobre as mortes de crianças negras como consequência da atuação da Polícia Militar da Bahia**. 2024. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/public/quem-vai-contar-os-corpos-dossie-sobre-as-mortes-de-criancas-negras-como-consequencia-da-atuacao-da-policia-militar-da-bahia/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

PLATAFORMA DE DIREITOS HUMANOS – DHESCA BRASIL. **Letalidade policial e seus impactos nas infâncias negras na Bahia e no Rio de Janeiro**. 2024. Disponível em: <https://www.plataformadh.org.br/relatorias/relatorios/letalidade-policial-e-seus-impactos-nas-infancias-negras-na-bahia-e-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ROCHA, A. et al. **Defensoria Pública, Assessoria Jurídica**

Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda., 2013. Disponível em: https://www.renap.org.br/_files/ugd/d4920d_ebb3fb655b8a4f2ba621f813ae406b24.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

SILVA, E. **Defensoria adota formulário para identificar tortura e violência policial no Ceará. Blog do Edison Silva**, 26 abr. 2021. Disponível em: [https://blogdoedisonilva.com.br/2021/04/26/defensoria-adota-formulario-para-identificar-tortura-e-violencia-policial-no-ceara/](https://blogdoedisonsilva.com.br/2021/04/26/defensoria-adota-formulario-para-identificar-tortura-e-violencia-policial-no-ceara/). Acesso em: 12 mar. 2025..

Apêndice E.

Matriz de enquadramento de pesquisa elaborada pela Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Problema público, Necessidade e Finalidade	Perguntas de Pesquisa	Lacunas identificadas	Contexto de tomada de decisão	Características dos estudos	Produtos esperados
Qual o seu problema público em DH? Qual a sua necessidade? Qual a sua demanda? <i>(Visa identificar a que política ou projeto da Secretaria a demanda por evidências pretende apoiar)</i> Ausência de política pública para reparação integral das vítimas de violência. Existem serviços públicos para pessoas que sofrem violência, mas as medidas adotadas não servem para reparação integral do dano, que envolve medidas de reabilitação, satisfação, indenização, responsabilização dos culpados, memória e não repetição. A demanda atual busca saber como as vítimas avaliam os serviços atuais e quais/onde esses serviços são executados.	Qual a percepção das vítimas de violência sobre os serviços públicos de atenção existentes no Brasil?	Qual a informação/evidência que você precisa e não tem? <i>(Visa identificar as lacunas de evidências relacionadas à política ou projeto que se pretende preencher)</i> Não há informações sobre a percepção das vítimas acerca dos serviços atuais que são prestados e tão pouco como esse fluxo de atendimento é realizado. As informações existentes são que as vítimas precisam acessar várias instituições públicas para ter acesso à justiça, atendimento médico, atendimento psicossocial, o que por vezes resulta em demora na sua prestação e ineficiência do serviço.	Que tipo de decisão você precisa tomar? <i>(Visa identificar o que a gestão espera que seja feito, qual contexto da tomada de decisão)</i> A Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência é uma prioridade na agenda ministerial. Elaboração da Política Nacional de Atenção à Vítima de Violência com vistas à reparação integral do dano, por meio de Decreto.	Quais características dos estudos você acha que precisam ser atendidas? <i>(Visa identificar os requisitos mínimos relacionados ao estudo que se espera que seja produzido)</i> A fim de identificar os serviços públicos existentes, requer-se um levantamento e diagnóstico, por meio de um "estudo técnico". Além disso, para avaliar a percepção das vítimas sobre tais serviços, recomenda-se análise da literatura nacional sobre o tema mediante policy brief, bem como entrevistas, visitas in loco, para que as vítimas e familiares possa expressar sua avaliação sobre os atendimentos realizados e expectativas sobre serviços que sejam executados, conduzindo uma "avaliação da percepção/satisfação de beneficiários".	Qual(is) os tipos de estudo que podem responder à sua pergunta de pesquisa? <i>(Visa identificar que tipo de produto melhor atende à necessidade da secretaria (CGIE fará exposição prévia de tipos de produto)</i> Questionário (survey). Diagnóstico sobre os serviços públicos voltados para vítimas de violência e a avaliação de vítimas e familiares e suas expectativas sobre eles.

Fonte: Elaboração própria

9. Glossário

Acessibilidade

Capacidade de um ambiente, produto ou serviço ser utilizado por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência.

Agenda de Prioridades de Pesquisa (APPDH)

Instrumento do MDHC que define os temas prioritários de pesquisa com foco em subsidiar políticas públicas baseadas em evidências.

Ciclo de Implementação

Modelo de organização do trabalho da ReneDH, baseado em etapas para garantir entregas ágeis, sem prescindir da profundidade analítica. A duração de cada ciclo é de aproximadamente um ano, mas pode variar a depender da complexidade das metas e outros fatores.

Evidência

Conceito polissêmico que se refere a informações, oriundas de diversas fontes possíveis, incluindo estudos, análises e indicadores, utilizadas para apoiar a tomada de decisões em políticas públicas.

Indicador

Medida quantitativa ou qualitativa que mensura resultados ou mudanças em relação a um objetivo. .

Inventário de Referências

Produto realizada a partir de buscas na literatura para contabilizar e categorizar estudos. Seu objetivo é identificar quanto e que tipo de evidência está disponível para determinada temática, e os contextos nos quais já foi estudada. O Inventário de Referências não realiza análise de resultados principais, tampouco a análise da qualidade de evidências.

Mapa de Evidências

Metodologia de organização da produção científica sobre determinado tema, que permite, de modo simplificado, identificar as principais intervenções e os resultados reportados, assim como verificar onde estão situadas as lacunas de pesquisa.

Núcleos Temáticos de Informações e Evidências

Unidades da ReneDH a serem compostos de acordo com as afinidades e as convergências de áreas do conhecimento dos órgãos e entidades integrantes da Rede, que poderão articular-se para realizar análises, estudos e pesquisas conjuntas, a fim de promover a colaboração científica entre instituições e potencializar a produção e a disseminação de dados, informações e evidências em direitos humanos.

ObservaDH – Observatório Nacional dos Direitos Humanos

Plataforma pública que reúne indicadores, painéis interativos e análises sobre a situação dos direitos humanos no Brasil.

Policy Brief

Documento técnico, curto e acessível, que apresenta sínteses de evidências com o objetivo de subsidiar decisões políticas.

Políticas Informadas por Evidências (PIE)

Políticas públicas que consideram, em suas etapas de priorização, formulação, implementação e avaliação, as melhores evidências disponíveis, de forma transparente.

Resumo Executivo

Apresentação concisa e objetiva dos pontos essenciais de um documento, pesquisa ou análise, destinada a facilitar a tomada de decisão rápida.

Síntese de Evidências

Processo sistemático de reunir, analisar e integrar resultados de pesquisas para produzir um resumo abrangente e confiável sobre um tema específico.

Tradução do Conhecimento

Processo que envolve etapas de priorização de necessidades, produção compartilhada de estudos, elaboração de sínteses, disseminação e intercâmbio do conhecimento produzido, com aplicação ética para oferecer serviços e produtos mais eficazes para o apoio às políticas públicas, funcionando como uma ponte entre produtoras(es) de pesquisa e tomadoras(es) de decisão.

Lista de ilustrações

Figuras

Figura 1: Ciclo de Tradução do Conhecimento adotado pela ReneDH.

Figura 2: Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.

Figura 3: Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.

Figura 4: Diagrama de fluxo do processo de elegibilidade dos estudos.

Figura 4: Visão global do passo a passo da elaboração do mapa de evidências.

Figura 5: Visão global do passo a passo da elaboração do *policy brief*.

Figura 6: Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.

Figura 7: Visão global do passo a passo da elaboração do mapa de evidências.

Figura 8: Diagrama de fluxos do processo de elegibilidade dos estudos.

Quadros

Quadro 1. Número de instituições participantes por Grupo de Trabalho no 1º Ciclo da ReneDH.

Quadro 2. Definição do escopo da síntese de evidência, a partir do acrônimo PCC.

Quadro 3. Estratégias de busca estruturadas em repositório de estudos.

Quadro 4. Detalhamento das estratégias de busca estruturadas e repositório de estudos.

Quadro 5. *Framework* de classificação dos estudos incluídos a partir de "Novas perspectivas" no campo dos Direitos Humanos das pessoas idosas

Quadro 6. Estratégias de busca estruturada em repositório de estudos.

Quadro 7. Principais informações extraídas dos artigos incluídos (n= 75).

Quadro 8. Detalhamento das estratégias de busca estruturadas e repositório de estudos.

Quadro 9. Definição do escopo da síntese de evidência, a partir do acrônimo PCC.

Quadro 10. Estratégias de busca estruturadas em repositório de estudos.

Quadro 11. Definições e exemplificações utilizadas pra extração dos dados

Quadro 12. Definição do escopo da síntese de evidência, a partir do acrônimo PCC.

Quadro 13. Estratégias de busca estruturada em repositório de estudos.

Quadro 14. Categorias, definições, classificações e exemplos utilizados na extração de dados.

Lista de Instituições-Membro da ReneDH

ANDI - Comunicação e Direitos

Areja - Instituto de Pesquisas Aplicadas

Associação Aurora para Educação em Direitos Humanos (Instituto Aurora)

Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Uberlândia (CSVM-UFU)

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone - CEDECA Glória de Ivone

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Cia Cata-Ventos de Cultura

Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (CdH/UFMG)

Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

Comissão de Direitos Humanos, Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA)

Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV/ALECE)

Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos e Mulheres da Controladoria-Geral da União (CGSEC/CGU)

Coordenação-Geral de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Migração da Secretaria Nacional de Justiça do MJSP (CGETP/SNJ/MJSP)

Coordenação-Geral de Política Migratória (CGPMIG/SNJ/MJSP)

Defensoria Nacional de Direitos Humanos (DPU)

Departamento de Direito da PUC-Rio - Núcleo de Direitos Humanos (NDH Direito PUC-Rio)

EEEP Valter Nunes de Alencar

Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF)

Grupo de Pesquisa e Extensão Desigualdades sociais e interseccionalidades de classe, gênero, raça/etnia e gerações (DIGREG/UFBA)

Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (DIVERGE/UFAL)

Grupo de Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos Mapiuari (UNIR)

(In)Serto - Núcleo pela Diversidade Sexual e de Gênero - Universidade de Montes Claros

Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos

Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Cíclica

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Instituto de Saúde (IS)

Instituto Fogo Cruzado (FC)

Instituto Matizes (IM)

Instituto Memória e Direitos Humanos IMDH da Universidade Federal de Santa Catarina (IMDH/UFSC)

Instituto Veredas

Laboratório de Estatística Aplicada e Estudos Demográficos (LEAED-UNIVASF)

Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHDFBA)

Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Políticas e Eleições do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (MAPE/IESP/UERJ)

MET BRONCA

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

Ministério Público do Estado do Amazonas (Projeto IDH+/MP-PA)

Movimento Nacional de Combate ao Abuso em Meio Ayahuasqueiro (MovAya)

Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/PPGAS/UFRGS)

Núcleo de Ensino e Pesquisa em Saúde Baseada em Evidências e Avaliação de Tecnologias em Saúde da Universidade Federal de São Paulo (NEP-SBEATS/Unifesp)

Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais da Universidade Estadual da Paraíba (NEPDA/UEPB)

Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Núcleo de Informação, Políticas Públicas e Inclusão Social (NIPPIS/Fiocruz&Unifase)

Observatório de Acesso à Justiça (Observajus)

Observatório de Direito Socioambiental e Direitos Humanos na Amazônia (ODSDH-AM)

Observatório de Direitos Humanos de Guarulhos (ODH)

Observatório de Direitos Humanos do Centro Universitário Católica do Tocantins (ODIH)

Observatório de Direitos Humanos GRAN (ODHG)

Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI)

ONU Brasil

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA)

Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT/FIOCRUZ)

Projeto Atlas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (UFAM)

Rede Aberta de Pesquisa do Núcleo de Evidências em Saúde do Maranhão (REPINEV-MA)

Rede Anthera - Rede Internacional de Pesquisa sobre Família e Parentesco
Rede Conhecimento Social (RECOS)

Rede Nacional de Pesquisa em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (Rede PqSMCA)

Rede Quilombola da Chapada Norte

Rede Transnacional de Pesquisas e Acolhimento em Maternidades Destituídas, Violadas e Violentadas (REMA)

Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SAJU/MJSP)

Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Espírito Santo (SEDH-ES)

Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará (SEIRDH-PA)

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social (Setrabes)

Secretaria dos Direitos Humanos do Estado do Ceará (SEDIH-CE)

Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen/MJSP)

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP)

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Federal do Tocantins (UFT)



ATENDIMENTO GRATUITO 24H
DENÚNCIAS ANÔNIMAS

Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências
Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A – 9º andar | CEP 70054-906 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-3044 | E-mail: renedh@mdh.gov.br | <https://renedh.mdh.gov.br/>

ReneDH
Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO